

Não

à instalação
de armas
nucleares
em Portugal!

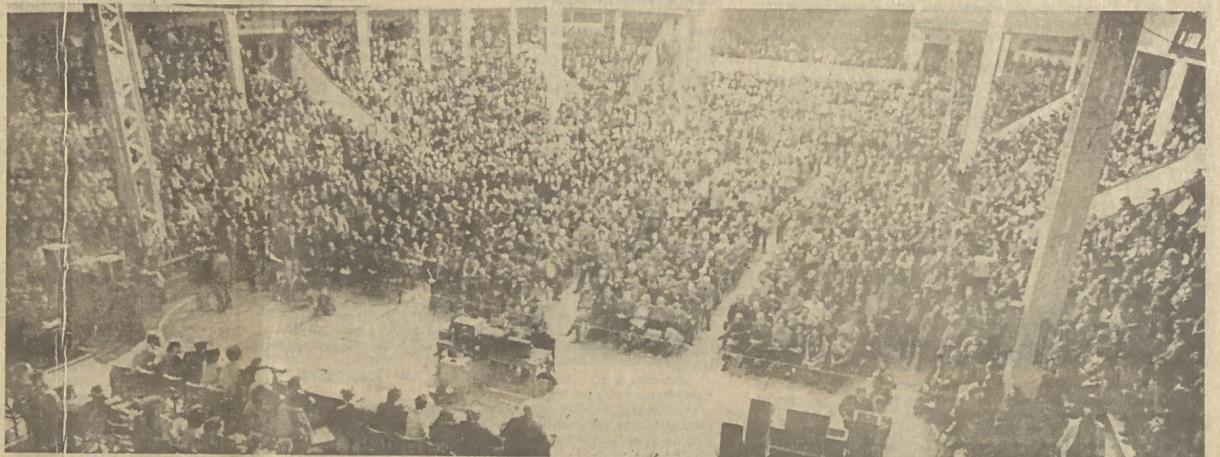
Nota da Comissão Política do PCP sobre a política de traição nacional do governo «AD» — Pág. 2

CARLOS BRITO:

uma campanha esclarecedora, confiante e eficaz

SOARES CARNEIRO:

uma campanha em perda de velocidade



Uma esclarecedora imagem do comício realizado no Pavilhão dos Desportos em Lisboa e em que usaram da palavra os camaradas Álvaro Cunhal e Carlos Brito cujos discursos publicamos nas páginas 5, 6 e 7



Carlos Brito com os trabalhadores da Quimigal. O candidato do PCP tem desenvolvido, em diversas regiões do País, um intenso trabalho caracterizado pelo contacto directo com milhares de pessoas e um caloroso acolhimento às posições do Partido — Noticiário na pág 3

O PCP denuncia na Assembleia da República a escandalosa situação na Comunicação Social

Pág. 12

MEALHADA

Nas eleições suplementares para a Câmara Municipal da Mealhada, a APU teve a maior votação de sempre e as forças democráticas reforçaram a maioria

Pág 8

Programa do camarada Álvaro Cunhal

Hoje, às 21 e 30, grande sessão de esclarecimento no Pavilhão dos Desportos em Lisboa.

Sábado, dia 29, estará às 11 horas em Cuba e às 15 em Beja, para sessões de esclarecimento. À noite, às 21 horas, sessão de esclarecimento em Serpa.

Domingo, dia 30, às 15 horas, sessão em Borba, no Ginásio do ex-Ciclo Preparatório. Às 21 horas, sessão de esclarecimento no Cinema de Ponte de Sor.

Segunda-feira, dia 1, sessão de esclarecimento no Pavilhão da Siderurgia no Selxal.

Quarta-feira, dia 3 o camarada Álvaro Cunhal estará numa sessão de esclarecimento a realizar no cinema do Montijo.

Programa do camarada Carlos Brito

Dia 28 de Novembro no Distrito de Braga
21.30 horas — Comício em Barcelos no Teatro Gil Vicente.

Dia 29 de Novembro no distrito de
Castelo Branco

16.00 horas — Sessão de esclarecimento na escola secundária de Castelo Branco.

18.30 horas — Sessão de esclarecimento no Cine-Teatro da Covilhã.

20.00 horas — Jantar convívio com democratas da Covilhã.

Dia 30 de Novembro nos distritos de
Coimbra e Aveiro

13.00 horas — Almoço com democratas da Figueira da Foz.

16.00 horas — Sessão de esclarecimento em Coimbra no Teatro da Faculdade de Letras.

21.30 horas — Sessão de esclarecimento no Salão Cultural da Câmara Municipal de Aveiro.

● Nas páginas centrais mais informações sobre sessões e comícios

Editorial

UMA CAMPANHA AO SERVIÇO DA LIBERDADE

TEM o Partido Comunista Português salientado o carácter complexo da situação política nacional, a singularidade dos factores que condicionam a campanha para as eleições presidenciais em curso, assim como a natureza particular dos perigos e ameaças que rodeiam a democracia portuguesa no momento actual.

Ao mesmo tempo tem apontado as possibilidades reais de o Povo português erguer uma barreira vitoriosa contra as investidas antidemocráticas e golpistas da reacção, contra a sistemática violação da legalidade democrática pelo Governo da «AD», contra as tentativas reacçãoárias de subverter o regime actual e de abrir caminho a uma nova ditadura.

A derrota do candidato da reacção Soares Carneiro nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro, representaria, como temos sublinhado, um passo de extraordinário alcance para fazer fracassar os intentos da reacção. Derrotar o candidato dos partidos da coligação governamental reacçãoária é — insistimos — o objectivo central, decisivo, e prioritário das forças democráticas.

E é um imperioso objectivo que significativamente ganha força e ganha viabilidade à medida que decorre e se aproxima o fim da campanha eleitoral.

NESTA singular campanha uma das «singularidades» mais notáveis é, sem dúvida, a da natureza e objectivos da candidatura do PCP, da candidatura do camarada Carlos Brito às eleições presidenciais.

A candidatura do PCP distingue-se de todas as outras em aspectos inconfundíveis — Carlos Brito, não se propõe vencer eleições numa primeira ou numa segunda volta; não lhe é assinalado como objectivo pelo seu Partido disputar o voto e derrotar nas urnas qualquer dos outros candidatos; não tem nenhum «meta» da sua candidatura. Não é um objectivo possível.

Desde logo contudo, a apresentação de um candidato pelo PCP colheu a compreensão de milhares de comunistas e de outros democratas. Naturalmente para muitos essa compreensão foi mais difícil e lenta; objecções de amigos assumiram diversas formas; os esperados ataques e a campanha confusionista dos inimigos perturbaram inicialmente alguns portugueses de recta intenção.

Hoje, porém, torna-se visível que a área de entendimento da Iniciativa do PCP se alargou de maneira nítida, que esta se tornou mais clara para uma grande massa de cidadãos, em especial de democratas e antifascistas, e que em vastos sectores de opinião ela encontra uma crescente receptividade.

A tão poucos dias de uma decisão última e não oculta da candidatura de Carlos Brito, convém, contudo, não deixar sem resposta algumas das calúnias e certos argumentos diversionistas dos inimigos da democracia e ao mesmo tempo deixar aos amigos elementos capitais de reflexão que lhes permitam decidir na hora certa o voto certo.

Principalmente, importa esclarecer o carácter e os objectivos essenciais da candidatura e da campanha eleitoral do PCP.

A candidatura de Carlos Brito é uma candidatura de esclarecimento, de unificação e mobilização dos esforços dos democratas e antifascistas mais consequentes e dos eleitores democratas que representam comprovadamente uma larga maioria do eleitorado português.

Não é uma candidatura «vergonhada», como intencional e tocaremente afirma Otelo Saravia de Carvalho, que nestes dias tem mostrado como nunca a sua verdadeira face de antidemocrata, de inimigo do PCP, a par da sua triste empreitada divisionista. A candidatura de Carlos Brito é, ao contrário, uma forma de intervenção dinâmica dos comunistas, numa batalha política de importância decisiva para os destinos da democracia em Portugal.

A voz insubstituível do PCP, a voz que a classe operária e todos os trabalhadores portugueses se habituaram a escutar nos momentos decisivos da luta revolucionária em Portugal, não teve outra forma de se fazer ouvir senão apresentando um candidato próprio, lançando-se de maneira independente e activa na batalha eleitoral.

A deformação grosseira, a difamação e a calúnia dos chefes da Aliança Reacçãoária relativamente à candidatura do PCP encobrem de facto o temor e a descrença crescentes dos piores círculos da reacção quanto às hipóteses do seu candidato em 7 de Dezembro.

Este típico comportamento dos círculos reacçãoários só encontra paralelo nas desbocadas mentiras e falsificações da história de Otelo e Aires Rodrigues.

«A candidatura de Carlos Brito, diz Sá Carneiro, é uma cortina de fumo para encobrir o apoio do PCP à candidatura de Eanes».

«Carlos Brito, diz Otelo, é uma candidatura meramente divisionista e de colaboração de classes, directamente com Ramalho Eanes».

Carlos de Macedo numa despuradora aldrabice que cal mesmo sob a alçada do código penal diz, lá onde pensa que ninguém o ouve, que «há um acordo secreto entre Ramalho Eanes e o PC que envolveria a continuação dos comunistas na Administração pública em troca do apoio à candidatura do actual Presidente da República».

Não é fortuita a coincidência do «esquerdistas» Otelo e do último Sá Carneiro e Carlos de Macedo na caracterização da candidatura do PCP e na sua constatação de facto da justiça das conclusões dos comunistas de que Ramalho Eanes é o candidato mais bem situado para derrotar Soares Carneiro.

A perspectiva da derrota do general candidato da «AD» põe os chefes da Aliança reacçãoária na fronteira do desespero.

Mesmo a estranha achega que Mário Soares deu objectivamente em apoio do candidato mais cotado da reacção não teve força para diminuir de maneira sensível a descrença que lava entre os círculos da direita acerca da eleição do seu candidato.

O PCP tem dito, e disse-o com a autoridade da sua Conferência Nacional, que o general Ramalho Eanes era o candidato mais bem situado para derrotar Soares Carneiro — definiu esta necessária derrota como objectivo central, decisivo e prioritário das forças democráticas.

Os arquitectos do confusãoismo antidemocrático perdem o seu tempo quando pretendem embaralhar na mente dos portugueses as razões objectivas de uma possível desistência do candidato do PCP, camarada Carlos Brito, antes do dia 7 de Dezembro e da possível recomendação do voto em Ramalho Eanes.

Uma das linhas de força da propaganda da Aliança reacçãoária na campanha eleitoral de Soares Carneiro é a «cassete» de que Ramalho Eanes é o candidato do PCP e que a sua provável eleição só favorece o PCP.

O que querem de facto ocultar com esta grosseira mentira é que a conclusão do PCP resulta de uma análise realista da disposição do eleitorado, a possível vitória de Ramalho Eanes resultará de uma larga convergência de interesses, em muitos aspectos contraditórios, mas coincidentes nesta questão fundamental: a defesa da Constituição e do regime democrático, a salvaguarda do património essencial do 25 de Abril.

A reacção e os candidatos divisionistas da pseudo-esquerda Otelo e Aires Rodrigues têm interesse em mistificar os incautos confundindo deliberadamente convergência de objectivos com apoio político e ideológico do PCP a Ramalho Eanes.

O PCP não apoiou a candidatura de Eanes, tem relativamente a ele profundas divergências políticas e em questões de fundo, mais de uma vez o actual PR tem agido de maneira desfavorável ao processo democrático e às conquistas do 25 de Abril.

É no sepear do positivo e do negativo no decurso do seu mandato presidencial que os comunistas admitem a hipótese de recomendar o voto em Ramalho Eanes logo à primeira volta, no caso já admitido de desistência de Carlos Brito antes de 7 de Dezembro.

Quando o PCP afirma as hipóteses de Eanes, tal afirmação não resulta apenas de uma avaliação puramente aritmética das possibilidades de dois candidatos mas também da ponderação política dos programas, dos objectivos e da natureza de cada uma das forças em presença.

A campanha da candidatura do camarada Carlos Brito é a da verdade, da antidemagogia, da ineira subordinação aos interesses do Povo e do País, da democracia portuguesa.

Nenhuma outra se apresenta perante os portugueses com uma tão clara razão de causa.

Na sua expressão política distingue-se fundamentalmente de todas as outras.

Soares Carneiro mente aos portugueses quando afirma que «o País não vai entrar na CEE de mão estendida» e que «vamos entrar em termos de competição com outros povos e já chega de ocuparmos um lugar na cauda da Europa».

Isto não é só crassa estupidez mas um refinadíssimo ludíbrio do Povo português.

Os malabaristas da «AD» não só querem arrastar Portugal para um círculo infernal que levaria directamente à ruína total da débil economia portuguesa como procuram ocultar que no seu «paraíso» europeu da CEE a produção industrial baixou em média numa década de 11,8% com valores que acusam 12,3% para a RFA, 11,2% para a Grã-Bretanha, 16,3% para a França, 19,3% para a Itália, sem falar doutros parcelos «atlânticos» de Portugal, como os Estados Unidos, que baixaram de 13,8% e do longínquo Japão, altamente industrializado, onde a produção baixou de 22,8%.

O candidato da Aliança reacçãoária disse no Nordeste Transmontano que via «com grande esperança o anúncio público da abertura da empreitada da estrada Porto-Bragança» — e não podemos deixar de recordar, por analogia, que os trampolinistas da «AD» prometeram por exemplo ao povo de Monfortinho a construção de uma ponte de ligação com a Espanha sobre o Ocreza, que na véspera da eleição arrancaram mesmo com um «buldozer» umas pazadas de terra na margem portuguesa do rio e daí para cá ninguém mais em Monfortinho pôs os olhos em cima de quaisquer trabalhos!

Otelo, por sua vez, pela boca de um seu mandatário atirou aos quatro ventos esta refinada mentira histórica que é além disso um insulto aos «capitães de Abril»: «Foi Otelo que nos libertou da ditadura fascista e terrorista de Salazar e Caetano, porque foi Otelo que fez o glorioso 25 de Abril em Portugal».

O 25 de Abril foi uma acção libertadora do MFA. Mas a vitória do 25 de Abril só foi possível porque os trabalhadores, o Povo português, as forças democráticas, e particularmente o PCP lutaram heróicamente contra o fascismo, contra a guerra colonial, pela libertação e pela liberdade.

Onde estaria Otelo quando o candidato do PCP, Carlos Brito e muitos dos seus companheiros jaziam dilatados anos nas prisões fascistas ou sofriam as durezas de uma longa luta clandestina contra o regime de Salazar e Caetano?

Por detrás de Soares Carneiro agitam-se as sinistras forças que foram apedoadas pelo 25 de Abril. Soares Carneiro não é mais do que um títere das forças mais reacçãoárias do grande capital e dos latifundiários e do imperialismo que quer lançar o mundo no suicídio de uma guerra nuclear.

A derrota de Soares Carneiro abrirá novas hipóteses ao movimento operário, popular e democrático, representará o repúdio da «AD», vencedora das eleições de 5 de Outubro.

Sá Carneiro dil-o reveladoramente: «Se Ramalho Eanes for eleito isso quer dizer que o povo não me quer a mim». Até parece que quem vai disputar a eleição de 7 de Dezembro é afinal Sá e não Soares Carneiro.

A liquidação do regime democrático, das liberdades, das conquistas do 25 de Abril é objectivo secreto das forças reacçãoárias.

A campanha de Carlos Brito é uma campanha de todos os democratas, uma campanha ao serviço da liberdade e do Povo português.

lançamento e na campanha do General Soares Carneiro não podem deixar de ser consideradas, além de falta de escrúpulos no combate político, como uma evidente manifestação do nervosismo dos partidos reacçãoários ante a cada vez menor audiência que o seu candidato encontra nas populações e ante as repetidas e cada vez mais expressivas e vastas manifestações da vontade popular de derrotar Soares Carneiro.

Lições, 25 de Novembro de 1980

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

O PCP contra a transformação de Portugal numa praça de armas do imperialismo

1. A questão das bases e instalações militares estrangeiras em território português, incluindo a eventual instalação ou trânsito de armas nucleares, ganhou nos últimos dias uma nova e grave dimensão.

Com efeito, quer declarações de credenciados representantes do imperialismo quer declarações de membros do governo Sá Carneiro, vieram confirmar a existência de negociações secretas sobre projectos militares que, a concretizarem-se, transformariam Portugal numa praça de armas do imperialismo com gravíssimas consequências para a independência, a soberania e a segurança do país.

2. Como o PCP, assim como outras forças e personalidades democráticas e amantes da paz, vêm alertando e denunciando, tais projectos e negociações do governo «AD» orientam-se, designadamente, para a concessão de novas e gravosas «facilidades» aos EUA em bases militares como a das Lages e a de Beja, para a construção de uma rede de oleodutos ao serviço da NATO, para a instalação permanente de porta-aviões norte-americanos no Tejo ou noutra parte do país, para o aumento das despesas militares e a crescente subordinação das Forças Armadas portuguesas a comandos estrangeiros.

Neste quadro de intensificação da subordinação dos interesses nacionais aos interesses e planos agressivos dos EUA, da NATO e do imperialismo em geral, assumem particular gravidade as diligências, consultas e negociações com vista à instalação no nosso país de armas nucleares ou mesmo de trânsito por território nacional de veículos transportadores de tais armas.

É absolutamente imperioso advertir que a concretização destes projectos de instalação ou trânsito de armas atómicas exporia Portugal a tremendos perigos, criaria a possibilidade, em caso de acidente, de enormes e dramáticas perdas de vidas humanas e de incalculáveis destruições e prejuízos materiais, ou mesmo a destruição total do nosso país em caso de conflito. A concretização de um tal projecto suscitaria, além do mais, um estado de permanente insegurança na vida colectiva nacional e acarretaria inevitavelmente um grande aumento de despesas improdutivas.

3. Face ao crescente protesto e indignação popular que suscitam tais planos, face às reservas, inquietações e apreensões que uma tal orientação suscita em sectores políticos muito diversificados, os partidos da reacção e responsáveis do seu governo têm vindo a procurar desarmar a vigilância da opinião nacional em relação a este problema que é de vital interesse nacional.

A verdade porém é que os cuidados e as estudadas ambiguidades com que abordam a questão, longe de afastarem ou atenuarem as legítimas e justificadas preocupações existentes, acabam por confirmar inteiramente que o governo da «AD» prepara, nas costas do povo português e contra os interesses nacionais, novos passos no sentido do envolvimento do nosso país na estratégia belicista do imperialismo norte-americano. O governo Sá Carneiro dispõe-se assim a autorizar que o território nacional se transforme numa base de agressão a outros povos e países, e que ao mesmo tempo, se converta a perigosamente num alvo militar prioritário em caso de um eventual conflito nuclear, cuja admissibilidade é intensamente propagandeada pelos próprios estrategas militaristas dos EUA, que definem exactamente como teatro dessa guerra nuclear supostamente «limitada», não o território dos EUA, mas o continente europeu.

Trata-se, em rigor, de uma revoltante política de abdicação nacional e de

uma verdadeira conspiração contra a independência de Portugal e a segurança dos portugueses, que elementares princípios de dignidade nacional e brio patriótico justificam seja activamente desmascarada, combatida e derrotada.

4. É para justificar e dar cobertura a uma tal política de abandono e traição nacional e de subserviente conluio com o imperialismo, que as forças reacçãoárias e o seu governo intensificam acções propagandísticas e de diversão ideológica visando dar da situação internacional numa visão falsa, fatalista e catastrófica, agitar o espantoso capcioso da pretensa «ameaça soviética» para absolver as exclusivas responsabilidades do imperialismo na agudização das tensões internacionais, nas tentativas de restauração de um clima de «guerra fria», na intensificação da corrida aos armamentos, no combate ao processo de desanuviamento, nas agressões aos direitos inalienáveis dos povos, nas ameaças à paz.

5. A prática mostrou já, com abundância de provas, que do governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral não há que esperar a mais insignificante atitude compatível com os interesses da independência, dignidade e soberania nacionais. O apoio activo à decisão de instalar os novos mísseis americanos «Pershing» II e Cruzeiro em países da NATO; o corte de relações culturais com a URSS e a participação activa nas campanhas anticomunistas e anti-soviéticas orquestradas pelo imperialismo a pretexto dos acontecimentos do Afeganistão; o apoio à política do imperialismo no Médio-Oriente e, em particular, o corte de relações com o Irão; a participação nas manobras de obstrução e sabotagem da Conferência para a Segurança e Cooperação Europeia de Madrid; — constituem alguns exemplos comprovativos de que, em matéria de política

externa, o governo da «AD» e o seu Ministério dos Negócios Estrangeiros se comportam, não como órgãos de um Estado independente e soberano — mas como meras delegações do Departamento de Estado norte-americano, do Pentágono e dos círculos mais agressivos da NATO.

6. O PCP sublinha uma vez mais que a independência e a segurança de Portugal se asseguram, não como a submissão ao imperialismo mas com uma política de brio patriótico, de independência nacional e de paz e amizade com todos os povos; não com uma política no sentido do estreitamento das relações externas em direcção aos EUA, à CEE, às grandes potências imperialistas, mas com a sua diversificação; não com o «reforço de participação de Portugal na NATO» e com a instigação da corrida aos armamentos, mas punhando pelo desanuviamento e pela coexistência pacífica.

7. O PCP apela para que os trabalhadores, os democratas, todos os patriotas e amigos da paz reforcem a sua vigilância face às manobras do governo reacçãoário e intensifiquem, sob as formas mais diversas, a luta para impedir a consumação dos seus planos aventureiros e irresponsáveis, visando o reforço das bases militares do imperialismo em Portugal e, especialmente a instalação de armas nucleares no nosso país.

Um amplo movimento de opinião e acção por estes objectivos é indispensável e estará em condições de defender a independência e a segurança de Portugal e contribuir para que Portugal, salvaguardando o prestígio internacional adquirido com a revolução de Abril, contribua de forma activa e responsável em favor da causa da paz, da cooperação e da amizade entre os povos.

Lições, 24 de Novembro de 1980

A Comissão Política do CC do PCP

Código Cooperativo não serve o sector

A publicação do Código Cooperativo (Decreto-Lei n.º 454/80), no «Diário da República» de 9 de Outubro deste ano, lançou

uma perplexidade e o protesto nas mais representativas estruturas do sector cooperativo, que engloba já cerca de 3500 cooperativas compreendendo aproximadamente 2 milhões de cooperadores. E as apreensões que este texto veio suscitar, provavelmente agravar-se-ão com a legislação complementar aplicável aos diversos ramos cooperativos, cuja publicação se verificará brevemente.

Sem dúvida que as estruturas cooperativas há muito vêm sentido a necessidade de uma legislação de apoio e de estímulo ao cooperativismo, tão ferocemente espartilhado durante o fascismo e tão amplamente engrandecido após o 25 de Abril, em particular por acção do movimento popular de massas.

Este crescimento em dois sentidos, quantitativo e qualitativo, as suas formas por vezes complexas ditadas pela própria riqueza de situações múltiplas e dos problemas a resolver, postulavam uma legislação adequada.

Imprescindível seria, no entanto, que tal legislação obedecesse a dois fundamentos preceitos, nascidos de uma mesma preocupação de garantia dos direitos democráticos:

a) participação das estruturas cooperativas na elaboração de tal corpo legislativo;

b) fidelidade ao espírito e à letra da Constituição. O Código Cooperativo, agora vindo a lume, tecido à pressa pelo Governo «AD», não garante nem um nem outro aspecto.

É de prever que a legislação complementar enfebre do mesmo mal, ou seja, da mesma preocupação da maioria reacçãoária em acelerar a recuperação capitalista e em controlar o sector cooperativo.

Onde a participação do sector cooperativo?

Desde Outubro de 1978 que se encontrava a funcionar uma Comissão encarregada de elaborar um Projecto de Código Cooperativo Português. Tal comissão, criada pelo III Governo Constitucional, contava com a colaboração de juristas, de representantes do sector cooperativo e do INSCOOP, Instituto estatal do Cooperativismo.

Este trabalho, necessariamente moroso e complexo, seria apoiado pelos sucessivos governos até que, em Abril do corrente ano, o Governo «AD» decidiu extinguir a comissão, sem qualquer consulta prévia às entidades nela envolvidas, e lançou-se a todo o vapor na elaboração do Código Cooperativo. O ritmo imposto pelo Governo «AD» a esta elaboração, os reduzidíssimos prazos impostos, tornaram impossível, de facto, a audição, discussão e participação das cooperativas e das suas estruturas representativas na feita da legislação. Mesmo nestas condições, algumas críticas e sugestões chegaram a ser apresentadas pelo sector cooperativo. Foram pura e simplesmente ignoradas pelo Governo. Assim, e ao contrário do que despuradamente é afirmado no Préambulo ao Código, o sector cooperativo foi deliberadamente afastado da elaboração final do texto e as suas sugestões não foram aceites.

É isto para fazer passar um decreto que aponta em dois preocupantes sentidos: criação de dificuldades burocráticas à constituição e funcionamento das cooperativas ligadas ao movimento popular de massas; possibilidade concreta do capital privado poder vir a beneficiar de forma directa ou indirecta da organização cooperativa. É certo que importa aguardar a legislação complementar que esclarecerá

quanto do que no Código é deixado no vago e apresentado como «inócuo». No entanto, o que se detecta é já altamente preocupante para o dinâmico sector cooperativo.

Vejamos alguns aspectos: A ausência de definição do que é o sector cooperativo pode abrir a formas passíveis de desvirtuar a noção de Cooperativismo definido na Constituição (e é isto mesmo que o Governo «AD» pretende...).

A tal defeito acrescenta-se um excesso do mesmo modo nada inocente: no artigo 4.º define-se o que só a realidade vai progressivamente definindo — os ramos do sector cooperativo. Define-se e define-se mal: não se abarca a realidade objectiva portuguesa e nem sequer se segue o critério da Aliança Cooperativa Internacional. Por outro lado, embora remetendo-se para a legislação complementar a previsão da constituição de cooperativas polivalentes, impõe-se desde já que estas pertençam ao mesmo ramo de actividade (só diferindo as zonas específicas...).

Que «nova» banca é esta?

A intenção de embarçar quer a constituição quer o funcionamento de cooperativas surge mais claramente ainda no artigo 11.º (obrigatoriedade do notário na Assembleia de Fundadores) e outros que levantam uma malha de obrigatoriedades, normas administrativas e burocráticas cuja exigência, na prática, poderá conduzir à paralisação de algumas cooperativas. São exemplos os Capítulos II (Constituição), IV (Cooperadores), V (Órgãos Sociais), VIII (Dissolução) e IX (União, Federações e Confederações de

Cooperativas), entre outros. A dependência das regras administrativas assume, aliás, a forma de tutela por parte do Governo, o que é incompatível com o próprio espírito cooperativo: nomeadamente, a criação de um Registo Cooperativo levanta várias interrogações às estruturas cooperativas empenhadas numa legislação que estimule o movimento e não que, de novo, lhe introduza coletes de forças. Ainda neste aspecto é particularmente grave o artigo 8.º, que limitando, afinal (como outros anteriores), quase impossibilita a existência de Confederações. Por outro lado, a par de dificuldades e armadilhas burocráticas ao sector cooperativo, uma outra alarmante intenção ressalta do texto do Código Cooperativo: abrir portas à infiltração de entidades privadas nas cooperativas, introduzir formas capitalistas de funcionamento no interior de cooperativas, e criar mecanismos de molde a facilitar a constituição de um Banco Cooperativo a que o Prêmbulo alude. E aqui as interrogações não podem deixar de surgir: que «nova» banca é esta, que a pretensão «cooperativista», o Governo «AD» pretende ressuscitar? Não estaremos perante uma nova via de ataque à Banca nacionalizada? Porque não atendeu o Governo as naturais e legítimas aspirações do sector cooperativo, segundo as quais, muito justamente, os meios de apoio às cooperativas, no campo financeiro, técnico e outros, devem passar por estruturas estatais no âmbito de uma política global? Enfim, este Código Cooperativo não serve o sector cooperativo. Daí a movimentação crescente de estruturas cooperativas para a correcção deste texto legal elaborado à margem da sua participação.

Patranhas e pactos desesperos e factos

Diversos órgãos de informação controlados pela direita empenham-se hoje em explorar afirmações proferidas pelo dirigente da «AD» Carlos Macedo num confuso em Bragança, a respeito da existência de um prenho «acordo secreto» entre o PCP e o General Ramalho Eanes.

Sobre o assunto, o SIP do PCP julga bastante anotar o seguinte:

1. Não existe nem nunca existiu acordo ou compromisso algum entre o PCP e o General Ramalho Eanes, pelo que as afirmações do referido dirigente da «AD» são uma notória falsidade.

2. O crescente lugar que a mentira, a calúnia e a invenção nas suas versões mais grosseiras — têm vindo a ocupar no

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes, 1699 Lisboa CODEX, Tel. 76925/769722.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes, 1699 Lisboa CODEX, Tel. 76925/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º D.º, 1000 Lisboa, Tel. 779826/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-CV - 1000 Lisboa, Tel. 780705. Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto, Tel. 28638.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º, Esq. - 4000 Porto, Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedreira - 3000 Coimbra, Tel. 31218.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa, Tel. 77838/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto, Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora, Tel. 903044.

Composto e Impresso na Heeka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média no mês de Outubro: 65 230

defender a liberdade para viver em democracia

Carlos Brito no início da campanha eleitoral

«Devemos dar o nosso contributo para que a democracia subsista»

Os primeiros três dias da campanha eleitoral do camarada Carlos Brito foram aproveitados para uma digressão por diversas localidades do Alentejo e Algarve e ainda à zona industrial a Sul do Tejo.

Foi uma viagem que nem sempre permitiu um contacto mais prolongado como seria do agrado das populações dados os compromissos que se seguiam e as distâncias que era preciso ultrapassar.

Uma candidatura que as forças de direita pretendem classificar de «fantasma» revelou-se, logo de início, bem real, com um número de iniciativas e sessões muito maior do que qualquer dos outros candidatos no mesmo período!...

A viagem da campanha eleitoral começou no sábado, em Ferreira do Alentejo, com uma sessão na Casa do Povo, seguida de uma visita e almoço na UCP «Planície Dourada». Seguiram-se, no programa, sessões em Ourique e Relíquias, em ambas nas instalações das respectivas Casas do Povo.

No dia seguinte, domingo, o camarada Carlos Brito esteve no Algarve. Depois do almoço promovido pela Comissão Concelhia de Faro do PCP nas instalações da Coopopa — uma cooperativa de consumo — decorreu ao fim da tarde uma sessão no salão nobre da Assembleia Distrital daquela cidade, deslocando-se nessa mesma noite para a localidade raiana de Vila Real de Santo António, onde era aguardado no salão de festas do Lusitano Futebol Clube.

Na segunda-feira, a campanha eleitoral levou Carlos Brito ao Barreiro, onde contactou com os trabalhadores da Quimigal que aloçavam no refeitório três. Antes, tinha sido recebido nas instalações do plano da empresa onde lhe foram prestadas algumas informações sobre a projecção actual da Quimigal. Ao encerrar a visita à empresa o camarada Carlos Brito avistou-se com a Comissão de Trabalhadores da Quimigal.

Ainda no Barreiro, o candidato do PCP deslocou-se à Casa dos

Ferrovários, correspondendo a um encontro programado com os reformados da região. Uma sala repleta e um calor fora do normal caracterizaram esta sessão, ambiente aliás que impressionou os representantes dos órgãos de Informação que têm acompanhado o candidato na sua digressão eleitoral.

Antes de se dirigir para Sines, onde à noite participou numa sessão realizada no Salão do Povo, Carlos Brito passou ainda por Palhais e S. António da Charneca, no concelho do Barreiro, onde depois de visitar os Centros de Trabalho do Partido e as principais colectividades destas localidades proferiu breves improvisos para as pessoas que entretanto se concentraram.

«O general de S. Nicolau»...

Campanha de esclarecimento, como aliás Carlos Brito tem acentuado em todas as intervenções até agora proferidas, nela se procura elucidar as pessoas que assistem dos problemas que se colocam na defesa da democracia e da liberdade nas próximas eleições presidenciais.

A figura do general Soares Carneiro, candidato da «AD» — «o general de S. Nicolau», como começa a divulgar-se não deixou de ser desmascarada por Carlos Brito.

Recordando as suas actividades políticas, as quais, como frisou, nada tinham a ver com a sua qualidade de militar, antes revelavam a sua identificação com o governo fascista que o nomeava

para os cargos políticos, Carlos Brito denunciou o início da carreira do «general de S. Nicolau», que agora a «AD» e os seus apatiguados querem esbater, ou apagar mesmo.

Em 1963, Soares Carneiro vai para Timor, não no desempenho de funções militares mas como director da censura fascista. Nestes cargos, recorde-se, só eram indicados féis servidores do regime salazarista. E o 25 de Abril de 1974 vem encontrá-lo como secretário-geral da colónia de Angola. Cargos políticos ao serviço do fascismo.

... experiente na repressão

Apontando o facto do general Soares Carneiro ser um homem experiente no aparelho repressivo — os seus contactos com a PIDE, o envio de patriotas angolanos para o campo de concentração de S. Nicolau e o desrespeito pelas decisões judiciais são prova disso — Carlos Brito fez notar que terá sido esta a principal razão por que a «AD» o escolheu.

Nas sessões em que interveio o candidato comunista referiu ainda que a operação de «branqueamento» que a «AD» fez do seu candidato não resultou — isto apesar de alguns benévols democratas quererem atribuir propósitos democráticos a Soares Carneiro, como foi o caso de Mário Soares.

Nas suas aparições em público, o candidato da «AD» logo resvala para a sua verdadeira imagem. Ainda recentemente não hesitou em ameaçar com o estado de sítio. Foge-lhe a boca para a verdade.

Como diria Carlos Brito numa imagem feliz: As forças da direita querem fazer de Soares Carneiro um democrata. Mas é difícil, porque não tem jeito.

Aliás, em Faro, no salão nobre da Assembleia Distrital, onde se viam algumas pessoas com o autocolante do general Ramalho Eanes e que

visivelmente não se colocam na área dos militantes e simpatizantes comunistas, um dos presentes rematou as palavras de Carlos Brito, que na altura afirmava cheirar a candidatura de Soares Carneiro a fascismo e colonialismo, ao gritar: Cheira a Pide!!

Derrotar o candidato da reacção

Derrotar o candidato da reacção é, sem dúvida, a principal tarefa da candidatura comunista. Isso mesmo o tem repetido incansavelmente o candidato comunista.

Mas para derrotar o general da «AD» importa falar das outras candidaturas, nomeadamente das esquerdistas e do papel divisionista que fomentam entre as forças democráticas.

Otelo, que em tempo afirmou preferir um governo PPD a um governo do PCP deve estar hoje satisfeito. E satisfeito está, certamente, quando declara que o importante é derrotar na primeira volta o general Ramalho Eanes. E quando afirma que seria bom a vitória de Soares Carneiro porque unia as forças de esquerda.

É um favor que presta às forças de direita. E na altura em que se pode (e está a) verificar a unidade de todas as forças democráticas para derrotar o candidato da direita mais reacçãoária, Otelo presta-se ao frete de lançar confusão, de promover a divisão.

A candidatura de Aires Rodrigues não é mais do que o aproveitamento desonesto de um sentimento profundo que existe entre os comunistas e grande parte dos socialistas — a unidade das forças de esquerda.

E Aires Rodrigues fala do tal candidato comum da esquerda, atribuindo culpas aos dois partidos (o PS e o PCP) por não terem avançado essa solução. Mas deliberadamente esquece que durante todo o ano de 1980 os dirigentes do PCP não pouparam

diligências nesse sentido. Esta é uma candidatura parasita, tanto mais que Aires Rodrigues, em 1975, na altura membro do Secretariado Nacional do PS, nada fez (antes pelo contrário) que favorecesse e defendesse a unidade.

Estas questões foram abordadas por Carlos Brito ao apontar a necessidade premente de derrotar Soares Carneiro, acrescentando que isso não representava só a derrota da reacção, mas um novo alento para a luta, uma alma nova para a defesa das conquistas da Revolução e dos interesses dos trabalhadores.

Entretanto, nas perguntas que surgem no final das sessões algumas prendem-se com a relutância das pessoas em darem o seu voto a outro candidato, como se fosse já assente a desistência do candidato do PCP.

Que a candidatura ainda está de pé o tem recordado Carlos Brito, acrescentando que a decisão de desistir ou comparecer no acto eleitoral será analisada pelo Comité Central do PCP a tempo de que se possa elucidar amplamente os militantes e simpatizantes para que eles tenham tempo de fazer a sua opção e deem o seu voto certo na hora certa.

No respeitante à votação noutro candidato — num candidato que esteja melhor colocado para derrotar o candidato da reacção — já que as perguntas têm sido colocadas nestes termos, o camarada Carlos Brito tem explicado que não é com alegria que os comunistas admitem ter que dar os votos a outro candidato que não é o nosso. É por isso que se fala em engolir sapos vivos.

E acrescenta: É como uma família que para salvar da doença o filho querido se desfaz dos objectos que mais gostava para que aquele continue a viver. Se para salvar a liberdade e a democracia for necessário dar os nossos votos a outro candidato que não é o nosso não podemos hesitar. Devemos dar o nosso contributo para que a democracia subsista.



Ferreira do Alentejo



UCP Planície Dourada



Ourique



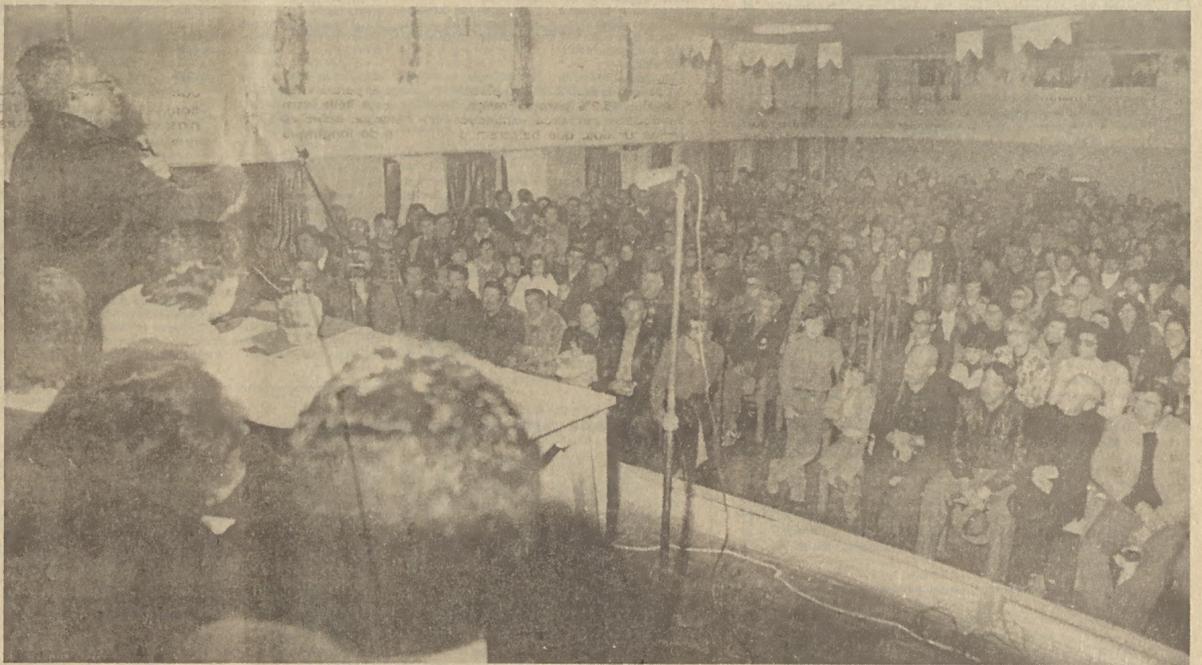
Coopopa (Cooperativa de Consumo de Faro)



Faro (Assembleia Distrital)



Vila Real de Santo António



Relíquias



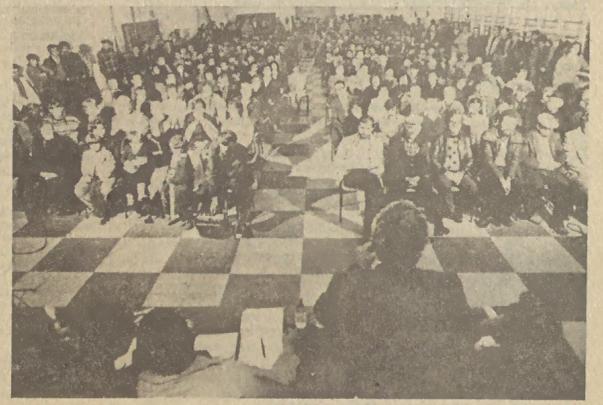
Barreiro (Encontro com reformados)



Palhais



Santo António da Charneca



Sines

Semana

1977 - Morrem 131 pessoas, incluindo passageiros e tripulação, no despenhamento de um Boeing-727 da TAP, na sequência de uma má aterragem no aeroporto do Funchal.

19 Quarta-feira
O Primeiro-Ministro Sá Carneiro apresenta na Assembleia da República uma moção de confiança ao «seu Governo»; o PCP, através do deputado Veiga de Oliveira, considerou tal moção uma tentativa de manipulação da Assembleia da República como mero instrumento de propaganda do Governo e do candidato dos chefes da AD à Presidência da República, e ainda como um acto de guerrilha institucional. O Grupo Parlamentar do PCP requer um inquérito da Assembleia da República à situação nos órgãos de Comunicação Social estatizados. Os trabalhadores do Centro de Informática Nacional de Estatística afirmam, em conferência de imprensa, que não estão reunidas as condições para que o próximo recenseamento geral da população, marcado para Março de 1981, se faça na data prevista, recordando que os 130 funcionários do Centro de Informática estão em luta há 62 dias pela reestruturação do seu departamento e publicação da portaria que regulamenta as carreiras. O Conselho de Redacção da RDP classifica a informação produzida na emissora oficial como um misto de manipulação e incompetência.

20 Quinta-feira
1979 - O CDS vê-se forçado a reconhecer que «um dirigente seu, da Comissão Conciliadora de Lisboa, distribuiu indevidamente e por desconhecimento da Lei» uma circular a empresas nacionais solicitando contribuição financeira (legal) para as campanhas eleitorais da «AD».

Continuando a sua luta contra a tentativa de imposição de um tecto salarial de 20%, os trabalhadores da Carris paralisaram totalmente a sua actividade entre as 9 e as 17 horas. Os alunos finalistas de Medicina de Lisboa protestam, em conferência de imprensa, contra a situação que lhe está a ser criada na disciplina de Medicina III, que ainda não começou nem se sabe em que condições vai iniciar-se; os 800 alunos deste 6.º ano apontam como causa deste atraso e confusão uma profunda concorrência entre conhecidos nomes da classe médica portuguesa, em disputa pelos lugares de regência e respectivas competências da cadeira em questão. O Conselho da Revolução discute a situação no sector da Comunicação Social estatizada, com base num trabalho colectivo do próprio CR.

21 Sexta-feira
1806 - Napoleão determina o bloqueio a Portugal.

Terminam no Laboratório Nacional de Engenharia Civil as primeiras Jornadas Portuguesas de Acústica, onde se concluiu, nomeadamente, que a grande maioria dos locais de trabalho em Portugal apresenta condições de exposição ao ruído susceptíveis de afectar a saúde dos trabalhadores. O Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais (MPMCI) anuncia, em conferência de imprensa, que apresentará nos Ministérios do Comércio e Turismo e do Trabalho um abaixo-assinado que será o protesto daquela classe contra o projecto de novos horários de trabalho, elaborado pelo Governo. O Presidente da República, general Ramalho Eanes, afirma numa comunicação ao País que aos candidatos às eleições presidenciais «devem ser dadas exactamente as mesmas oportunidades, sem excepções ou discriminações de qualquer espécie, designadamente nos meios de Comunicação Social estatizados». A TAP-Air Portugal e a Iberia, companhia aérea espanhola, assinam em Lisboa um acordo de cooperação no âmbito das actividades comercial, técnica, administrativa e de apoio geral. Os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa paralisam completamente a sua actividade, no prosseguimento da sua luta contra a tentativa de imposição de um «tecto salarial» de 20%.

22 Sábado
1945 - Morre a actriz Adolfa Bráncas, grande figura do Teatro português. Tinha 79 anos.

Inicia-se às zero horas de hoje a campanha eleitoral para a Presidência da República. Sete candidatos: Carlos Brito (PCP), Ramalho Eanes, Pires Veloso, Galvão de Melo, Soares Carneiro, Otelo S. Carvalho e Aires Rodrigues. Realiza-se na Faculdade de Direito de Lisboa a 1.ª Assembleia da Organização do Ensino Superior de Lisboa da JCP, participaram 120 delegados. A União dos Sindicatos de Lisboa (USL) solidariza-se com a luta dos trabalhadores da Carris e do Metropolitano de Lisboa e denuncia a tentativa do Governo de «associar» esta luta com o aumento do preço dos transportes, anunciado esta semana pelo ministro da tutela. É acordado entre os Governos português e espanhol que delegações dos Ministérios do Trabalho de ambos os países se passarão a encontrar regularmente (duas vezes por ano), para o que se constituirão «grupos de trabalho» encarregados de propor «acções concretas de cooperação bilateral» em domínios específicos da área daqueles departamentos, especialmente no emprego.

23 Domingo
1579 - Por determinação do cardeal-rei, D. Henrique, D. António Prior do Crato, neto de D. Manuel I, é obrigado a sair de Portugal, ficando privado de todas as honras e bens. Estava-se a poucos meses da data da Independência e do domínio filipino.

O PS, com 4272 votos e três vereadores, vence as eleições para a Câmara Municipal da Mealhada; o PSD obteve 3932 votos (três vereadores) e a APU 1210 (um vereador); nas eleições de Julho passado, posteriormente invalidadas, a APU obteve 856 votos (e nenhum mandato), a AD (que agora não concorre como tal) 3655 votos e o PS 3660. Industriais de águas minero-medicinais e de mesa, reunidos na Curia, pronunciam-se a favor da elaboração de um plano a médio prazo para o relacionamento do termalismo e da definição de uma nova Lei das Águas.

24 Segunda-feira
1977 - Morre em Lisboa o advogado Arturdo Vicente, que foi candidato às eleições presidenciais de 1958, tendo desistido a favor de Humberto Delgado.

Numa nota da sua Comissão Política, o PCP acusa o Governo Sá Carneiro de estar envolvido em negociações secretas sobre projectos militares que transformariam Portugal numa praça de armas do imperialismo, com gravíssimas consequências para a independência, a soberania e a segurança do País. O «Diário da República» publica a resolução do Conselho da Revolução que considera inconstitucional um projecto de decreto-lei governamental que pretendia introduzir alterações ao Código Penal e ao Código de Processo Penal. Um economista sueco, prof. Lundberg, membro do Conselho de Planeamento do Governo sueco, falando durante os trabalhos do 10.º seminário para banqueiros estrangeiros promovido pelo BPA, afirma não acreditar na taxa de inflação de apenas 20% que o Governo português perspectivou para este ano.

25 Terça-feira
1843 - Nasce o escritor Eça de Queiroz.

O Sindicato dos Jornalistas, na sequência de uma determinação da assembleia geral da classe efectuada na passada sexta-feira, envia uma carta aberta ao primeiro-ministro Sá Carneiro onde, para além da explicitação de exigências no campo salarial e profissional, se inquiri sobre as pressões e limitações impostas ao exercício da profissão, numa censura cada vez menos encapotada. A Comissão de Trabalhadores do INATEL alerta a opinião pública para a situação económica difícil que se vive na instituição; segundo a CT, as dificuldades económicas existentes podem colocar em causa as actividades do INATEL.

Os Comunistas na Assembleia da República

Moção de autoconfiança esconde o verdadeiro programa do Governo

Três sessões plenárias da Assembleia da República foi o tempo que o governo precisou de gastar para consumir mais uma manobra eleitoralista e de pressão institucional a partir daquele órgão de soberania: a aprovação de uma moção de confiança para a actuação de um governo a prazo máximo de dois meses.

Tratou-se da terceira vez que a Assembleia da República apreciou uma moção de confiança: a primeira, em Dezembro de 1977, implicou a queda do governo de Mário Soares; a segunda, em Janeiro deste ano, seguindo-se imediatamente à aprovação do programa do governo que ainda hoje é o mesmo (programa e governo), mostrou como Sá Carneiro estava disposto a encetar todas as manobras e pressões a partir da sua maioria; a presente moção de confiança destinou-se — como aliás foi diversas vezes referido no debate por parte dos deputados dos partidos da oposição — a permitir nomeadamente que o governo na sua actual composição e por motivo das eleições presidenciais que se avizinhavam possa continuar em funções sem mostrar ao povo português os verdadeiros contornos do programa que se prepara para aplicar e que os seus apoios reclamam: um

programa que defende os interesses dos verdadeiros beneficiários da actuação do governo «AD» — os grandes capitalistas, agrários, especuladores e toda a casta de exploradores para a sobrevivência dos quais é indispensável a destruição do regime democrático-constitucional. O debate desta moção de confiança iniciou-se com uma declaração «sobre política geral» proferida por Sá Carneiro, declaração em que o máximo responsável do governo «AD» se limitou a anunciar algumas, poucas, generalidades. Desde logo, ficou no ar aquilo que Dias Lourenço, ao encerrar o debate em nome do PCP, classificou como um debate estranho e absurdo, integrado na guerrilha institucional que tem caracterizado desde o início o governo Sá Carneiro, a sua maioria parlamentar, a sua máquina de propaganda oficial e oficiosa.

Moção de autoconfiança — assim lhe chamaram a generalidade dos observadores — aberta com a tal declaração puramente verbalista, no final da qual (e ao contrário do que sói acontecer em debates de importância semelhante) nenhuns dos grupos parlamentares utilizou o período de perguntas ao PM. Deveras sintomático!

O Grupo Parlamentar do PCP interveio no debate através das intervenções dos deputados Veiga de Oliveira, Vital Moreira, Octávio Teixeira, Anselmo Aníbal e Dias Lourenço, de que publicamos extractos noutra local. Nessas intervenções, como aliás na de deputados dos restantes partidos da oposição ao Governo da «AD», a manobra governamental foi vivamente denunciada em termos que, nem da parte do governo nem das bancadas da maioria conseguiu sair um único argumento que fosse às questões que foram levantadas. Assim, o governo e a maioria disseram nada às seguintes questões:

O senhor Primeiro-Ministro vem no entanto dizer-nos que esta moção de confiança se justifica como uma espécie de caução transitória, até à próxima eleição do Presidente da República. A ser assim, será justo afirmar que foi depositada caução no lugar errado. O primeiro dos órgãos de soberania de cuja confiança o Governo depende é o Presidente da República. Seria depois de obtida ou confirmada essa confiança que teria sentido apresentar-se o Governo a esta Assembleia. Foi inteiramente oposto o caminho escolhido pelo Governo — questão suscitada pelo deputado Veiga de Oliveira, que depois classificou a atitude

governamental como um acto de guerrilha institucional. **No entendimento do Governo, portanto, o decisivo não são as eleições legislativas mas antes as presidenciais. Os Governos mudam-se, não pela sucessão de legislaturas, mas pela sucessão de Presidentes. Ao contrário da letra e do espírito constitucional, este governo tem-se, não como um governo de legislatura, mas como um governo de presidência — questão levantada por Vital Moreira que ficou igualmente sem resposta que se ouvisse. Daí que tenha sido justa a conclusão tirada por Dias Lourenço na sua intervenção final em nome do Grupo Parlamentar do PCP: Esta moção de autoconfiança é uma autêntica pirueta parlamentar para fugir à explicação do inexplicável, para justificar o injustificável, para iludir o povo português acerca dos verdadeiros objectivos da «AD» e do seu governo.**

Depois da apreciação dos mandatos dos deputados e da eleição dos membros da Mesa da AR, esta primeira sessão de trabalho da II Legislatura não deixa de levantar algumas preocupações quanto ao comportamento que a «AD» irá presumivelmente ter face ao funcionamento das instituições democráticas, no caso concreto do órgão de soberania Assembleia da República.

«Faça-se silêncio nesta sala»

A sessão de terça-feira passada poderia ter sido a sessão do 25 de Novembro. Afinal não foi. Não porque as referências a essa data polémica da história da sociedade portuguesa não tivessem acontecido no homicídio de São Bento.

Jaime Gama, pelo PS, insinuando-se contra os que queriam fazer daquela data um novo 25 de Maio, dizia ser impossível falar do 25 de Novembro sem falar do actual Presidente da República.

Cláudio Dias, do CDS, evitaria as referências à data que passava, evitando de igual modo referências ao que de importante poderia acontecer na Assembleia, falando de temas «que não são palpantes», como reconheceu, numa ânsia de passar ao lado das questões fundamentais.

Ângelo Correia, do PSD, faria, por seu lado, o contrário do que fizera o deputado do PS: tentaria demonstrar que o 25 de Novembro não se pode atribuir à responsabilidade do actual Presidente da República, e que as intenções dos participantes nas acções daquela data de 1975 tinham sido adulteradas logo no dia seguinte...

Depois da intervenção do deputado Mário Tomé, da UDP, que mandaria calar, com êxito as provocações de Naraña Coissoré, falando Lino Lima, o deputado comunista, que no final seria aplaudido pela sua bancada e por alguns socialistas. E foi direito à questão:

A maioria quer encerrar o parlamento até depois das eleições presidenciais — afirmou logo de entrada — Em Junho, as cúpulas da maioria fizeram a mesma coisa. Quando havia para votar leis que ela tinha reputado de urgentes; quando havia uma moção de censura para discutir, quando havia um inquérito para decidir — e «AD» recusou-se a prolongar a sessão parlamentar e calou a voz da Assembleia. Agora pretende fazer o mesmo.

E Lino Lima denunciou: **Por causa das eleições presidenciais, o Governo não apresentou o seu programa a esta Assembleia, pois tem de funcionar até lá como comissão eleitoral do seu candidato. Por causa das eleições presidenciais, o Governo e a maioria não querem que nesta casa se discuta os inquéritos já referidos pela oposição tendo como objecto o que se passa na comunicação social estatizada, que põe ao serviço do seu candidato de maneira tão deslavada e desavergonhada (...). Por causa das eleições presidenciais, a maioria não quer que o Governo esteja sujeito à fiscalização do parlamento, à denúncia nesta tribuna dos actos que se preparam para praticar neste sentido de condicionar a vontade do eleitorado a favor do seu candidato.**

A partir da amanhã — sublinhou Lino Lima, referindo-se à vontade da «AD» em encerrar a AR durante a campanha eleitoral, após ter despachado, com o auxílio da sua maioria, a votação que conseguiu favorável, da prioridade e urgência para a apreciação, que conseguirá também favorável, de três diplomas, um sobre o recenseamento geral da população e habitação, outro sobre a alteração à Lei do Organismo Geral do Estado para este ano e outro ainda, que constitui um aditamento ao diploma que rege a eleição do Presidente da República — a partir de amanhã o parlamento fecha porque a comissão eleitoral do sr. Soares Carneiro, para se empenhar a fundo e sem pelas na promoção do seu periclitante candidato, não quer que a encomodem, quer ter as mãos livres, quer sujar as mãos à vontade, sem que haja aqui quem lhe aponte as nódoas (...). Faça-se silêncio nesta sala.

Intervenções

• A coesão da «AD» não é lá muito forte

Chegámos ao fim deste estranho debate e a interrogação com que iniciámos a primeira intervenção subsiste: «Porquê, para quê esta, assim chamada, moção de confiança?»
Somos irresistivelmente levados a evocar o dia 27 de Junho deste ano, quando, lutando-se à discussão e votação de moções que punham em causa a política, a existência e a legitimidade do Governo, a maioria AD esteve prestes a transformar-se em minoria (...). Esta chamada «moção de confiança» insere-se ineludivelmente na guerrilha institucional que tem caracterizado desde o início o Governo Sá Carneiro, a sua maioria parlamentar, a sua máquina de propaganda oficial e oficiosa. Enquadra-se também imediatamente inferior nos «objectivos eleitoralistas» da coligação governamental empenhada agora em fazer eleger o seu imediato inferior hierárquico, o PM-adjunto, e outros dirigentes políticos da AD, e até mesmo o seu candidato à Presidência da República, em si próprios, mesmo durante este debate parlamentar e à margem dele, em afirmações que o desrespeitado candidato à Presidência da República, general Soares Carneiro (...). As provas, a prática do dia-a-dia, demonstram-no categoricamente. Durante o ano de 1980 e de vigência do Governo AD assistimos à introdução crescente de métodos antidemocráticos, de factores de instabilidade de toda a ordem, de decisões arbitrárias e anticonstitucionais, de surtos de violência da parte do Executivo, de

e outros, com a colaboração do desrespeitado candidato dos partidos da AD à Presidência da República, em si próprios, e uma inqualificável chantagem visando intimidar e induzir em erro o povo português (...). «A eleição de Ramalho Eanes — diz Freitas do Amaral — seria um verdadeiro cataclismo nacional» haveria uma situação de crise em todo o País e os dois principais partidos «em que inclui os dois maiores da AD». «Não há democracia, não há AD se Ramalho Eanes ganhar» — diz Sá Carneiro. O Presidente nominal da Comissão Política do PSD, Carlos de Macedo, disse também que a AD se fracturaria se o general Ramalho Eanes viesse a ganhar as próximas eleições, e por sua vez o sr. Barbosa de Melo, da Comissão Política de candidatura do general Soares Carneiro, afirmando pela mesma clave afirmou: «a eleição de Ramalho Eanes seria o fim da democracia, atingiria a coesão da AD». Ficamos naturalmente a saber, pela boca responsável destas declarações, das personalidades da coligação governamental que a consistência e a coesão da AD, não é lá muito forte, que deixa muito a desejar e enche de preocupações a aqueles que ambiciosamente se propõem monopolizar o poder político em Portugal (...).

«A manipulação e a partidarização vergonhosas dos órgãos de comunicação social, estatizados ao serviço da política do Governo e dos órgãos de comunicação social da AD são dos mais gritantes atropelos à legalidade democrática e à pluralidade ideológica» — e a «independência perante o Governo e a Administração Pública» expressos na Constituição (...). Por outro lado, como pode o PM falar em «patamar de estabilidade» no seu consultado de 1980, quando o povo português e os trabalhadores dum forma particular, sentiram na carne e no agravo geral das suas condições de vida e de incompatível com os novos pacotes de aumentos de preços em perspectiva, como preludivam os anúncios em 1979 dos combustíveis, dos

transportes, dos adubos e outros. O PM prometeu um ritmo de expansão da riqueza nacional de 4% ao ano. Como? Integrando Portugal no vespereiro de crise da CEE onde a produção baixa depois de notória estagnação, onde o contingente de desempregados atinge cifras jamais atingidas, onde parceiros a nível industrial e agrícola, se preparam para uma saída da concentração multinacional da CEE? (...) Como se pode falar em aumentar a riqueza em termos reais quando através da destruição brutal da Reforma Agrária, activamente empreendida pelo

• Confiança para governo de campanha eleitoral

«Um Governo para quatro anos» foi o principal slogan eleitoral da «AD». Todavia, quando as eleições a «AD» vem pedir a confiança parlamentar para um governo de dois meses. A «AD» começa assim a defraudar a confiança do eleitorado. Verificado o facto, importa, contudo, encontrar a explicação para ele. A questão de confiança suscitada pelo Governo à AR começa por ser uma falsa questão. Constitucionalmente é um abuso de poder; politicamente é um contrasenso. Pois, das duas uma: ou o governo reconhece a continuidade de acção de um governo que posto, por exemplo, perante a Lei 179, das Finanças Locais, estipula por despacho ministerial, uma interpretação restritiva da letra da lei, subtraindo-se às autarquias 25 milhões de contos, verbas geralmente aplicáveis em investimentos de equipamento (de passageiros) lembremos que Lisboa, sede desta Assembleia, cidade carenciada, em várias áreas da sua vida, por forma dramática, viu-se subtraída em dois milhões de contos pelas aplicações restritivas de 1979 e de 1980, dos governos «AD», de Mota Pinto e Sá Carneiro. Que confiança, em 2.º lugar, pode merecer um governo que posto perante o desenvolvimento do associativismo municipal regista a criação de um Conselho Nacional de Municípios, uma medida administrativa carecida de legalidade, de conteúdo profundamente centralizador, digna do «centralismo» que se

procura de meios de entorse da arquitectura institucional do nosso sistema constitucional de Governo. (...) Em Janeiro passado já este governo se havia destacado ao apresentar um pedido de confiança logo após ter visto passar na AR o seu programa de Governo. Tratava-se como lhe ocorreu de dizer na altura, de conseguir dois objectivos: por um lado a maioria que era escassa e precária, como depois se veio a verificar; e, em segundo lugar e sobretudo, de estabelecer uma arma de reforço do seu programa de Governo — um acto de notável imaginação política na

papel no carrear da «AD» para o poder. Também o lobby insular — disse o ministro Freitas do Amaral — não se dá a vazar cortado. O PPM, esse, pode apresentar «livros negros» e mal-dizer as auto-estradas mas não está em condições de moldar a política do governo. (...) Realça-se de novo a grande incongruência: a «AD» fez a campanha eleitoral com o slogan «Um Governo para quatro anos»; afinal apresenta-se à AR para pedir a confiança para um governo de dois meses. Porventura ainda haverá que encontrar meios para distribuir até ao dia 7 de Dezembro uns bolos de Natal a os portugueses tal como os rebuçados distribuídos antes de 5 de Outubro. Ainda não chegou o momento de dar luz verde ao patronato, a quem o PM disse antes do Verão: «Agumentem os preços até às eleições». A razão por que o Governo não apresentou o Programa de Governo para quatro anos é a mesma que justifica que não tenha apresentado ainda as propostas de lei do Plano e do Orçamento para o próximo ano: que mantenha na gaveta o projecto de revisão constitucional; que tenha silenciado o projecto de revisão do Regimento da AR. Trata-se de esconder de momento o seu verdadeiro projecto político, tentando ocultar, por mais algum tempo, o que se espera os portugueses nos anos que se vão seguir. Mas não é por não ter programa que o Governo

para o Governo continuar a funcionar durante mais algumas semanas como simples comité eleitoral. Os seus deputados não lhe regearão o voto solicitado. Da oposição, não o espera o Governo. Na verdade, é com redobrada determinação que lhe recusamos. Da nossa parte este Governo só pode esperar a mais frontal desconfinança. Aninhados a esperança que dessa desconfinança irá compartilhar, não precisa de passar muito tempo, um número crescente de portugueses. (...) É neste quadro que assumem importância decisiva as eleições presidenciais e é nesta perspectiva que tem de ser considerada a via que o Governo resolveu seguir nesta manobra. Pelas paredes do País está já profusamente afixado o cartaz que, só por si, resume um projecto político: maioria — Governo — Presidente «AD». Implicitamente está contido também: Constituição «AD». Se juntarmos a isso a RTP «AD», a RDP «AD», o Provedor de Justiça «AD», as F.A.S. «AD», completaremos o quadro do projecto político que se segue e tem de ser totalitário. O Estado «AD», o monopólio absoluto de todas as instituições públicas pelo Governo. (...) É por isso que este voto de confiança não poderia ser diferente do que é: uma luz verde

• Um claro abuso e desvio de poder

(...) O senhor Primeiro-Ministro e o seu Governo têm como prioridade suprema a realização dos seus objectivos eleitoralistas. A realização deste debate político não se inscrevem na linha de destruição do regime democrático escolhida por este Primeiro-Ministro deste Governo, desta «AD»: a linha de desestabilização institucional e das pressões intoleráveis sobre o eleitorado. (...) O Primeiro-Ministro proclama publicamente desejar implantar uma «verdadeira democracia», mas recusa respeitar o regime democrático que lhe permitiu passar da oposição ao poder... Para ele o regime não é democrático se não lhe garantir a permanência no poder contra a vontade da maioria. Para ele o regime não será democrático se não forem o Primeiro-Ministro e a sua Aliança os detentores em exclusivo de todos os órgãos de soberania.

recessa o que quis dizer ao afirmar que no quadro da derrota do seu candidato presidencial «as grandes batalhas políticas serão no Parlamento». (...) Tudo o que este Governo fez foi procurar criar as condições indispensáveis à liquidação do regime democrático e desde logo à conquista e monopolização de todos os órgãos de soberania que lhe permitiria perpetuar-se no poder mesmo contra a vontade da maioria dos portugueses. Esta moção de confiança mais não é do que uma peça desse projecto. É a recusa ao cumprimento da Constituição. É a contestação da ordem e do regime democrático. É a tentativa de manipulação da Assembleia como mero instrumento de propaganda do Governo e do candidato dos chefes da «AD» à Presidência da República.

liberdades dos cidadãos, dos direitos dos trabalhadores e da ordem democrática. (...) Este o projecto político que se segue e tem de ser totalitário. O Estado «AD», o monopólio absoluto de todas as instituições públicas pelo Governo. (...) É por isso que este voto de confiança não poderia ser diferente do que é: uma luz verde

• Uma situação insólita

Os objectivos eleitoralistas que levaram o Governo a escolher esta forma de se apresentar neste momento perante a AR conduzem-nos a esta situação insólita quando o candidato dos chefes da «AD» à Presidência da República.

ção ou o emprego, ele remeter-nos-á para medidas de médio prazo que a final não estarão em governo competido; se pretendemos discutir a política de médio prazo, ele dir-nos-á que não é o momento próprio, dada a sua autonomia a governo por dois meses. (...) Estes os objectivos e a prática política que, no plano económico, o governo «AD» prossegue nos últimos dez meses. E se mais grave e prejudicial não foi a sua actuação tal se ficou a dever, em parte, ao facto de não monopolizar todos os órgãos de soberania, à precariedade da maioria de que dispunha nesta Assembleia à declaração de inconstitucionalidade de alguns dos seus diplomas. A eleição do candidato da «AD» à Presidência da República, em cuja campanha se insero

Anselmo Aníbal 21/11/80



Veiga de Oliveira 19/11/80



Octávio Teixeira 20/11/80



defender a liberdade para viver em democracia

Álvaro Cunhal no Pavilhão dos Desportos Uma batalha política com profundas consequências na vida nacional

Camaradas e Amigos:

Começa a campanha eleitoral para a Presidência da República.

Trata-se de uma batalha política cujo resultado terá profundas consequências na vida nacional.

Estamos empenhados nessa batalha e é necessário que nos empenhemos ainda mais, porque o resultado dessa batalha influirá poderosamente no futuro do nosso povo e do nosso país nos anos mais próximos.

Depois das eleições para a Assembleia da República de 5 de Outubro, com a repetição da maioria «AD» na Assembleia e a continuação do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral os perigos contra a democracia aumentaram consideravelmente. Mas podem ser ultrapassados.

A reacção pode ser derrotada nas eleições presidenciais. E, em consequência, as eleições presidenciais podem constituir um passo muito importante para fazer parar a ofensiva inconstitucional, legal e subversiva das forças reacçãoárias e para retomar o curso da vida democrática e da democratização da sociedade portuguesa.

Entretanto, a situação não aparece clara para muitos portugueses.

Há ainda muita confusão, há muitas opiniões diferentes, há muitas ideias feitas, há muitas interrogações, muitas dúvidas, muitas vacilações e indecisões acerca da atitude a tomar.

Uma palavra é constantemente usada para caracterizar a situação: a complexidade. Todos dizemos que a situação é complexa. E de facto é complexa. Mas se é complexa, maior deve ser o esforço para se buscarem os caminhos para ultrapassar os perigos e para levar a cabo um grande esforço de esclarecimento da opinião pública.

A candidatura de Carlos Brito

A grande complexidade e as interrogações, dúvidas e vacilações que surgem resultam em larga medida do facto de que tratando-se de eleger o Presidente da República, sendo de transcendente importância essa eleição para o futuro da democracia, entretanto, nós, os comunistas, assim como os trabalhadores em geral, não temos como objectivo possível nestas eleições levar a Belém um comunista ou mesmo um outro candidato com uma orientação e uma política progressistas.

A verdade é que não há um candidato comum das forças democráticas e é necessário lembrar uma vez mais que a responsabilidade não é nossa.

Um candidato de todas as forças democráticas, para ser possível, teria exigido entre outros acordos, um acordo entre o PCP e o PS. Mas o PS não o quis.

Ao longo dos meses fizemos sucessivas e constantes propostas às forças democráticas, designadamente ao PS, para examinar com o nosso Partido todas as questões relativas à situação política, ao avanço da reacção, à demissão do Governo Sá Carneiro quando ela era inteiramente possível, às eleições legislativas e presidenciais.

Recebemos sistematicamente uma recusa.

Estamos por isso nas eleições sem um candidato de esquerda em condições de ser eleito e de ir para Belém.

E que não se fale em Otelo Saraiva de Carvalho como possível alternativa.

Otelo Saraiva de Carvalho é a ambição do poder personificada, é a divisão e é o logro.

Tudo quanto afirma acerca das suas próprias possibilidades constitui uma mistificação do eleitorado. É uma candidatura para dividir votos democráticos e antifascistas e facilitando objectivamente a eventual eleição do candidato da reacção, general Soares Carneiro.

Quando a Aires Rodrigues, divisionista que clama pela unidade, é a mistura da demagogia e — temos de dizer a palavra — da vigarice política e vigarice prática, como provam as centenas de milhares de assinaturas caçadas na mira dos signatários poderem ser beneficiados no sorteio de um televisor a cores e falsificadas depois como se fossem apolantes ao candidato.

Entretanto, perante os perigos que se avolumam, apesar de não haver nenhum candidato da esquerda em condições de poder ser eleito, é necessário tudo fazer para assegurar a defesa, a salvaguarda, a continuidade e o desenvolvimento do regime democrático.

Numa tal situação, podíamos nós, comunistas, deixar que se desenvolvesse a campanha cada vez em maior confusão? Podíamos deixar a maior parte dos portugueses sem tentar esclarecê-los através dos poderosos meios de comunicação social apenas acessíveis aos candidatos e respectivas candidaturas?

Não seria um erro uma tal atitude?

A resposta vem sendo: Um erro e um erro grave.

Numa tal situação, a presença da voz dos trabalhadores, da voz das conquistas de Abril, da voz das nacionalizações e da Reforma Agrária, da voz da luta firme e indefectível em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, da liberdade e da democracia, da voz do Partido Comunista Português na campanha eleitoral das presidenciais tomou-se uma necessidade imperiosa.

Por isso, depois dum longo debate no nosso Partido e da Conferência Nacional, foi apresentada a candidatura do camarada Carlos Brito, cuja razão de ser encontra cada vez mais larga compreensão e apoio não só no Partido, mas em vastos sectores democráticos e em largas massas populares.

A voz do PCP é uma voz insubstituível. Em todos os momentos cruciais, a voz do PCP é factor fundamental na luta popular. Também o está a ser e será na batalha das eleições presidenciais.

A candidatura de Carlos Brito é, antes de mais, uma candidatura de esclarecimento e de mobilização dos esforços dos militantes democratas e do eleitorado democrático.

A reacção não gostou nada que o PCP apresentasse uma tal candidatura. Gostaria que o PCP, ou não apresentasse ninguém, ou apresentasse uma candidatura unitária, à caça dos votos, para dividir ainda mais os votos daqueles que estão contra a reacção e o seu candidato Soares Carneiro.

Dal a violenta campanha desenvolvida contra a candidatura do PCP e até pessoalmente contra o camarada Carlos Brito.

Não há insulto que não lhe dirijam. Não há intriga que não tentem desenvolver. E uma das intrigas é que Carlos Brito seria «um sacrificado», seria «o mártir do PCP», porque o PCP o lançou como candidato, não com a ideia de o fazer eleger, mas com a ideia de o fazer naufragar.

Os propagandistas reacçãoários, manifestamente não conhecem o PCP nem conhecem os comunistas.

Carlos Brito, dirigente destacado do nosso Partido, militante de muitos anos, que passou o duro caminho da luta e da vida clandestina, das prisões, das torturas, das condenações, não é um candidato à procura de promoção pessoal, não é um político à procura de um cargo ou de uma posição, mas um revolucionário inteiramente dedicado à causa dos trabalhadores, à causa da liberdade, à causa da democracia, à causa da independência nacional, à causa do socialismo e do comunismo.

Por isso foi escolhido e bem escolhido pelo nosso Partido. Por isso estamos aqui todos com ele nesta batalha que trava com todos nós.

E por isso também confiamos que a candidatura de Carlos Brito será uma contribuição da mais alta importância para que nas eleições presidenciais, a reacção e o seu candidato Soares Carneiro sejam derrotados, para que a democracia ultrapasse com êxito mais esta curva apertada e perigosa, para que continue, o nosso povo e o nosso país, a viver em liberdade e em democracia, para que Portugal de Abril e as suas conquistas retomem o seu caminho exaltante e redentor.

O «árbitro institucional» no plano subversivo da reacção

O camarada Carlos Brito no seu discurso, já tratou largamente do significado da candidatura do general Soares Carneiro.

Do que ela significa no plano subversivo das forças reacçãoárias para a liquidação do regime democrático.

Do que significaria a eleição de Soares Carneiro e em consequência a conquista da Presidência da República por aqueles que já hoje detêm o Governo e a maioria na Assembleia da República no caminho da instauração dum poder totalitário e ditatorial.

Do que significaria esta eleição para que se intensificasse, com nova e acrescida brutalidade, a ofensiva do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo, contra os interesses e direitos dos trabalhadores e das mais vastas camadas da população, contra a Reforma Agrária, contra as nacionalizações, contra as liberdades democráticas conquistadas com o 25 de Abril.

Do que significaria como factor, não da estabilidade social e da tranquilidade pública, como grito de reacção, mas de desestabilização, de violência, de insegurança e intranquilidade em todos os sectores da vida nacional.

Do que significaria para que Portugal governado por forças que, para vergonha nossa, rastejam ante o imperialismo, se convertesse numa semicolónia e numa base de armas atómicas americanas pondo em risco a segurança e a vida dos portugueses.

Não vou por isso alongar-me sobre este tema e limitar-me-ei a abordar mais apenas alguns aspectos.

O candidato general Soares Carneiro, no seu Programa de candidatura, intitulado «Projecto Nacional», admitindo a sua eleição para a Presidência da República, afirma o propósito de vir a ser o «árbitro institucional».

O que significa isso? Significa que, segundo as palavras do candidato da reacção, se fosse eleito presidente, caber-lhe-ia «tomar a iniciativa em casos de grave conflito ou persistente impasse político».

E o que entende o sr. general por «grave conflito» ou «impasse político» que, lhe permitiria arrogar-se em «árbitro institucional»?

Está implícito que seria por exemplo uma forte oposição popular ao Governo «AD», o desaparecimento da maioria «AD», na Assembleia, a queda do Governo «AD», a interrupção do monopólio reacçãoário do poder.

O sr. general, se fosse eleito presidente, não admitiria tais situações, tais «conflitos graves», tais «impasses». Não admitiria nem uma maioria democrática contrária à sua política, nem um governo contrário à sua política.

Para tais casos, o candidato da reacção anuncia já como saída de tais «conflitos» e «impasses».

Segundo anuncia, teria ao seu dispor «três meios excepcionais»:

O primeiro seria a dissolução da Assembleia da República, aliás, constitucionalmente legítima. O segundo seria o referendo, esse inconstitucional. O terceiro seria o estado de emergência ou o estado de sítio.

«Em caso de real necessidade (proclama o general do campo de S. Nicolau), não hesitaremos.»

Portanto, o sr. general, ainda não está eleito e já está a ameaçar que, se fosse eleito, não respeitaria mais o resultado de eleições legislativas e, se os outros órgãos de soberania tivessem política diferente da sua, entraria no caminho aberto das medidas ditatoriais.

A ameaça de dissolução da Assembleia da República desde que nela haja uma maioria democrática não é coisa nova.

Já em Agosto passado, antes portanto das eleições para a Assembleia da República, o candidato general Soares Carneiro proclamava que, se fosse eleito uma maioria parlamentar PS-PCP e fosse constituído por isso um governo PS-PCP, ele, candidato da reacção, sendo posteriormente eleito Presidente da República, dissolveria a Assembleia e convocaria novas eleições.

Confirma-se que o projecto das forças reacçãoárias é monopolizar os órgãos do poder, é estabelecer um poder político não controlado, é pôr termo à independência e interdependência dos órgãos do poder, para proclamar o poder absoluto, soberano, único, incontestado e eterno da Aliança reacçãoária.

Mas já agora, de passagem, pode fazer-se uma observação oportuna neste momento preciso, já que, realizadas as eleições para a Assembleia da República, estamos em vésperas das eleições presidenciais.

Diz-se que quem com ferro mata, com ferro morre.

Até por isso é bom fixar esta filosofia do candidato Soares Carneiro e dos partidos que o apolam.

Se o candidato Soares Carneiro e os seus apolantes defendem que a dissolução da Assembleia da República seria legítima se houver uma maioria parlamentar dos partidos democráticos (PS e PCP) então têm que reconhecer que seria igualmente legítima para um presidente eleito com os votos democráticos, se houvesse uma maioria parlamentar reacçãoária.

Quer dizer, por exemplo: no caso de o general Ramalho Eanes ser eleito para a Presidência da República, então, uma vez que actualmente existe na Assembleia da República uma maioria que lhe tem feito guerra, seria legítimo no entender do PPD, do CDS e do próprio general Soares Carneiro, que o Presidente eleito dissolvesse a Assembleia e convocasse novas eleições legislativas... o que, aliás, é quase certo que, realizadas com um governo democrático que respeitasse a democraticidade do processo eleitoral, significariam a derrota da Aliança reacçãoária.

Ainda o «branqueamento» do candidato da reacção

Estes são os objectivos reais, os planos reais das forças reacçãoárias e do seu candidato, general Soares Carneiro.

E, se assim é, a tarefa e o dever das forças democráticas é apontar e desmascarar esses objectivos e esses planos e esclarecer o Povo português dos perigos que, em consequência, representaria uma vitória do candidato da reacção.

E, se assim é, qual o significado das afirmações segundo as quais o candidato da reacção afinal não é um reacçãoário, afinal não representa nenhum perigo para a democracia, afinal não é um homem de sentimentos democráticos, afinal não é pior que os outros candidatos?

Tais afirmações tendem a adormecer o eleitorado democrático e constituem no fim de contas, um serviço valioso ao candidato da reacção.

A este respeito, tanto Mário Soares como Otelo Saraiva de Carvalho, têm sido destacados papéis.

Quando Mário Soares salienta como são «significativas» as proclamações de Soares Carneiro acerca da «defesa da democracia», do «respeito dos direitos das minorias», da «alternativa democrática», e quando acrescenta que Soares Carneiro não é um perigo de ditadura nem de fascismo, porque (como diz) «com Portugal, a caminho do Mercado Comum, não é ditador quem quer, nem é fascista quem quer», — que é isto senão contrariar o combate ao candidato da reacção e fazer efectivamente campanha por Soares Carneiro?

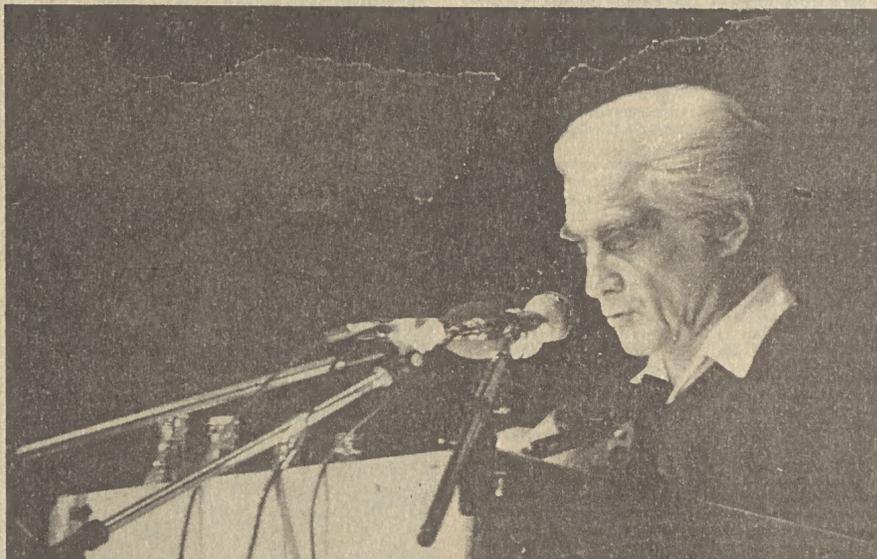
E quando Otelo Saraiva de Carvalho, em posição muito semelhante, diz que aqueles que acusam Soares Carneiro de representar um perigo para a democracia estão a «levantar papões», quando diz que Soares Carneiro não aparece como um ditador nem como «um Adamastor Terrível», quando afirma que «o fascismo não vem aí», admitindo e declarando «não tenho qualquer preocupação nesse sentido», quando, tal como Mário Soares, diz que não há perigo dum ditadura porque Portugal tem relações com países «que já não aceitam regimes fascistas», que é isto também senão fazer afinal precisamente uma propaganda que se enquadra perfeitissimamente na propaganda do general Soares Carneiro?

Aliás Soares Carneiro sente tanto essa ajuda que retribui os elogios de Mário Soares e de Otelo, agradecendo reconhecido a ajuda que lhe dá o primeiro, atestando nas suas afirmações «democráticas» e a ajuda que lhe dá o segundo, «negando rotundamente» que ele, general Soares Carneiro, seja fascista.

A reacção está atenta às atitudes que possam favorecer o seu candidato.

Pelo seu rompimento com a candidatura de Eanes, que ele próprio com o PS, a FRS e outras forças promoveram, com a campanha contra Eanes, Mário Soares tomou-se alvo dos maiores elogios das forças reacçãoárias, dos seus dirigentes, dos seus órgãos de imprensa, dos seus escribas mercenários.

A reacção compreendeu que rompendo com a candidatura de Eanes, fazendo campanha contra ele (embora afirmando dia a dia estar calado), lançando o PS num mar de conflitos internos,



paralisando o apoio organizativo e propagandístico que o PS dava a Eanes, aumentaram as possibilidades de Soares Carneiro.

Isto é tão claro e evidente que o «Tempo» como outros jornais reacçãoários, elogiaram Mário Soares por (seguem-se as palavras de «O Tempo» de 6/11/80) «ter contribuído decisivamente para a derrota do general Eanes e a vitória do general Soares Carneiro».

Não. Não é de tais contribuições que necessita a democracia. Nós assumimos as responsabilidades das nossas opções e dos nossos actos.

E, se o resultado das eleições presidenciais se vier a resumir (como tudo indica) numa escolha entre Soares Carneiro e Eanes então bom é que se possa dizer dos democratas, precisamente o contrário do que «O Tempo» diz de Mário Soares.

Ou seja: bom é que se possa dizer dos democratas quaisquer que sejam as suas apreciações acerca do actual Presidente «terem contribuído para a derrota do general Soares Carneiro».

Eanes e Soares Carneiro

Nós negamo-nos em absoluto a considerar que as candidaturas do general Eanes e do general Soares Carneiro, sejam candidaturas com o mesmo significado, sejam duas candidaturas da direita entre as quais não há escolha possível para os democratas.

Não fomos nós que apresentámos a candidatura do general Eanes nem em 1976 nem agora em 1980. Em 1976 ele foi apoiado pelo PPD, pelo CDS, pelo PS. Em 1976 foi apoiada e em 1980 promovida pelo PS, incluindo Mário Soares. O PCP não foi ouvido, nem convidado a participar na apresentação da candidatura ou a apoiá-la posteriormente. Em todos os aspectos somos alheios a ela.

Por outro lado são profundas as diferenças entre a política do actual Presidente da República e a política defendida pelo nosso Partido.

Não apolamos, antes fazemos severas críticas a numerosos aspectos da sua actuação. Na última Conferência Nacional do nosso Partido realizado em 28 de Outubro, numa primeira apreciação da actuação do actual Presidente, no período do seu mandato que está prestes a acabar e na altura em que se propõe a sua reeleição, explicitámos sérias reservas e críticas.

Críticas a cobertura dada a sucessivos governos na sua acção contra as conquistas democráticas, a passividade ante a criminoso ofensiva contra a Reforma Agrária, a não promulgação da lei de emendas à «Lei Barreto», a não demissão do Governo Sá Carneiro (o que permitiu a manipulação pela «AD» do processo eleitoral e a repetição da sua maioria na Assembleia da República), críticas a uma intensificação das relações e compromissos com a NATO, o contacto na área militar entre o tratamento favorável a homens da direita e a severidade e discriminações (na administração da justiça, nas promoções e nomeações) em relação a homens de esquerda.

Nunca apolámos tais linhas de actuação e tal prática. Apesar, porém, desses lados negativos, consideramos que, no exercício do seu mandato e globalmente no que respeita à estabilidade e defesa do regime contra a ofensiva da reacção visando a liquidação do regime democrático, o actual Presidente teve um papel positivo, embora insuficiente e contraditório.

E é por isso que as forças reacçãoárias, que tão entusiasticamente apoiaram a sua candidatura em 1976, passaram a combatê-lo nos termos mais violentos, mais grosseiros e até por vezes delituosos.

Consideramos extremamente incorrectas e graves e servindo objectivamente os interesses e planos das forças reacçãoárias as atitudes de Otelo Saraiva de Carvalho e de Mário Soares, designando Ramalho Eanes como inimigo principal e procurando tranquilizar os portugueses acerca do que significaria a eleição de Soares Carneiro, que, ele sim, nestas eleições é o inimigo principal contra o qual deve ser desferido o golpe principal.

Soares Carneiro é o candidato e o instrumento dos partidos e forças reacçãoárias para a realização dos seus planos de liquidação do regime.

Ramalho Eanes é um candidato que tem o apoio oficial do PS, embora não do seu secretário-geral e que as forças reacçãoárias combatem ferozmente.

Soares Carneiro afirma claramente ser seu propósito liquidar a Constituição por processos inconstitucionais incluindo o referendo, liquidar as conquistas de Abril e o próprio regime democrático.

Ramalho Eanes é um candidato que se diz disposto a defender a Constituição, a impedir a sua revisão inconstitucional, a exigir que qualquer alteração necessita da maioria de dois terços de deputados, a opor-se ao referendo para a revisão constitucional.

A eleição de Soares Carneiro significaria a intensificação da ofensiva das forças reacçãoárias, uma nova avalanche de medidas ilegais do Governo sem qualquer controlo, a promulgação de leis inconstitucionais feitas pela maioria «AD» na Assembleia da República e promulgadas pelo presidente reacçãoário, a restrição brutal das liberdades através da sua «regulamentação» e de medidas repressivas. Seria o caminho para a instauração de uma nova ditadura.

Ao contrário, admitindo-se a alternativa, a eleição de Ramalho Eanes, se for esse o caso, significará só por si uma derrota monumental das forças reacçãoárias, uma travagem inevitável na sua ofensiva inconstitucional, ilegal e subversiva, novas possibilidades e perspectivas para a defesa das conquistas democráticas do nosso povo e para a consolidação das instituições e do regime democrático.

O «mal menor» e o «mal maior»

Aqueles que dizem «tanto vale um como outro», e aqueles que dizem, sendo os dois da direita não se pode «votar em nenhum», escondem a questão essencial que está em jogo nas eleições presidenciais: a defesa e a continuação do regime democrático ou a sua liquidação como pretendem as forças reacçãoárias e o seu candidato general Soares Carneiro.

Aqueles que como Mário Soares dizem não poder aceitar a teoria do «mal menor», ou que como Otelo Saraiva de Carvalho, afirmam que o «mal menor» é uma teoria pequeno-burguesa, escondem que a questão essencial não é preferir um «mal menor» mas evitar e impedir o «mal maior» que seria a liquidação das liberdades e da democracia, a restauração do poder dos monopólios associados ao imperialismo e dos latifundiários, a instauração a curto ou a médio prazo duma nova ditadura.

Na sua febre doentia de chefia política e promoção pessoal, Otelo Saraiva de Carvalho vai ao ponto de afirmar que afinal o «mal menor» seria Soares Carneiro e o «mal maior» seria Ramalho Eanes, pois, segundo Otelo Saraiva de Carvalho «é preferível (...) um Presidente sem ambiguidades, que defenda um projecto de direita — como é o caso de Soares Carneiro» («O Tempo», 13/11/80).

Como justifica Otelo esta opinião? Diz ele que, «se Soares Carneiro fosse eleito, daria maior unidade à esquerda», «unidade toda a esquerda portuguesa».

Mas será essa a unidade da esquerda que os democratas e todos os verdadeiros homens da esquerda desejam? A unidade da esquerda derrotada e reprimida? A unidade da esquerda num Portugal sujeito à violência e brutalidade dum governo, duma maioria parlamentar e dum presidente conluídos no plano contra-revolucionário de liquidação das conquistas democráticas e do regime? A unidade da esquerda para lutar num Portugal de novo branqueado pela exploração monopolista assente na repressão? A unidade da esquerda num Portugal semicolonizado entre greves económicas e militarmente ao imperialismo norte-americano? A unidade da esquerda num Portugal dominado por uma nova ditadura? A unidade da esquerda em Caxias, em Peniche, em novos Terrais ou S. Nicolau?

Não é essa a unidade da esquerda, a unidade dos democratas, dos antifascistas, que é necessária, que se impõe, pela qual nós lutamos.

A unidade da esquerda, a unidade dos democratas, a unidade dos antifascistas, que é necessária, que se impõe, pela qual nós lutamos, é a unidade para hoje e para amanhã, para antes e para depois das eleições presidenciais, e para já é a unidade para cortarmos o passo ao fascismo e à reacção, para impedirmos que as forças reacçãoárias levem por diante os seus sinistros planos, para derrotar Soares Carneiro nas eleições presidenciais e fazer eleger alguém que, pelo menos no fundamental, garanta a Constituição e o regime democrático.

Para o voto certo na hora certa

Esta questão coloca com clareza também um dos grandes objectivos da candidatura Carlos Brito e da campanha do PCP.

E esclarecer consiste em informar e dar consciência da situação que atravessamos, dos planos da reacção, dos perigos para a democracia, dos caminhos e das possibilidades de ultrapassar as dificuldades actuais e de assegurar a defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução e a continuação do regime democrático e do Portugal de Abril.

Mas a nossa campanha tem também outro fim. É mobilizar o eleitorado democrático e antifascista.

Combater as tendências para o desânimo e o derrotismo, para o desinteresse pelas eleições presidenciais e para a substituição das repercussões dos seus resultados.

E mobilizar o eleitorado, convencer que chegada a hora das eleições, a abstenção ou o voto em branco podem corresponder a um voto no candidato da reacção, insistir em que constitui um erro grave pensar que a 1.ª volta não interessa e que haverá tempo para tomar uma decisão só na 2.ª volta.

As próximas eleições presidenciais constituem uma grande batalha política, uma das mais importantes e decisivas batalhas desde o 25 de Abril.

As batalhas não se vencem ficando em casa, encolhendo os ombros, inventando mitos, sonhando com soluções fora das realidades, lançando considerações depreciativas, colocando-se cada qual à parte ou acima dos acontecimentos.

As batalhas vencem-se enfrentando de facto a situação tal como ela se apresenta, tomando posição adequada e combativa.

Na batalha eleitoral que se aproxima a arma é o voto e o voto deve ser utilizado se queremos vencer o inimigo reacçãoário e fascista.

A candidatura de Carlos Brito não é apenas para esclarecer, para fazer propaganda. Mas para promover a acção, para conduzir ao voto certo na hora certa.

Navegando nas mesmas águas de Mário Soares e Otelo Saraiva de Carvalho, Lopes Cardoso vem dizer que «ganhe quem ganhar as eleições, no quadro actual a esquerda democrática perderá!»

E coloca como objectivo fundamental da «esquerda» «constituir-se como oposição após o dia 7 de Dezembro (...) seja qual for o resultado das eleições». (Entrevista ao «Portugal Hoje» 19/11/80).

Mas podem os democratas portugueses, pode o Povo português enfrentar a batalha das eleições presidenciais com tal conformação e visão derrotista e fatalista?

Não, não pode.

O objectivo das forças democráticas nas eleições presidenciais não pode ser, e de facto não é, vir a ser conformadamente oposição, depois das eleições. Isso poderá vir a ser uma realidade mas não pode ser um objectivo político.

O objectivo deve ser e é derrotar a reacção, continuar a intervir na vida política, não apenas para se opor, para protestar, mas para impedir a realização do plano reacçãoário e subversivo de liquidação do regime democrático e para criar as condições necessárias para uma viragem democrática na política portuguesa.

E para isso, camaradas e amigos, não é indiferente que seja eleito um ou outro candidato. Para isso, a tarefa principal nestas eleições é derrotar o candidato da reacção general Soares Carneiro.

É para alcançar esse resultado que foi decidida e promovida a candidatura de Carlos Brito e que entramos na campanha eleitoral e na batalha eleitoral.

Estamos certos de estar assim a dar uma contribuição e uma contribuição decisiva para a defesa, a salvaguarda e a vitória da democracia.

Com Portugal de Abril, para a derrota do candidato da reacção Soares Carneiro.

Viva a unidade e a acção comum de todos os democratas!
Viva o Partido Comunista Português!

defender a liberdade para viver em democracia

Campanha eleitoral do PCP abre no Pavilhão dos Desportos

O vasto recinto do Pavilhão dos Desportos de Lisboa já se encontrava completamente cheio quando entraram os elementos que compunham a mesa do Comício do PCP que, na noite da passada sexta-feira, abriu a campanha da candidatura comunista às próximas eleições presidenciais. A enorme multidão levantou-se de imediato, punho cerrado e vozes unidas num coro imenso. Um tempo de luta — o que atravessamos — mais uma vez reboou no velho Pavilhão, erguendo, presente e combativa, a voz dos comunistas em mais esta batalha fundamental.

«Defender a Liberdade para viver em Democracia» — esta consigna, que presidiu ao Comício, bem nítida, escrita em fundo vermelho por detrás dos oradores, erguia-se não apenas como a palavra de ordem exacta, carregada de oportunidade e clareza política: era a própria essência do Comício, a força mobilizadora daqueles milhares de pessoas, a explicação exemplar da candidatura comunista a este complexo acto eleitoral.

A camarada Rosa Rabiais, membro da DORL e do CC do PCP, faria a apresentação da mesa — constituída pelo Executivo da DORL, um representante da JCP e elementos da Comissão Eleitoral da DORL — e anunciaria os dois oradores da noite: os camaradas Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP e o candidato do nosso Partido às eleições presidenciais, e Álvaro Cunhal, secretário-

geral do PCP. Os seus discursos estão inseridos noutra local desta edição.

Durante as intervenções dos oradores ficou bem patente a compreensão dos comunistas e outros democratas presentes sobre a complexidade do momento político actual, da importância política destas eleições. E sobretudo da importância de que se reveste, para a Democracia e o nosso Povo, a derrota do candidato da reacção, o general Soares Carneiro. Ficou igualmente evidente, neste comício de abertura de campanha eleitoral, que os trabalhadores portugueses, as massas laboriosas do nosso país, estão conscientes dos perigos que, enroscados neste esforço eleitoral da reacção, ameaçam as liberdades e a Democracia em Portugal. Urge derrotar esses planos — e isso passa, necessariamente, pela derrota do candidato da «AD» nestas eleições.



Intervenção de Carlos Brito

Preparar o caminho para a vitória da democracia

Caros amigos! Queridas camaradas!

Ao abrir aqui no Pavilhão dos Desportos de Lisboa a campanha eleitoral da candidatura do PCP às Presidenciais de 1980 saudamos fraternalmente todos aqueles que já tomaram parte na primeira fase da batalha de esclarecimento e mobilização que se está a travar com a nossa candidatura e saúdo também com muita cordialidade todos os portugueses e portuguesas que se sentem identificados com os ideais da liberdade e da democracia e estão dispostos a servir esses ideais, com a sua opinião, a sua vontade e o seu voto.

Três traços positivos na evolução da pré-campanha

A campanha eleitoral só agora começa, mas a acção do nosso Partido e a nossa própria candidatura não aguardaram até hoje para pôr à prova as orientações estabelecidas para a batalha das presidenciais pela Conferência Nacional do PCP, realizada em 28 de Outubro.

A pré-campanha começou para nós com a própria Conferência Nacional e tem-se desenvolvido incessantemente a partir de então.

Neste curto período percorreu o candidato do PCP mais de 4 000 quilómetros realizando numerosos contactos com os trabalhadores e as populações e grande número de sessões de esclarecimento nos distritos de Lisboa, Porto, Braga, Viana do Castelo, Portalegre, Évora e Leiria.

Está feita a demonstração que a candidatura do PCP não é uma «candidatura fantasma» como a designaram os meios reaccionários e divisionistas, é sim uma intervenção muito real e concreta, muito forte, decidida e responsável do nosso Partido num momento particularmente difícil e complicado da democracia portuguesa.

Está feita a demonstração que as conclusões da Conferência Nacional do PCP, incluindo a nossa candidatura e a nossa campanha, terão uma importante influência nos resultados das presidenciais, no resultado do acto eleitoral de 7 de Dezembro, como já tiveram na evolução da situação política ao longo do período da pré-campanha eleitoral.

São três a nosso ver os traços positivos que distinguem essa evolução: o ascenso da mobilização democrática, o desmascaramento do esquerdismo, e a estagnação da candidatura das forças reaccionárias.

O primeiro, traduz-se acima de tudo pela generalização no campo democrático da compreensão da importância das eleições para a Presidência da República e das implicações muito graves que os seus resultados poderão ter no curso do regime e no futuro do nosso povo e do nosso país.

Saltam-se como especialmente importantes a compreensão, que se generalizou, do grande perigo que representa para a democracia o assalto das forças reaccionárias à Presidência da República com o objectivo de subverterem ao seu controlo todos os órgãos do poder político e a identificação cada vez mais largamente entendida da candidatura de Soares Carneiro como inimigo principal do regime democrático português.

Subsistem tendências perigosas para a abstenção, para o voto em branco, para o chamado «voto de protesto» (tudo, ao fim e ao cabo formas de dar o assentimento ao avanço da direita) e os «cavalos de tróia da reacção» no campo democrático não desistem de semear o desânimo, a dúvida e a confusão, tanto quanto podem.

É necessário não subestimar estas tendências perigosas e com a força do esclarecimento democrático refutá-las e combatê-las firmemente.

Entretanto pode registar-se como sendo já uma realidade a superação da perturbação provocada em certos sectores democráticos pelas alegações do dr. Mário Soares ao auto-suspender-se do cargo de secretário-geral do PS e é nítido também o ascenso da acção e da mobilização democrática tendo como objectivo a derrota da candidatura das forças reaccionárias.

Prende-se directamente com este ascenso de acção e mobilização das forças democráticas, o segundo traço positivo da evolução da situação política na pré-campanha — o desmascaramento das candidaturas esquerdistas.

O comportamento que Otelo S. Carvalho, Aires Rodrigues e os grupos esquerdistas que os apoiam tem vindo a assumir face às eleições presidenciais, confirma de forma irrefutável que a irresponsabilidade, as tendências provocatórias, o conluio objectivo com a direita, o desprezo real pelos interesses do povo e da democracia, a ambição sectária — são as suas características mais permanentes e constantes.

A intensificação do desmascaramento das candidaturas esquerdistas é fruto da acção de esclarecimento do nosso Partido e da consciência crescente entre os trabalhadores da necessidade de unir forças para derrotar a reacção, mas é também o resultado da própria acção, justificações e declarações com que essas candidaturas se apresentam — o seu auto-desmascaramento.

Num momento particularmente difícil para a democracia portuguesa, os trabalhadores e os democratas devem reflectir profundamente sobre o enorme desprezo e a completa insensibilidade que com este comportamento os esquerdistas estão a mostrar em relação ao futuro do regime democrático, em relação ao futuro das conquistas vitais do nosso povo.

Recentes atitudes e declarações de Otelo S. Carvalho justificam e autorizam que, com todo o fundamento, se diga que as candidaturas esquerdistas estão desempenhando alegremente o repugnante papel de «moços de fretes» da reacção.

Senão vejamos:

É ou não é verdade que os partidos reaccionários estão

espenhadíssimos em disfarçar o carácter profundamente reaccionário de Soares Carneiro, em lhe «branquear» o seu negro passado, em dar vez a «democrático» aos sinistros projectos que aquele se propõe garantir na Presidência da República? Todos sabemos que sim. E é ou não verdade que Otelo S. de Carvalho, está a servir realmente a reacção, quando vem declarar na Televisão que a eleição de Soares Carneiro, segundo ele, de poder conduzir a uma ditadura, quando muito levaria a uma «democracia musculada» como na FFA?

E é ou não verdade que a reacção, que combate em bloco a candidatura de Eanes, está interessadíssima em libertar o seu candidato da denúncia convergente de outras candidaturas e em colocar antes Ramalho Eanes no centro de diversos ataques? Todos sabemos que sim. E é ou não verdade que Otelo serve este objectivo da reacção, quando tem o desplante de declarar na TV que na primeira volta não atacará Soares Carneiro porque este «de certeza» que vai à 2.ª volta, mas que em contrapartida o seu «adversário principal» será Ramalho Eanes.

Em verdade, não há adjectivos suficientemente duros para comentar a posição deste demagogo que, quando a democracia está em perigo, tem a audácia de declarar que é sua intenção poupar o candidato da reacção e o principal inimigo da democracia nestas eleições, mas já se propõe atacar e «desmascarar» o candidato que a reacção mais teme e, indiscutivelmente, o candidato melhor colocado para vencer o candidato da reacção.

E quando, posteriormente, o mesmo maior Otelo declara preferir que ganhe as eleições o candidato das forças reaccionárias a que ganhe o actual Presidente da República, não temos nós toda a legitimidade para perguntar até onde será capaz de ir o ex-comandante do COPCON para favorecer a candidatura de Soares Carneiro?

Os candidatos esquerdistas e as forças que os apoiam vivem da mentira. Se dissessem publicamente aquilo que de facto pensam e sabem, as suas candidaturas ririam fragorosamente como urf castelo de cartas.

Otelo anuncia a sua certeza de ir à 2.ª volta mas sabe perfeitamente que o seu sonho é apenas ter uns milhares de votos que lhe deem fôlego para continuar a falar, a dar entrevistas, que sirvam de estímulo para a sua orientação provocatória contra o PCP, o movimento operário e a unidade das forças democráticas.

O maior Otelo apregoa que se for eleito dissolverá a Assembleia da República (não por ter uma maioria de direita, esclarece ele apressado) e demitirá os Chefes do Estado-Maior das Forças Armadas, e outras coisas mais, porque sabe que jamais terá que prestar contas ao povo sobre estas promessas, pela simples razão de que nunca será eleito. Mas ainda que, por puro absurdo, admitiessemos que podia ser eleito, não mostra o seu passado que ele não seria capaz de fazer a dissolução e as demissões que apregoa?

O maior Otelo ainda diz que o seu objectivo final é derrotar Soares Carneiro mas sabe perfeitamente que a sua candidatura e as suas posições só poderão servir para desviar os democratas de alcançar esse objectivo.

O entrincheiramento no período da campanha eleitoral para as presidenciais o que caracteriza as candidaturas esquerdistas é o crescente descrédito em que mergulham e o grande isolamento que as cerca. Mas importa não subestimar o perigo que ainda representam.

O sucesso na batalha para derrotar o candidato da reacção passa também por um isolamento ainda maior das candidaturas esquerdistas.

O terceiro aspecto positivo da evolução da situação política durante a campanha pré-eleitoral é a estagnação da candidatura das forças reaccionárias.

Apesar dos meios colossais postos ao serviço dessa candidatura — os esforços reunidos do Governo Sá Carneiro e das chefias de todos os partidos e organizações da reacção, a larga utilização dos dinheiros públicos e dos apoios estrangeiros, a descarada utilização do aparelho de Estado, a instrumentalização e a manipulação mais vergonhosa da comunicação social estatizada — o candidato Soares Carneiro evoca resistências na «AD» e no seu eleitorado, não suscita entusiasmo na própria direita e a sua campanha não sai da mediocridade em que se mantém há meses, como testemunham todas as informações disponíveis, os resultados de todas as sondagens e a crescente cispação dos principais chefes e estratégias das forças reaccionárias (Freitas do Amaral foi um exemplo, há dias, na Televisão).

Ao mesmo tempo que insistem nas técnicas de branqueamento do inquietante perfil do candidato, mau grado as reiteradas afirmações de identidade com o 24 de Abril feitas pelo próprio Soares Carneiro, os chefes da reacção lançam-se agora numa grande operação de chantagem e condicionamento psicológico do Povo português anunciando catastróficas consequências que nos esperaríamos a todos se a vitória eleitoral pertencesse àquele que afinal de contas é o Presidente da República desde 1976, o general Ramalho Eanes. Entre dentes ameaçam com a guerra civil.

É um exemplo mais de que as forças reaccionárias não olham a meios, nem se detêm ante nenhum escrúpulo, no plano de assalto à Presidência da República, para a conquista de todo o poder pelo grande capital e os grandes agrários, criando desta forma as condições para a revisão inconstitucional da Constituição, para a restauração do capitalismo monopolista de Estado, para a imposição de limitações às liberdades e direitos dos cidadãos, para a liquidação das conquistas de Abril, para a crescente submissão ao imperialismo, para a instauração de uma nova ditadura em Portugal.

Ao contrário do que os estrategas da candidatura do general Soares Carneiro pretendem fazer crer, não é a derrota do candidato da reacção que abre as portas à instabilidade, seria a sua vitória que representaria o caminho da mudança do regime, da ruptura institucional e constitucional, o agudizar dos conflitos

e tensões, a senda de aventuras reaccionárias incluindo nas Forças Armadas.

É esta negra perspectiva que a grande maioria do Povo português repele e condena!

Os que no próprio eleitorado da «AD» se recusam a votar no general Soares Carneiro não fazem apenas pelo passado e perfil inquietante do candidato, mas pelo projecto político de regresso ao passado de exploração e opressão de que a sua candidatura é parte integrante.

O perfil do candidato da reacção

Camaradas e amigos!

Para melhor caracterizarmos a operação de assalto das forças reaccionárias à Presidência da República gastemos mais algum tempo para fazer, a fundo, a caracterização do seu candidato.

Do general Soares Carneiro, o que se pode dizer é que os dirigentes da reacção escolheram o candidato adequado à realização do seu plano de subversão e liquidação do regime democrático, o candidato certo para exprimir o seu verdadeiro projecto de regresso ao passado, o candidato indicado para melhor traduzir a raiva, o ódio e o espírito vingativo com que a reacção encara tudo o que o Povo português conquistou com o 25 de Abril.

É certo que os estrategas da reacção, por razões eleitorais, forçam o general Soares Carneiro a fazer numerosas mas limitadas declarações de fachada democrática que o candidato reaccionário, nitidamente violento na sua consciência e exibindo uma total falta de sinceridade, lá vai pensamente debilitando.

Mas a verdade é que nada poderá desviar o eleitorado da consideração objectiva do que este candidato foi no passado, do que é no presente e do que gostaria de poder ser no futuro.

Os factos falam por si, definem o homem, caracterizam a candidatura.

Assim é facto indiscutível que Soares Carneiro ostenta um sombrio passado de profundos, activos, prolongados e conscientes compromissos com o regime fascista e colonialista, expressos no exercício por mais de 9 anos de altos cargos na administração colonial, numa carreira que vai deste presidente autonomizado da Comissão de Censura de Timor em 1963 até ao de secretário-geral de Angola nos últimos dias do fascismo, e sempre, sublinhe-se, em cargos de natureza política e de escolha política, estranhos à sua condição de militar, para os quais não pode ser invocada nenhuma linha de subordinação hierárquica nas Forças Armadas, mas para os quais existiam sim dois pressupostos fundamentais: o fascismo tinha confiança política em Soares Carneiro e Soares Carneiro sentia-se politicamente identificado com o fascismo.

É facto indiscutível que, enquanto secretário-geral da colónia de Angola, Soares Carneiro conta no seu curriculum a responsabilidade, em concordância com a PIDE, do internamento no campo de concentração, tortura e morte de S. Nicolau de dezenas de patriotas angolanos, nalguns casos, como está exhaustivamente provado e documentado, ao arripio frontal das próprias decisões dos Tribunais.

É facto indiscutível que Soares Carneiro, tendo sobre os ombros e sobre a consciência, o pesado fardo destes compromissos e destas responsabilidades, não só não se demarca um milímetro deste passado, como tem a audácia de ainda hoje declarar a sua fidelidade ao que ele chama projecto de «sociedade multi-racial» — expressão delicada que em português corrente significa o colonialismo português, com o seu conhecido cortejo de infâmias, de prepotências, de brutalidade, de trabalhos forçados, da mais desumana exploração, das mais odiosas afrontas aos direitos e à dignidade dos homens e dos povos.

E de tal forma é verdade que, seis anos passados sobre a data libertadora do 25 de Abril, o seu pensamento e o seu

coração ainda estão com o 24 de Abril, que Soares Carneiro não hesita em vir ainda hoje justificar o campo de concentração de S. Nicolau como um «mal necessário» e as medidas administrativas de internamento de patriotas angolanos como naturais e legítimas. «Mal necessário», na lógica do candidato reaccionário, porque os patriotas angolanos lutavam pela libertação e independência da sua Pátria. «Naturais» as medidas de internamento porque havia ameaças à «segurança de Estado». Era também assim que falavam, em Portugal, os fascistas e os PIDEs, para quem a culpa de haver Tarrafal, de haver Aljube, Caxias, Peniche, de haver «medidas de segurança» não era o regime fascista mas sim dos comunistas e dos outros antifascistas que lutavam pela liberdade e pela democracia contra a ditadura fascista.

E de tal forma Soares Carneiro está agarrado aos valores, às ideias e aos métodos do passado que a verdade é que não só lopp a seguir ao 25 de Abril manifesta a sua oposição à nova situação democrática, como ao longo destes anos não só não mostrou por actos ou palavras a mais pequena adesão ao 25 de Abril como sempre se manteve activo na sombra contra o regime democrático.

Se o seu passado é o que é, as ideias que hoje apresenta como candidato à Presidência da República não são menos inquietantes. Apesar de toda a gente notar que Soares Carneiro faz campanha debaixo da terrível preocupação de não dizer verdadeiramente o que pensa, a verdade é que, por entre a floresta das afirmações de fachada democrática, aparece o suficiente para que o eleitorado tome boa consciência de que papel se propõe desempenhar este candidato.

Ainda a reacção está obrigada pelo momento eleitoral às promessas demagógicas e à ocultação da sua verdadeira política económica e social, e já Soares Carneiro promete a repressão do que chama os «excessos reivindicativos».

Ainda é só candidato, e já Soares Carneiro levanta a ameaça da futura declaração do «estado de sítio» ou «do estado de emergência», como forma de combater o legítimo exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos e dos partidos políticos.

Ainda a reacção se sente obrigada a proclamar hipocritamente que não quer pôr em causa a democracia e já Soares Carneiro aparece entusiasticamente a defender um «Estado forte» expressão que em semelhante boca só pode significar a guerra do poder contra o povo, o silenciamento da oposição, o recurso brutal aos meios repressivos do Estado para impor uma política antipopular, antidemocrática e antinacional.

Ainda a reacção não pode desprezar a vontade dos portugueses, e já Soares Carneiro vem dizer que é «necessário» que a lei coordene e determine a vontade dos portugueses», o que quer dizer, preto no branco, que em vez de serem as leis a reflectir a vontade dos portugueses, ficarão antes os portugueses condenados a ser como a sua vontade as leis prepotentemente impostas pela «AD».

Ainda alguns benévols branqueadores democratas do perfil do candidato da reacção garantem o respeito de Soares Carneiro pelas regras da «alternância democrática» e já ele se apressa a desmentir-las afirmando que não permitiria um governo PS-PCP (entrevista ao D. Notícias) e deixando claro que a sua compreensão da alternância democrática é a de que a um governo reaccionário deve suceder outro governo reaccionário.

Em tudo isto e no muito mais que esforçadamente consegue esconder e não dizer, o que se revela, sem margem para dúvidas, é uma visão e uma concepção profundamente autoritária do cargo de Presidente da República, é a Presidência da República encarada não como um órgão de poder do regime democrático, mas como uma cúpula de uma ditadura, é a Presidência da República entendida não como um órgão com importantes responsabilidades na garantia, no respeito pela legalidade, pelo regime e pelas instituições democráticas, mas como um trampolim decisivo para o calcar da legalidade, o esmagar do regime, o abastardamento totalitário das instituições.

Que tudo isto é a mais pura verdade, comprova-se pela fidelidade aos seus compromissos com os partidos da reacção como descarado e persistente nas declarações de intenção de não



defender a liberdade para viver em democracia

Desportos



A campanha eleitoral na Rádio e na Televisão

TEMPO DE ANTENA NA RTP E RDP

Dia	TV	RDP
28		19.00 20.20
29	14.05 *	19.00
30	20.40	19.30
1/Dez.	20.40	20.10
2		19.20
3		19.20
4	20.30	19.40 20.00
5	20.42 *	20.10
	(1)	(2)

(1) No último dia, ainda haverá intervenções pessoais dos candidatos, de 10 minutos, entre as 21.00 e as 24.00, pela seguinte ordem: Eanes / Orelho / Galvão / Brito / Aires / Veloso / S. Carneiro.
(2) Intervenções pessoais dos candidatos, de 10 minutos, em hora ainda a definir, no último dia, pela seguinte ordem: Veloso / S. Carneiro / Aires / Eanes / Galvão / Orelho / Brito.
NOTA — Todas as intervenções são de 10 minutos, excepto as que estão assinaladas com *, que são de 2 m e 51 s.

TEMPO DE ANTENA NA RDP NORTE, CENTRO E SUL

Dia	RDP NORTE	RDP CENTRO	RDP SUL
28	23.20	21.20	14.20
30	23.10	21.10	14.10
2/Dez.	23.00	21.00	14.00
4	23.10	21.10	14.10

TEMPO DE ANTENA NA RDP MADEIRA E RDP AÇORES

Dia	RDP Madeira	RDP Açores *
28	18.20	11.20
30	18.10	11.10
2/10	18.00	11.00
4	18.10	11.10

* Horas locais.

respeitar a Constituição da República e de subverter o regime democrático que ela consagra.

É por tudo isto que Soares Carneiro, não provoca apenas a viva oposição ou suscita o combate determinado do eleitorado democrático mas gera também profundas reservas, desconfiança e timor em relação a boa parte dos próprios eleitores que votaram na «AD» mas que não estão dispostos a assumir a tremenda responsabilidade moral e a sofrer as consequências práticas de elegerem um candidato que poria em causa o que esses eleitores não questionam: a liberdade e a democracia.

Estamos confiantes que a grande maioria dos portugueses, onde quer que tenha votado nas últimas eleições, se juntará a nós para dizermos:

Não a Soares Carneiro! O candidato das forças reaccionárias não pode ser eleito Presidente da República no Portugal democrático!

Grosseira manipulação da comunicação social

Camaradas e amigos!

A escandalosa manipulação da comunicação social do Estado é uma das notas mais negras da presente situação política e que mancha indubitavelmente o processo democrático nas eleições presidenciais.

Na consecução dos seus planos as forças reaccionárias demonstram não escolher métodos e não ter qualquer escrúpulo na utilização de todos os meios para alcançar os seus fins. Controlando e manipulando a comunicação social do Estado em favor do seu candidato, as forças reaccionárias viciam à partida as regras do processo eleitoral, violam grosseiramente a lei e dão, assim, uma imagem exacta do que são, do que pretendem e do que fariam se conseguissem concretizar o assalto ao órgão de soberania Presidência da República.

A situação antidemocrática que se vive nos órgãos de informação estatizados dá bem a imagem da prepotência, do autoritarismo, do totalitarismo que prepassam toda a política das forças reaccionárias, política virada para a desinformação e intoxicação ideológica do nosso povo, para transformar a informação em servil e fiel instrumento da sua propaganda oficial e de propaganda de Soares Carneiro.

Se já durante o período que antecedeu as eleições de 5 de Outubro a manipulação e o controlo da informação atingiram foros de escândalo desbragado na propaganda e difusão do ideário «AD», hoje e durante toda a pré-campanha para as eleições presidenciais, a comunicação social do Estado esteve claramente a ser utilizada como meio de promoção do candidato das forças reaccionárias, em prejuízo evidente e com tratamento discriminatório de todos os outros candidatos:

— discriminação e manipulação quando se atribuem diferentes tempos de antena aos candidatos em emissões na RTP;

— discriminação e manipulação quando, também na RTP, se permite ao candidato Soares Carneiro gravar entrevistas em directo e com jornalistas da sua feição e se confrontam todos os outros candidatos com situações de emissões em directo e com entrevistas escolhidas pela RTP;

— discriminação e manipulação quando na RDP, a propósito de citações de jornais estrangeiros, como «O Estado de São Paulo», se apela ao voto no candidato Soares Carneiro e se tenta aciosamente prejudicar a candidatura e a imagem pública de outro candidato;

— discriminação e manipulação, assim, não só no tratamento directo com os diversos candidatos, mas na própria informação em geral e na informação sobre as campanhas eleitorais das diferentes candidaturas.

Esta situação conduz à clara manipulação das consciências, ateta de maneira evidente contra a legalidade democrático-constitucional e visa, em última análise, exercer coacção sobre os eleitores e falsear a manifestação da vontade popular.

Consciente da gravidade do que se está a passar e da necessidade de rapidamente ser reposta a legalidade democrática, o PCP, através do grupo parlamentar, apresentou, na passada quarta-feira, na Assembleia da República, uma proposta de inquérito parlamentar à situação na comunicação social do Estado, onde se exige o completo esclarecimento e o apuramento das responsabilidades pela onda de arbitrariedades, ilegalidades e abusos do poder que se estão a verificar.

Neste campo também, a violação sistemática das regras democráticas praticada pelas forças reaccionárias, tem-nos conduzido a um crescente isolamento perante a opinião democrática e perante o Povo português.

De vários quadrantes políticos tem surgido o protesto, a condenação firme e mesmo a atitude concreta de repúdio. Os que assim actuam demonstram, sem dúvida, perante o nosso povo, que pretendem defender as liberdades, que pretendem pausar a sua conduta política no respeito pela legalidade democrática e no empenhamento da sua defesa.

Candidatura do PCP candidatura pela democracia

Camaradas e amigos!

A nossa candidatura é, de forma plena e claramente assumida, uma candidatura do Partido Comunista Português. Isto significa que é uma candidatura que projecta na batalha política

das eleições presidenciais a orientação, características e objectivos próprios do PCP e da sua acção na vida política nacional; a sua indelével ligação e fidelidade à classe operária e às massas trabalhadoras; as suas profundas raízes populares e nacionais; a sua identificação com a Revolução de 25 de Abril e com as suas grandes e históricas conquistas — as liberdades, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo de gestão e outros direitos dos trabalhadores — o seu inabalável empenho na consolidação do regime democrático e constitucional; a sua perspectiva da evolução necessária da sociedade portuguesa em direcção ao socialismo, rumo a uma sociedade definitivamente liberta da exploração do homem pelo homem.

Só uma candidatura do PCP poderia intervir nas eleições presidenciais reafirmando, com tanta força e clareza, que a defesa das nacionalizações e o combate aos planos da reacção visando a reconstituição do poder dos monopólios são uma condição essencial à própria defesa da democracia política, uma condição fundamental para o desenvolvimento da economia nacional e o progresso do país.

Só uma candidatura do PCP poderia intervir nas eleições presidenciais reafirmando, com tanta firmeza e coerência, que a defesa da Reforma Agrária — exaltante realização do Portugal de Abril — é um imperativo do próprio progresso da agricultura, da defesa dos interesses nacionais e da promoção do bem-estar e da justiça social nos campos do Sul; reafirmando ao mesmo tempo que, por isso, é uma vigorosa e inadiável exigência democrática a paragem da criminosa ofensiva reaccionária contra a Reforma Agrária e a reificação dos abusos, dos roubos, dos crimes, das ilegalidades, prepotências e arbitrariedades com que o Governo da reacção tem golpeado a obra magnífica, o esforço heróico, os direitos, o trabalho criador dos trabalhadores rurais do Alentejo e Ribatejo.

Só uma candidatura do PCP poderia intervir nestas eleições presidenciais reafirmando, com tanta nitidez, que a defesa do controlo de gestão e da intervenção dos trabalhadores na vida das empresas e sectores económicos são indispensáveis à solução dos problemas nacionais, porque não é possível melhorar o presente nem construir o futuro sem a inteligência, a dedicação, o interesse, a generosidade dos trabalhadores, sem que o seu trabalho ganhe a dignidade de forma superior de realização humana ao serviço do progresso do país.

Só uma candidatura do PCP poderia intervir nestas eleições presidenciais sublinhando, com tanta energia e vigor, a necessidade de garantir os direitos, conquistas e regalias dos trabalhadores e a necessidade de fazer frente e cortar o passo aos planos da reacção de aprovar, fazer promulgar e aplicar o tenebroso pacote de leis sobre trabalho com que a reacção se prepara para restringir o direito à greve, alterar gravosamente a contratação colectiva, facilitar os despedimentos, aumentar os horários de trabalho, impor ao movimento sindical um colete de forças de uma lei sindical reaccionária.

Só uma candidatura do PCP poderia intervir nestas eleições presidenciais reafirmando, com tanto empenho e convicção, a necessidade da unidade de todos os trabalhadores e democratas, da cooperação das forças e sectores democráticos, do entendimento muito amplo de todos os portugueses e portuguesas que, independentemente de diferenças partidárias e políticas, se reconhecem e são fiéis à mensagem e ao projecto libertador do 25 de Abril.

A candidatura do PCP intervirá nestas eleições presidenciais na mais estreita e franca identidade com o 25 de Abril, com uma visão liberta de reservas e preconceitos na apreciação do processo de democratização da vida nacional, com um respeito profundo por todos aqueles, civis e militares, que fizeram o 25 de Abril e o levaram por diante, por todos aqueles que deram o seu trabalho, a sua dedicação, a sua luta para que, por cima das ruínas deixadas pelo fascismo, se pudesse erguer o Portugal democrático, o Portugal de Abril, o Portugal da liberdade e da esperança no futuro.

Mas o que é profundamente significativo e marca de forma extremamente nítida a nossa candidatura é que, assumindo a fisionomia inconfundível das posições do PCP, ao mesmo tempo pela orientação concreta que lhe está associada, pelo estilo de intervenção que adopta, pelo objectivo central para que se propõe contribuir, é a candidatura que coerentemente assume os interesses mais gerais da democracia portuguesa, que responde sem hesitações ao apelo mais urgente da defesa da democracia.

E quando o PCP admite que a nossa candidatura no seu desenvolvimento ou possa ir até ao voto ou possa ser retirada antes de 7 de Dezembro, apelando eventualmente ao voto no candidato mais bem situado para derrotar Soares Carneiro e dê garantias de defesa da Constituição e do regime democrático, o que emerge desta lúcida disponibilidade é, ainda e sempre, a profunda determinação do PCP de contribuir com a sua autoridade, influência política e eleitoral, para a realização do objectivo fundamental que é a derrota do candidato das forças reaccionárias.

Escusam a reacção, os esquerdistas e todos os divisionistas de, para disfarçar o inócuo com que lhes causa a nossa candidatura, de agitar o espantinho de uma candidatura fastasma, de «sacrifício», de suporte de outro candidato e os epítetos caluniosos que são conhecidos.

Escusam a reacção, os esquerdistas e todos os divisionistas de disfarçarem as reais preocupações, esforçando-se por amesquinhar o papel da nossa candidatura.

Os comunistas não fazem seus os objectivos da reacção nem fazem seus o egoísmo, o sectarismo e o desvario dos grupos esquerdistas e, nesta curva perigosa para a democracia, nada os poderia honrar mais do que contribuir poderosamente para uma importante vitória da causa da liberdade e da democracia.

Por isso mesmo a decisão do PCP sobre a evolução da nossa candidatura sobre a sua continuação ou retirada, será feita a tempo e horas e terá como razão determinante aquilo que melhor servir a democracia, aquilo que melhor contribuir para a derrota do general Soares Carneiro.

Para o Portugal democrático

Camaradas e amigos!

No nosso sistema constitucional, o Presidente da República não tem funções de governo. Mas a Constituição garante-lhe latos poderes e competências para exercer uma influência positiva na vida política nacional. A nosso ver, esse papel positivo pode ser realizado através de orientações que tenham em vista atingir os objectivos seguintes:

— Para fazer frente à conspiração reaccionária, convém ao Portugal democrático um Presidente da República que assuma e respeite, como seu compromisso fundamental a defesa do regime democrático.

— Para se defender da instabilidade e da insegurança carreados pela subversão e pelo golpismo, convém ao Portugal democrático um Presidente da República que respeite e faça respeitar a Constituição da República e que firmemente assegure a estrita legalidade do processo de revisão constitucional.

— Para se defender da repressão, da intolerância, das discriminações e perseguições por motivos políticos, da censura e da manipulação, da viciação antidemocrática do processo eleitoral e da negação da eficácia do sufrágio popular, convém ao Portugal democrático um Presidente da República que se comprometa a assegurar, em todas as circunstâncias, os direitos e liberdades dos cidadãos e as regras e princípios democráticos fundamentais à vida democrática do país.

— Para se defender do abuso do poder, da desestabilização institucional e militar, da colocação do Estado e dos seus recursos ao serviço de clientelas e interesses partidários, convém ao Portugal democrático um Presidente da República que contribua de forma decisiva para assegurar a estabilidade e o regular funcionamento das instituições democráticas e para garantir a unidade das Forças Armadas na defesa do regime democrático e da independência nacional.

— Para se defender da restauração do domínio dos grupos monopolistas e dos agrários sobre a economia e a vida nacional, convém ao Portugal democrático um Presidente da República que se esforce por contribuir para a garantia e prosseguimento das transformações económicas e sociais realizadas depois do 25 de Abril — designadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo de gestão e os direitos dos trabalhadores.

— Para se defender de uma política de ofensa aos legítimos interesses e aspirações do Povo português e de sacrifício dos interesses nacionais, convém ao Portugal democrático um Presidente da República que, na sua esfera própria de acção, concorra para a realização de uma política nacional inspirada pelos objectivos do desenvolvimento económico e do progresso nacional, da promoção do bem-estar, do florescimento e democratização da educação e da cultura, da salvaguarda da independência nacional, da paz e da cooperação entre os povos.

O combate de hoje e as lutas de amanhã pelo Portugal de Abril

Amigos e Camaradas!

Se no início da campanha eleitoral importa tomar aguda consciência das consequências da eleição do candidato da reacção, é igualmente de extrema importância que os trabalhadores e os democratas encontrem também nas importantes consequências da derrota de Soares Carneiro, um poderoso estímulo, de entusiasmo e de combatividade para a sua decisiva intervenção nesta batalha.

A derrota de Soares Carneiro significará seguramente a impossibilidade da reacção conseguir assegurar o desenvolvimento e concretização final do seu plano de subversão do regime democrático e, designadamente, da revisão constitucional da Constituição.

Significará que na luta contra um governo e uma política reaccionária de agravamento das condições de vida do povo e de ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, o movimento operário e popular continuará a poder juntar à força da sua razão, organização e unidade, a força da legalidade democrática e constitucional.

Significará que se dará uma interrupção na sequência de vitórias eleitorais obtidas em condições antidemocráticas pelos partidos reaccionários e que a imagem de uma força todopoderosa e vitoriosa que a coligação reaccionária pretende apresentar sofrerá um profundo golpe.

Significará a criação de condições para que os trabalhadores e o Povo português, no exercício intransigente dos seus direitos e liberdades, desenvolvem impetuosamente a luta de massas em defesa dos seus interesses vitais ameaçados pela política do Governo e da maioria parlamentar reaccionária.

A derrota de Soares Carneiro significará, em síntese, um enorme impulso e uma alma nova para o prosseguimento e desenvolvimento da luta e da unidade das forças democráticas, para a defesa da Constituição, do 25 de Abril e das suas conquistas, até ser alcançada, como confiamos que o será, a viragem democrática que o Portugal de Abril precisa para garantir verdadeiramente aos portugueses a liberdade, o pão, o trabalho, o bem-estar, a paz, a estabilidade, o progresso e a independência nacional.

Assegurando a vitória da democracia no combate mais imediato das eleições presidenciais, os portugueses estarão preparando as novas vitórias do futuro pela retomada do curso libertador apontados pelos ideais, realizações e esperanças do 25 de Abril.

Agenda

Além dos camaradas Álvaro Cunhal e Carlos Brito, cuja participação em sessões públicas anunciamos na primeira página, outros dirigentes do nosso Partido estarão presentes em acções de esclarecimento. Destacamos:

Quinta-feira, dia 27

Évora, 21 horas, no Palácio D. Manuel, sessão de esclarecimento com a camarada Abolín Inglês • Alcanena, 21 horas, na Casa do Povo, sessão com a camarada Maria Alda Nogueira

Sexta-feira, dia 28

Aldela de Carvalho (Covilhã), às 21 e 30, sessão de esclarecimento com o camarada Carlos Pinhão • Marinha Grande, às 21 horas, no Sport Império da M. Grande, sessão com o camarada Sérgio Vilarigues • Leiria, no Grémio Literário, às 21 e 30, sessão com o camarada Veiga de Oliveira • Barreiro, às 21 horas, no Cine-Clube do Barreiro, sessão com o camarada Aurélio Santos • Lagoa, no antigo Teatro, às 21 e 30, sessão com o camarada Carlos Luís Figueira • Vila Real, com Albano Nunes.

Sábado, dia 29

Aveiro, sessão com o camarada Blanqui Teixeira • Coimbra, sessão com a camarada Maria Alda Nogueira • Silves, às 15 e 30, sessão com o camarada Vítor Neto • Alcaçor do Sal, às 16 horas, na Casa do Povo, sessão com o camarada Aurélio Santos • Zambujal, às 21 e 30, sessão com o camarada Domingos Abrantes • Vila Real, com Albano Nunes

Domingo, dia 30

Aveiro, sessão com o camarada Blanqui Teixeira • Vila Real de Santo António, às 21 horas, com o camarada Vítor Neto • Portimão, às 17 horas, no Boa Esperança, sessão com Dias Lourenço • Monte Gordo, às 16 horas, no Mariani, com Carlos Luís Figueira • Mexilhoeira, às 21 horas, na Sociedade, com Dias Lourenço • Messines, às 15 e 30, na Sociedade Recreativa, com Vítor Neto • Oihão, às 21 e 30, na Escola Secundária, também com Vítor Neto • Gondomar, às 15 e 30, sessão com o camarada Joaquim Gomes • Valongo, às 21 e 30, também com Joaquim Gomes • Cartaxo, 21 horas, na Casa do Povo, com o camarada Jorge Araújo • Setúbal, às 21 horas, com o camarada Octávio Pato • Setúbal, às 21 horas, com o camarada Domingos Abrantes • Coimbra, sessões com Alda Nogueira • Feigueiras, 15 e 30, com Aurélio Santos • Vila do Conde, às 21 e 30, também com Aurélio Santos • Viseu, 21 horas, sessão com José Vitoriano

Terça-feira, dia 2

Lisboa, às 18 e 30, na Fábrica Militar de Braço de Prata, sessão com o camarada Carlos Carvalhas • Estoril (Lagoa), às 21 e 30, na Sociedade Estorilense, com Carlos Luís Figueira

Quarta-feira, dia 3

Monchique, às 21 e 30, na Casa do Povo, com o camarada José Vitoriano • Lisboa, às 18 horas, nas instalações da CP em Santa Apolónia, sessão com o camarada Aurélio Santos • Mem Martins, às 21 e 30, no Cine-Teatro Chaby, com Carlos Carvalhas

1. A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Aliança Povo Unido, reunida em 24 de Novembro de 1980, aprou os resultados da eleição para a Câmara Municipal de Mealhada que se saldaram pela vitória das forças democráticas, por uma significativa derrota das forças reacçãoárias e pelo reforço da votação e eleição de um vereador da Aliança Povo Unido. Salientando o significado de tais resultados, a Comissão Coordenadora saudou calorosamente os democratas e a população da Mealhada pelos resultados de eleição da Câmara Municipal.

2. Face ao início da II Legislatura da Assembleia da República e à próxima apresentação do OGE, a Comissão Coordenadora, certa de interpretar as aspirações dos eleitos para os órgãos autárquicos e os interesses das populações de todo o país, vem tomar pública a reclamação de que a aplicação integral da Lei de Finanças Locais seja finalmente assegurada em 1981, designadamente a distribuição de todas as verbas a que as autarquias e as populações têm direito, com observância dos critérios objectivos legalmente estabelecidos.

3. A Comissão Coordenadora considera ainda necessária a imediata reaprovação da lei de delimitação e coordenação de responsabilidades do poder central e local em matéria de investimentos, já aprovada pela Assembleia da República, por unanimidade, em 27 de Julho de 1979 e que não chegou a entrar em vigor. As populações não deverão de responsabilizar o Governo e os seus opolos parlamentares pela eventual reincidência numa política de boicote à aprovação deste importante diploma que reforçará os poderes, as responsabilidades e a capacidade de actuação das autarquias em defesa dos interesses das populações.

Lisboa, 25 de Novembro de 1980

A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da APU

Vitória da democracia na Mealhada

• Maior votação de sempre na APU

As eleições suplementares para a Câmara Municipal da Mealhada, realizadas no passado domingo, traduziram-se numa importante vitória para as forças de esquerda, consolidando a maioria democrática já existente e retirando à direita a presidência daquele município.

O PS ganhou as eleições com 4 272 votos (três vereadores), contra os 3 932 do PSD (três vereadores). A APU, por sua vez, alcançou a sua maior votação de sempre no concelho, 1 210 votos, recuperando o lugar perdido nas eleições suplementares de Julho passado.

Após uma campanha eleitoral recheada das mais diversas ilegalidades, cometidas pelas forças reacçãoárias, o povo do concelho da Mealhada voltou às urnas pela quarta vez em menos de um ano e pela terceira vez para eleger os seus representantes municipais. Contrariamente ao que se poderia esperar com a repetição de tantos actos eleitorais a população não ficou em casa. Muito pelo contrário, ocorreu às urnas como nunca em eleições autárquicas, afirmando a sua vontade em terminar com os escândalos

e arbitrariedades cometidas pela direita desde Dezembro último.

Para tal contribuiu certamente o trabalho de esclarecimento desenvolvido incansavelmente pela APU, que conseguiu aumentar significativamente a sua votação em todas as freguesias, fazendo reeleger o seu cabeça de lista, Carlos Cabral. A subida mais espectacular da Aliança Povo Unido foi sem dúvida na freguesia da Pampilhosa, a maior do concelho, onde, em relação a Julho, se sobe de 306 para 559 votos. O PPD, pelo contrário, desce bastante nesta freguesia, passando dos 663 votos então recolhidos pela «AD» para 474 votos. Também pela primeira vez a APU ganha em duas das três mesas de voto da Pampilhosa.

A grande afluência às urnas contribuiu para o aumento da votação de todas as forças políticas. No entanto, como se pode ver no

quadro em anexo, apenas a APU aumentou os seus votos em relação às últimas eleições para a Assembleia da República.

Este resultado da Povo Unido, fruto do intenso trabalho realizado junto da população, nos contactos directos, caravanas, sessões de

esclarecimento, vem confirmar uma real implantação do PCP/APU no concelho da Mealhada e o prestígio dos seus quadros locais. A subida da APU, que análises mostram ter-se feito também com a captação de votos de antigos eleitores da «AD» e PS,

traduz igualmente o esvaziamento da campanha desenvolvida pelo PS apresentando-se como a alternativa à «AD». A alternativa existe, sim, mas na unidade das forças democráticas.

Do passado recente da gestão autárquica da Mealhada há

importantes lições a reter. O eleitorado reforçou a sua opção de esquerda. Espera-se certamente que os eleitos, e em especial os do PS, saibam corresponder aos seus anseios, unindo-se com a APU na resolução dos principais problemas do concelho.

RESULTADOS ELEITORAIS NO CONCELHO DA MEALHADA DESDE 1975

DISTRITO DE AVEIRO	CONC. DE MEALHADA									
	AC 75	AR 76	AM 76	AR 79	AM 79	CM 79	CM 80'	AR 80	CM 80	
PCP/APU	N 452	576	503	1 078	1 074	1 034	856	918	1 210	
	% 4,37	6,03	7,58	10,01	12,28	11,82				
PS	N 5 317	4 513	3 035	4 752	3 532	3 533	3 660	4 982	4 272	
	% 51,37	47,22	45,74	44,11	40,37	40,38				
AD	N NC	NC	NC	4 228	3 911	3 983	3 656	4 370		
	% -	-	-	39,25	44,70	45,53				
PPD/PSD	N 2 644	2 678	2 162	NC	NC	NC	NC	NC	3 932	
	% 25,54	28,02	32,58	-	-	-	-	-	-	
CDS	N 232	856	627	NC	NC	NC	NC	NC	NC	
	% 2,24	8,96	9,45	-	-	-	-	-	-	

* Eleições suplementares realizadas em 27 de Julho, posteriormente anuladas pelo Tribunal da Relação de Coimbra.

Que se passa na CML?

O segredo é a alma do negócio

- divisa da gestão camarária de Abecasis

Complexo das Amoreiras, Luna-Parque das Laranjeiras, Torres do Tejo, Castelo de S. Jorge, Feira de Belém — nomes que, desde que a «AD» tomou posse da Câmara Municipal de Lisboa e Nuno Abecasis, do CDS, ocupou o lugar de presidente, andam pelas páginas dos jornais ou na boca de quem se preocupa com a coisa municipal. Projectos que, mesmamente, Nuno Abecasis lança em conferências de imprensa. Mas, tais nomes, tais projectos, no concreto, quase ninguém sabe o que é, porque Nuno Abecasis se nega a explicá-lo. Desrespeitando completamente a legislação relativa aos órgãos de poder local, o presidente do CDS da Câmara de Lisboa, às constantes perguntas dos vereadores da APU, do PS e da UDP, às constantes perguntas dos membros eleitos da Assembleia Municipal, nada diz. Ou, quando diz, responde como já respondeu: "o segredo é a alma do negócio!". Dai que seja de todo legítimo perguntar se tais nomes, se tais projectos não constituirão a pequena parte visível de um grande "iceberg" especulativo. De todo este processo seja também justo perguntar: que se passa na Câmara Municipal de Lisboa?

As respostas a esta questão são várias. Desde logo, a constatação da prepotência, da arbitrariedade, do carácter totalitário com que o presidente da Câmara de Lisboa norreia a sua actuação.

O executivo camarário de Lisboa é composto pelo presidente e 16 vereadores, sendo 9 membros eleitos pela "AD", 4 pela APU e 4 pelo PS. A "AD" concentrou nas mãos dos seus eleitos toda a delegação de poderes e, numa demonstração de totalitarismo pouco conforme com o espírito que deve informar uma gestão municipal democrática, não permitiu que aos vereadores da APU e do PS fossem distribuídos quaisquer pelouros.

Porém, da própria "AD", a sanha totalitária do CDS também é visível de tal modo que se pode afirmar que é o CDS que comanda todas as operações relativas à cidade de Lisboa. Repare-se que, dos 9 vereadores eleitos pela "AD", 5 são do partido de Abecasis, 3 são do PSD e 1 é reformador. Além disso, a esmagadora maioria dos presidentes de juntas eleitos pela "AD" pertencem ao CDS.

O grosso do comando da administração municipal encontra-se assim nas mãos de homens do CDS, mais concretamente de um trio composto por Abecasis e pelos vereadores do CDS Pedro Feist e Gomes de Pinho. Concretamente, Abecasis tem sob a sua directa responsabilidade todas as questões relativas aos pelouros da habitação e do urbanismo. Com efeito, logo após as eleições de 5 de Outubro, Abecasis retirou o vereador Maria Luís Salinas, do PSD, a responsabilidade de gerir o parque habitacional municipal (que atinge cerca de 22 mil fogos). A vereadora a tempo inteiro do PSD ficou portanto sem direcção de serviços, uma vez que a direcção pela qual era responsável, Direcção do Serviço de Habitação (DSH), ficou

sob a directa dependência de Abecasis.

Entretanto, outros exemplos apontam o reforço da posição do CDS na Câmara de Lisboa após as eleições de 5 de Outubro. Assim, a Direcção dos Serviços de Obras, que estava na totalidade, entregue a um vereador do PSD (Rui Mendonça), foi repartida, sendo entregue a um vereador do CDS a parte que diz respeito a arruamentos. Este episódio, aliás, faz que, na CML já se diga, comentando esta insólita decisão de Abecasis, que o que toca às ruas de Lisboa, o CDS ficou com os pavimentos e o PSD... com os esgotos...

Segredos que se vão desvendando

A actuação prepotente do CDS e do seu presidente na Câmara de Lisboa tem vindo a ser vigorosamente contestada pelos vereadores da APU e do PS, que consideram inadmissível.

Peguem, por exemplo, nos projectos com que iniciámos este artigo e que ninguém — ou quase ninguém — sabe muito bem o que são. Todos eles foram decididos por Abecasis, sem que qualquer dos vereadores tenha sabido deles por outros meios que não sejam... as conferências de imprensa que Abecasis se tem mostrado tão prólogo a convocar!

A única coisa que se sabe ao certo é que na sua esmagadora maioria se trata de operações envolvendo milhões de contos (diz-se que o complexo das Amoreiras, a que estará ligado o grupo financeiro internacional Rotschild, envolve qualquer coisa como três milhões de contos e destinar-se-ia, em parte, à construção de habitações de luxo), porque mais Abecasis não diz, invocando o argumento de que "o segredo é a alma do negócio".

cidade e do país com a construção de um restaurante de luxo no interior do Castelo. Neste aspecto — ao transformar a sala ogival do tempo de D. João I num restaurante de luxo — Abecasis delapidou o património cultural do Povo português da mesma maneira que o fascismo já o tinha feito, nomeadamente quando na década de trinta também procedeu a alguns "arranjos" no Castelo para a sua megalomana exposição do "mundo português".

Desrespeito pela Assembleia Municipal

O comportamento totalitário de Nuno Abecasis e do seu grupo que se apoderou da gestão municipal vai, porém, mais longe, podendo dizer-se que, neste momento, existe um grave contencioso entre o Presidente da Câmara e a Assembleia Municipal. A atestação está o facto de estar a decorrer uma sessão extraordinária deste órgão autárquico, convocada por um terço dos seus membros, destinada a pedir ao presidente informações sobre a gestão municipal, informações essas que deveriam ser prestadas nas sessões ordinárias da Assembleia pelo presidente, de acordo com o artigo 48.º da Lei 79/77.

Até aqui, Abecasis tem

A «AD» quer Nome de Caetano nas ruas de Lisboa

A «AD» quer dar o nome do ditador Marcelo Caetano a uma rua da capital. Apesar dessa pretensão ter sido derrotada numa recente sessão da Assembleia Municipal de Lisboa, representantes daquela coligação no executivo presidido por Abecasis admitem a hipótese da Câmara poder vir a tomar uma decisão favorável a tal respeito.

Uma representante do PSD na Assembleia propôs, na referida sessão da Assembleia Municipal, um voto de pesar pelo passamento do último ditador fascista derrubado em 25 de Abril e recomendava que a Câmara lhe desse o nome numa das ruas da capital. O voto de pesar foi aprovado com os votos contra da APU, do PS e da UDP e a recomendação foi derrotada, uma vez que alguns representantes do PSD se abstiveram.

Parece, no entanto, que na «AD» as opiniões se dividem acerca do "timing" que a Câmara deve cumprir para dar o nome do ditador a uma rua de Lisboa. Há quem diga que, nome de Caetano em Lisboa... só depois das presidenciais!

sistematicamente ignorado a Assembleia Municipal, quase nunca assistindo com lhe compete às suas reuniões ordinárias, não respondendo às questões que lhe são colocadas. Actualmente, nesta sessão extraordinária, eleitos da APU e do PS têm, com efeito, interrogado o presidente a propósito destas grandes operações de "renovação urbanis-

Plano de Circulação e Transportes aprovado na Câmara de Évora

Com o objectivo de melhorar as condições de vida na cidade de Évora, preservando simultaneamente o Centro Histórico, e devolvendo o centro da cidade à população, a Câmara Municipal de Évora aprovou recentemente um Plano Geral de Circulação e Transportes, iniciativa inédita no País.

O Plano, fruto de um trabalho de técnicos especializados, contém um estudo da situação actual no que se refere a circulação e transportes, propondo um novo sistema de organização naquele campo, que tem em conta as múltiplas sugestões dadas por estruturas representativas de diferentes camadas da população. Este plano esteve ainda aberto à discussão pública, de modo a poder contar com a opinião dos cidadãos que se deslocam normalmente à cidade ou vivem nos seus limites.

A «ação-piloto» que irá testar, ainda em regime experimental, a eficácia deste plano, deverá começar já no próximo mês, aproveitando a época natalícia.

Mais contentores de lixo para Setúbal

A Câmara Municipal de Setúbal vai melhorar os seus equipamentos de recolha de lixo. Para tal foi aberto um concurso limitado, tendo a edilidade aprovado a compra de uma viatura para lavagem de contentores de 770, 800 e 1100 litros, uma outra para lavagem de dois baldões de 110 litros, uma para recolha e transporte de baldões também de 110 litros e outra ainda para escolha e transporte de contentores metálicos de maior capacidade.

Os novos veículos, orçados em cerca de vinte e quatro mil e setecentos contos, entrarão em funcionamento três meses após a assinatura do contrato.

Programa de Actividades da Associação de Reformados

O Centro de Dia da União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social (UPPSS) de Lisboa divulgou recentemente o seu programa de actividades até ao final do corrente mês e próximo mês de Dezembro.

Assim, no sábado 22, realiza-se uma visita cultural à cidade de Almada, com partida da Associação de Reformados, na Alameda D. Afonso Henriques. Para além de um encontro com o presidente da Câmara daquele concelho, os reformados assistirão na Academia Almadense à representação da peça de José Saramago «Que Farei Com Este Livro?», sobre Luís de Camões. A iniciativa contou com a participação de cerca de 120 associados.

No dia 30 do corrente, às 15 horas, na sede da Associação, realiza-se uma palestra com o actor de cinema e teatro Rogério Paulo.

Em Dezembro, para os dias 5 e 12, a Associação de Reformados conta com a presença da engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo e do dr. Piteira Santos, director-adjunto do vespertino «Diário de Lisboa».

O Natal dos Reformados, iniciativa que já criou tradição no Centro da UPPSS, será comemorado a 20 com uma festa-convívio. Finalmente, a 26 de Dezembro, os reformados recebem o escritor e jornalista Alexandre Cabral no seu Centro de Dia, onde fará uma palestra. Todas estas iniciativas têm a colaboração da Comissão de Reformados de S. Jorge de Arroios.

Cortejo de oferendas no Couço

Como já vem sendo habitual todos os anos realizou-se no passado domingo, no Couço, o cortejo de oferendas a favor do Centro Social e Lar da Terceira Idade de Santo António daquela localidade.

As oferendas, que constam de géneros alimentícios, gado e diversos artigos oferecidos pela população e pelos trabalhadores da Reforma Agrária, renderam cerca de quinhentos contos no leilão realizado para o efeito. A verba reverte a favor do Centro Social que recolhe trinta e três idosos.

Na iniciativa participaram os presidentes da Câmara e Junta de Freguesia do Couço, representantes das Comissões de Moradores, das UCP's e Cooperativas, Bombeiros Voluntários e a Banda Musical da Instrução Coruchense e o Rancho Folclórico Malmequeres do Sorraia.

Prosseguem os escândalos na cidade de Faro

Da verba desvirtuada ao desenvolvimento da «cultura e desporto» no distrito de Faro o respectivo Governador Civil decidiu atribuir um subsídio de vinte contos ao matutino reacçãoário «O Dia», conforme se veio a descobrir no decorrer de uma reunião da Assembleia Distrital algarvia.

O insólito acontecimento, que mereceu o mais vivo repúdio das forças democráticas representadas na Assembleia Distrital, vinha a dar origem a uma moção em que se exige a reposição do dinheiro público assim desbaratado (se necessário do próprio bolso) do responsável pela decisão), bem como um protesto pela exiguidade de outros subsídios atribuídos a quem mais deles necessita. É o caso, por exemplo, dos Bombeiros Voluntários de Faro, a quem o Governador Civil apenas atribuiu uns escassos cinco contos.

Semelhança arbitrariedade não deixa contudo de trazer alguma vantagem: ajuda a população do distrito de Faro a conhecer melhor as intenções da direita e a sua maneira de administrar o erário público. Entre «O Dia» e os Bombeiros Voluntários escolhem, evidentemente, o seu jornaleco. Critérios....

S. Facundo — um exemplo da «democracia» do PPD

A actividade da Junta de Freguesia de S. Facundo, no concelho de Abrantes, vem desde há tempo sendo alvo do mais descarado boicote por parte do seu próprio presidente, eleito em Dezembro passado pelo PSD.

Ganhando a presidência da Junta por escassa margem de votos — a APU preenche os lugares de secretário e tesoureiro, uma vez que as forças democráticas no seu conjunto foram mais votadas — o PPD empenhou-se a fundo na paralisação do órgão autárquico, provavelmente no intuito de provocar demissões que obrigassem a novas eleições. Como foi denunciado em recente comunicado da Comissão de Freguesia local do PCP, o actual presidente não comparece às reuniões da Junta e da Assembleia de Freguesia, guarda na sua residência o selo daquele órgão autárquico, recebe a correspondência oficial em casa, recusa-se a dar despacho a documentos necessários à actividade autárquica.

Como é evidente, esta situação está a criar na freguesia de S. Facundo graves problemas. Assim, projectos de esgotos, canalização de água,

substituição de linhas de electrificação, construção de novo cemitério, reparação de estradas, etc., não podem ser levados à prática pela simples razão de que o tal senhor presidente se recusa a assiná-los ou mesmo a oficializar pedidos de materiais à Câmara Municipal de Abrantes!

Como se tudo isto não fosse suficiente, este pequeno ditador do PSD decidiu desviar as atenções da sua pessoa com uma curiosa manobra de diversão — acusando os membros da APU, que desempenham as funções de secretário e tesoureiro da Junta, de irregularidades!

Mas o mais curioso é que, uma vez aberto o inquérito para apurar a veracidade das acusações, que afinal eram falsas, o presidente não tenha comparecido a uma única reunião dedicada ao assunto.

Como se salienta no documento referido, só a acção conjunta da população interessada no desenvolvimento da freguesia pode pôr cobro a tão inqualificável procedimento. Até quando a freguesia de S. Facundo vai permitir que um homem (e o partido que o apoia) impeça a concretização dos anseios de quase duas mil pessoas?

MURPI alerta: usados os votos vem a factura



Reformados, pensionistas e idosos são os primeiros a sentir os reflexos do aumento do custo de vida

A Coordenadora Nacional do Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) reuniu no passado dia 19 para analisar a situação económica dos seus associados, bem como os graves reflexos que irão ter nos seus lares os aumentos já anunciados (e a anunciar), «pesada factura da demagogia cleiçoira».

Como se refere no comunicado divulgado após a reunião, «usados os votos daqueles que foram e poderão voltar a ser enganados com falsas promessas, logo que, em Dezembro, feche a época da caça ao voto, mais reforçado será o sacrifício dos desprotegidos em favor do poder dos ricos».

Recordando que os aumentos das pensões, «retardados para a época das eleições», deviam ter sido feitos no início do ano, a Coordenadora do MURPI sublinha que o «Governo não satisfaz minimamente o caderno reivindicativo de 1980, tanto no relativo à pensão mínima, à pensão dos rurais e à pensão social, cujos valores se exige sejam iguais a 60% respectivamente do salário mínimo nacional, do salário mínimo dos rurais e do

salário mínimo dos trabalhadores domésticos, como no que concerne à criação de um Serviço Nacional de Saúde, já aprovado na Assembleia da República, e entretanto o fornecimento de medicamentos gratuitos, a concessão de 50% de descontos nos transportes públicos urbanos e de longo e médio curso, sem limites mínimos de idade, nem de horários e nem de quilómetros, e uma política de habitação social que tenha em conta a capacidade económica do agregado familiar».

Os reformados, que exigem o aumento de todas as pensões de acidentes de trabalho e de doenças profissionais equivalente à subida do custo de vida, estão ainda a estudar qual o montante uniforme do aumento das pensões de valor superior à mínima a reivindicar.

Por outro lado, o MURPI exige no seu documento o cumprimento integral da Lei das Finanças Locais, a fim de permitir que as autarquias cumpram a sua obrigação de satisfazer as necessidades das comunidades, com destaque para o fornecimento de centros de dia e de lares para idosos e inválidos.

Para poder trabalhar

Para poderem trabalhar com remunerações garantidas, 600 trabalhadores, quase todos mulheres, pararam o trabalho durante seis semanas na Tinturaria Cambournac.

A paralisação terminada há dias não teve em vista apenas o pagamento dos salários em atraso. Foi uma fase de luta, que se prolonga há anos pela garantia de emprego, pela estabilidade da empresa.

Dez meses de salários em atraso é motivo mais que suficiente para desencadear uma greve, principalmente quando não se vê possibilidade de receber de outra maneira.

A paralisação justificava-se, teve participação total e venceu. Para acabar com ela o patronato não poupou esforços para contratar trabalhadores a prazo. Fez até promessas de dinheiro a quem furtasse a greve.

Mas grande parte da responsabilidade pela situação na Cambournac cabe a um «contrato de viabilização» que parece ter morrido na gaveta de um banco qualquer.

Delegados sindicais na empresa, conhecendo bem e por dentro a situação da firma, fazem notar que esse «contrato», prometido há mais de três anos, continua a deparar com «burocracias» com complicações que põem em grave risco de desaparecimento 600 postos de trabalho por falta de maquinaria adequada, de matéria-prima, de condições, enfim, para trabalhar de acordo com as necessidades actuais, aproveitando as potencialidades existentes para estabilizar e garantir o futuro da empresa.

A quem interessa o prejuízo da Quimigal?

A resolução do Governo que permite a devolução de empresas nacionalizadas indirectamente, ou participadas, ao grande capital na forma de indemnizações pode afectar gravemente a Quimigal. Segundo a Comissão de Trabalhadores, essa grande empresa pública criada em 30 de Dezembro de 1977 (fusão do Amoniacos Portugueses, CUF e Nitratos de Portugal) está em risco de desmembramento.

O próprio conselho de gerência, ou alguns dos seus membros recebem a desarticulação da empresa ao mesmo tempo que mostram regozijo pelo progresso alcançado, nomeadamente pela implantação de novas unidades como a moderna fábrica de zinco metálico.

Mas, resumindo a situação de perigo para a integridade da empresa, a CT alerta, por exemplo, contra a possibilidade de entrega da Sovena, «que comercializa os óleos e sabões da Quimigal» e que é também detentora de marcas de óleos alimentares muito conhecidas, ao controlo exclusivo do grande capital privado, que passaria a dominar todo esse sector, asfixiando «a curto prazo, a Divisão de Óleos e Sabões» da Quimigal.

Quem inspecciona a Inspeção?

O facto de o Conselho da Revolução ter declarado inconstitucional, isto é, para todos os efeitos não aplicável, o n.º 1 do artigo 25.º do Regulamento da Inspeção do Trabalho (Decreto-Lei 48/78 de 21 de Março) teve um resultado pelo menos surpreendente.

Perante essa decisão perfeitamente legal, a Inspeção do Trabalho paralisou a sua actividade quase por completo.

A justificação para esta atitude não é menos surpreendente: A Inspeção do Trabalho, organismo dependente, como se sabe, do Ministério da mesma pasta e do Governo das pastas todas, alega inoperância resultante da necessidade de verificar presencialmente as infrações registadas nos locais de trabalho.

A redacção original do n.º 1 do artigo 25.º do referido diploma — lembra a CGTP-IP num comunicado de protesto perante a atitude da Inspeção do Trabalho — permitia a este organismo, cuja inactividade tem sido notória, «verificar por qualquer meio a infracção à norma, cuja fiscalização compete àquela Inspeção».

O Conselho da Revolução considerou esse poder inconstitucional e decidiu que a Inspeção, em vez do qualquer meio deveria proceder a investigações preliminares, ou à verificação presencial da infracção.

A CGTP-IP num protesto, que não é o primeiro perante as atitudes da Inspeção do Trabalho, sublinha que a paralisação deste organismo é um mero pretexto e visa consolidar a impunidade do patronato face ao não cumprimento de legislação laboral.

A Central sindical exige do Ministério do Trabalho medidas concretas para pôr a funcionar um serviço que é pago pelo povo para zelar pelos seus direitos.

A decisão constitucional do CR não pode servir à Inspeção do Trabalho para deixar de exercer a sua actividade na prevenção e reparação dos conflitos laborais.

Pagar a todos salários e subsídios

Os salários de Dezembro e o subsídio de Natal têm que ser pagos a todos os trabalhadores, façam ou não prova de terem apresentado a declaração do imposto complementar, recorda a CGTP-IP.

Num comunicado, a Central sublinha que nenhuma lei pode atribuir às entidades patronais uma competência que nem à administração pública pode caber.

Punir a falta de pagamento de contribuições ou impostos de competência exclusiva dos tribunais.

O Decreto-Lei 183-F/80, de Junho deste ano, é inconstitucional, reafirma a CGTP-IP. Nenhuma lei pode violar a igualdade dos cidadãos perante a Lei.

Mas é precisamente isso que se verifica com aquele diploma.

Só pelo facto de ser trabalhador assalariado — sublinha a Central sindical — «o cidadão que eventualmente não tenha feito a sua declaração de imposto vê-se privado do direito de se defender perante o tribunal competente, ou simplesmente de apresentar a declaração fora do prazo com multa».

A Central considera o diploma «AD» inconstitucional a vários títulos e revelador da «natureza de classe de um Governo que toma tais medidas» contra a população trabalhadora e deixa sem beliscadura a fraude e a evasão fiscais praticadas pelos titulares dos altos rendimentos do capital e da propriedade.

«Os salários de Dezembro e o subsídio de Natal têm que ser pagos a todos os trabalhadores», repete a Inter como conclusão principal do seu comunicado de 14 do corrente, indicando que «esse é o sentido da luta a travar e a reivindicação a apresentar pelo Movimento Sindical, pelas Comissões de Trabalhadores, por todos os trabalhadores, a nível de empresa e de sector».

Na Lusalite condenação é advertência

A luta dos trabalhadores ocupa várias frentes, toma vários aspectos. Um deles é o recurso aos tribunais, ao poder judicial. Conhecer-se as limitações desse poder. O caso da Standard/ITT de Cascais é um exemplo recente e bem revelador.

Mas há outros casos em que os tribunais têm conseguido fazer cumprir as suas sentenças, os seus pareceres favoráveis aos trabalhadores.

O administrador da Lusalite, recentemente condenado na multa de mil escudos, com pena suspensa por dois anos, e ao pagamento das custas e despesas do processo, pelo Tribunal do Trabalho de Lisboa, constitui mais um exemplo de que a frente judicial nunca deve ser abandonada, como nenhuma outra, aliás, na defesa de quem trabalha.

Neste caso da Lusalite, não é apenas um administrador que é condenado (está fora de causa o rigor ou não rigor da pena) mas todo o patronato, todos os administradores que não respeitam ou reprimem dentro das empresas a organização sindical.

O administrador Jaime Cortezão, agora condenado, violara a Lei Sindical ao impedir a entrada de dirigentes sindicais na empresa.

Não são só salários! Não são apenas greves! Está em jogo muito mais

Se a intransigência do Governo se mantiver o Metro e a Carris paralisam de novo amanhã

A contratação colectiva e a defesa dos postos de trabalho, em alguns casos ameaçados a muito curto prazo, continuam a mobilizar milhares de trabalhadores em empresas e em amplos sectores de actividade. Em primeiro plano mantém-se o sector dos transportes (Carris e Metro), a fábrica de elevadores Selva (garantia de emprego) sectores da indústria vidreira, pescadores, jornalistas.

Noutro plano, mas prontos a avançar, se necessário, com propostas de luta ou de intervenção está o comércio retalhista de Lisboa e empresas como a Messa, a Petrogal, a Audiomagnética. Problemas de vária ordem afectam ainda a Quimigal e a Frinil. Esta última, como outras empresas importantes, está agora nas mãos dos Mellos que se mantêm como é sabido na administração da Lisnave.

O fundamento essencial das lutas ou das preocupações de milhares de trabalhadores e das suas organizações representativas, a nível sindical e de empresa ou sector, continua a ser, além dos baixos salários e do desemprego, a estabilidade das empresas, nomeadamente através de acordos de saneamento económico-financeiro, a segurança do emprego, a defesa das nacionalizações e do regime capaz de consolidar e fazer progredir essa e as outras conquistas e as liberdades, garantias e direitos alcançados com a democracia em Portugal.

A intransigência do Governo é sublinhada pelas organizações sindicais do Metro e da Carris como a única responsável pelo impasse verificado, não deixando aos trabalhadores outra alternativa que não seja o recurso a todos os meios legais, legítimos e constitucionais

o Governo quer substituir por um «tecto salarial» a seu jeito, obrigaram as comissões negociadoras sindicais a prever o recurso a novas formas de luta.

Significativo é, neste aspecto e para citar apenas um caso, o facto de a FETESE (Federação dos

Isto é: Na Parry, como nas outras empresas, cujos trabalhadores assimam o comunicado, o grande capital, os grandes grupos ligados ao estrangeiro passam a controlar um número cada vez maior de empresas entre aquelas que praticamente nacionalizadas mais lucro podem dar, sem qualquer garantia de emprego para os trabalhadores.

É, por exemplo, o caso da Frinil. Os trabalhadores perguntam: qual será a política da Lisnave quanto à empresa? Será integrada na Lisnave? Será que a Lisnave fará a reestruturação do aumento de capital necessário para um melhor rentabilidade da empresa? — O que

SRS. PASSAGEIROS COMPANHEIROS DE TRABALHO

Todos os transtornos provocados pela falta de transportes devido a nossa greve (que de novo vamos levar à prática, no próximo dia 28/11/80, 6.ª feira), devem ser imputados aos Conselhos de Gerência e ao Governo, únicos responsáveis pela situação.

PORQUE A NOSSA LUTA É JUSTA, APELAMOS À VOSSA SOLIDARIEDADE, À VOSSA COMPRENSÃO E AO VOSSO APOIO!

METRO INÍCIO DA GREVE: 10:00, FIM DA GREVE: 18:00

CARRIS INÍCIO DA GREVE: 10:00, FIM DA GREVE: 18:00

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E URBANOS / CSN-METRO / CSN-CARRIS

que têm a esconder dos trabalhadores em face da falta de informação que se verifica?

Este é o Governo dos Mellos e dos grupos que pretendem restaurar as condições económicas que sustentaram o fascismo.

As lutas pelos salários, pela garantia de emprego, pelo auxílio

às pequenas e médias empresas, pelos direitos e liberdades sindicais não é, assim, apenas uma luta indispensável para enfrentar o dia-a-dia. É uma luta contra projectos globais, intenções e planos donde desaparecerá qualquer ponto de contacto com o regime implantado em Abril.

TRÊS RAZÕES DA GREVE

- Salários em vigor (não revistos) há 17 meses
- Poder de compra perdido com os constantes aumentos de preços nesse período
- Revisão salarial que, pelo menos, reponha esse poder de compra — o poder de compra que já se perdeu

ao seu alcance para conseguirem as justas reivindicações por que lutam. No Metro como na Carris os problemas são idênticos.

Escritórios) ter subscreto o pré-aviso de greve no Metropolitano de Lisboa.

Perante um aumento do custo de vida e a consequente perda de poder de compra que, apesar de o Governo controlar os principais

«Batalhas perdidas»?

Por vezes, os boicotes ao avanço das negociações são de tal modo idealistas que parecem forçados pelos conselhos de gerência, administrações e Governo para manterem os trabalhadores ocupados com lutas que esse mesmo Governo quer apresentar como «batalhas perdidas» quando quem as perde é ele.

Este Governo está, como é público, muito interessado em rever toda a legislação laboral. Para isso precisa de um ambiente propício e da ajuda dos divisionistas, que não lhes é negada pela direcção da UGT.

Ora, essa «revisão de fundo» incluída, como é sabido também, um «pacto social», com esse ou outro nome pouco importa, o importante seria para este Governo deixar feita em casos quando perspectiva de unidade dentro das empresas através da contratação colectiva; seria avaliar afinal com a lei os contratos ou acordos separados; facilitar as admissões a prazo; desorganizar as defesas dos trabalhadores em empresas e serviços.

O Movimento Sindical Unitário e todos os Sindicatos verdadeiramente representativos têm força e apoio suficiente para não deixar que se concretize esse projecto do Governo e do grande patronato.

Um exemplo que vem da Lisnave

Num comunicado recente as comissões de Trabalhadores da Lisnave, da Parry & Son, da Metalúrgica Luso-Italiana, da Frinil e da Comissão Coordenadora das CTs da Indústria Naval punham o dedo na ferida. O sr. José Manuel de Mello continua a servir-se da Lisnave para refazer o seu grupo monopolista, alerta o título do comunicado conjunto.

A Lisnave tem, como é sabido, grande participação de capital do Estado. O mesmo acontece com a Parry. «No entanto — acrescentam aqueles órgãos representativos dos trabalhadores — com o último aumento de capital posto a disposição dos capitalistas privados, por despacho do secretário de Estado das Finanças» a Lisnave passou a acionista da Parry com 42 por cento do capital social da empresa, o que alterou radicalmente a composição das partes sociais, ficando as entidades privadas (Lisnave, Lacerdas) como maioritárias com 52 por cento».

O aumento dos transportes nada tem a ver com as greves Anunciam-se aumentos entre 15 e 30 por cento

Nunca perdendo de vista o seu interesse eleitoral, o Governo aproveita as formas de luta adoptadas pelos trabalhadores da Carris e do Metro para anunciar, precisamente nesta altura, um aumento dos preços nos transportes colectivos.

Tanto os bilhetes avulso como os passes sociais (e os órgãos de informação afectos à direita «choram» principalmente sobre o aumento destes últimos) vão custar mais 20 por cento (outras fontes indicam 25 e mesmo 30 por cento) no primeiro caso e entre 15 e 18 por cento no segundo.

A notícia foi confirmada pelo acesor para a Imprensa do Ministério dos Transportes, frisando, no entanto, aquele funcionário que ainda não havia «resoluções concretas» sobre os aumentos fartamente anunciados na TV em paralelo com as paralisações da Carris e do Metro.

As novas tarifas entrarão em vigor no próximo mês de Janeiro, e estabelecerão que

«adiadas» desde 31 de Janeiro do ano em curso, data em que o gósoleo subiu 34,5 por cento.

Outros aumentos estarão, aliás, «adiados», esperando os resultados das eleições. O primeiro, quanto à incidência, seria mais um, precisamente nos combustíveis, pois que o de 31 de Janeiro de 1980 só fez aumentar as tarifas dos transportes aéreos.

Uma factura muito pesada

Através das suas organizações representativas, os trabalhadores da Carris e do Metro rejeitam, por falso e manipulador, qualquer tipo de associação entre a actualização dos seus salários e os aumentos dos transportes. A União dos Sindicatos de Lisboa, solidarizando-se com a luta em curso, recorda que os aumentos anunciados e os outros que virão fazer parte da pesada factura «resultante das eleições de 5 de Outubro».

Por outro lado, embora com reflexos incómodos, os

inevitáveis, no dia-a-dia dos passageiros dos transportes públicos, as paralisações na Carris e no Metro não são evidentemente lutas viradas contra os trabalhadores que utilizam os transportes.

De modo grosseiro ou subtil, os grandes meios de manipulação da «missão» reaccionária de orientar a opinião pública contra o direito à greve.

Nada é mais falso do que essa imagem avessa a um direito constitucional — imagem que aliás não consegue impedir a solidariedade.

Mas nada é também mais característico dos mancoes deste Governo do que as tentativas sempre repetidas de virar trabalhadores contra trabalhadores, de enfraquecer as suas lutas e as suas organizações de classe.

De novo só há o facto de que, quanto melhor e mais se conhecem os métodos e os meios do inimigo, melhores e mais são os meios de o combater.



Carros antiquados, perigosos no meio de um trânsito cada vez mais caótico; salários reais a descer constantemente perante a velocidade do custo de vida que aumenta todos os dias; condições do trabalho difíceis e perigosas; grande responsabilidade perante a vida de milhares de passageiros — eis algumas (poucas) razões para uma greve que marce a solidariedade e a compreensão de todos os trabalhadores, de todos os utentes da Carris



A marcação da greve no mesmo dia serve (também) para sublinhar o carácter solidário de uma forma de luta impossível de evitar perante a intransigência de um Governo que, desde o princípio, tenta por todos os meios desprestigiar e tornar ineficazes as organizações representativas dos trabalhadores

«Não votar será votar em Soares Carneiro» — reafirma o Movimento Sindical

O Movimento Sindical não pode alhear-se da luta política. Repetida embora um milhão de vezes esta evidência, que outro nome não pode ter, continua ainda hoje a suscitar falsas dúvidas propagadas pelos fomentadores do divisionismo. Daí a posição política (e não partidária) mais uma vez assumida pela Central sindical e pelas suas organizações intermédias, pelos sindicatos e pelos organismos representativos dos trabalhadores nas empresas e serviços no sentido de impedir a vitória de Soares Carneiro nas próximas eleições presidenciais.

A União dos Sindicatos de Lisboa, em Encontro recente com dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores aprovou um documento onde essa questão é tratada muito concretamente em relação à abstenção, aos votos nulos ou brancos, ao problema da unidade e entendimento de todos os elementos das comissões de trabalhadores independentemente da ideologia de cada um.

Sem nunca separar os problemas económicos dos problemas políticos, na perspectiva da defesa dos interesses dos trabalhadores, o Encontro condenou claramente a abstenção reafirmando que é preciso combatê-la, juntamente com a indiferença dos trabalhadores e dos demócratas.

O documento aprovado no Encontro salienta muito justamente que é preciso discutir e fazer entender claramente que não votar será votar em Soares Carneiro, logo votar contra a democracia, as liberdades, os direitos e interesses do povo português.

Pelo controlo de gestão 15 estatutos de CT's publicados pelo MT

O Boletim do Trabalho e Emprego que acaba de ser distribuído com a data de 30 de Setembro de 1980 insere 15 estatutos de comissões de trabalhadores. Entre as 15 empresas mencionadas naquela publicação periódica do Ministério do Trabalho figuram a Quimigal/EP, o Hotel Ritz, a Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários, a Aminter, a Pensão Aviz, o Laboratório Normal Produtos Farmacéuticos, a Pensão Aviz e a Parry & Son. São abrangidos, como se vê, vários ramos de actividade, bem como empresas públicas e privadas, de capacidade e alcance muito diferente. Mas, em todas elas, isto é, em todos os estatutos aprovados há pelo menos dois artigos específicos dedicados ao controlo de gestão. A redacção desse articulo é idêntica ou remete num caso ou dois par a Constituição, Lei fundamental do País. É oportuno transcrever um desses artigos sobre a «natureza e conteúdo do controlo de gestão»:

«1. — O controlo de gestão visa proporcionar e promover, através da respectiva unidade e mobilização, a intervenção democrática e o empenhamento responsável dos trabalhadores na empresa, em especial, e no processo produtivo, em geral, para realização do objectivo constitucional de construção do poder democrático dos trabalhadores.

«2. — O controlo de gestão consiste no controlo do colectivo dos trabalhadores sobre as decisões económicas e sociais da entidade patronal e do órgão de gestão da empresa para defesa dos interesses fundamentais dos trabalhadores e garantia das transformações estruturais da economia e da sociedade portuguesa prevista na Constituição da República.

«3. — O controlo de gestão é exercido pela CT (Comissão de Trabalhadores), nos termos e segundo as formas previstas na Constituição da República, na lei, noutras formas aplicáveis e nestes estatutos.

«4. — A entidade patronal e o órgão de gestão estão proibidos por lei de impedir e dificultar o exercício do controlo de gestão, nos termos legais aplicáveis.

«5. — Tendo as suas atribuições e direitos por finalidade o controlo das decisões económicas e sociais da entidade patronal e de toda a actividade da empresa, a CT, em conformidade com o n.º 3 do artigo 18.º da Lei n.º 46/79, de 12 de Setembro, conserva a sua autonomia perante a entidade patronal, não assume poderes de gestão e, por isso, não se substitui aos órgãos e hierarquia administrativa, técnica e funcional da empresa nem com eles co-responsabiliza».

Competência, direitos e poderes

Para «a realização do controlo», a CT (citamos o artigo 24.º dos estatutos aprovados na Quimigal) «exerce a competência e goza dos direitos e poderes seguintes:

(a) Apreciar e emitir parecer sobre os orçamentos e planos económicos da empresa, em particular os de produção, e respectivas alterações, bem como acompanhar e fiscalizar a sua correcta execução;

(b) Zelar pela adequada utilização pela empresa dos recursos técnicos, humanos e financeiros;

(c) Promover, junto dos órgãos de gestão e dos trabalhadores, medidas que contribuam para a melhoria qualitativa e quantitativa da produção, designadamente nos domínios da racionalização do sistema produtivo, da acção técnica e da simplificação burocrática;

(d) Zelar pelo cumprimento das normas legais e estatutárias e do Plano na parte relativa à empresa e ao sector respectivo;

(e) Apresentar aos órgãos competentes da empresa sugestões, recomendações ou críticas tendentes à aprendizagem, reciclagem e aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores e, em geral, à melhoria da qualidade de vida no trabalho e nas condições de higiene e segurança;

(f) Partidar, por escrito, aos órgãos de fiscalização da empresa ou às autoridades competentes, na falta de adequada acção daqueles, a ocorrência de actos ou factos contrários à lei, aos estatutos da empresa ou às disposições imperativas do Plano;

(g) Defender junto dos órgãos de gestão e fiscalização da empresa e das autoridades competentes os legítimos interesses dos trabalhadores em geral».

Numa altura em que se agravam diariamente os ataques directos e as ameaças políticas às nacionalizações e às liberdades, direitos e garantias dos trabalhadores organizados é bom que essa prosa legal seja entendida, antes de mais ninguém pelo Ministério do Trabalho, isto é pelo Governo que a mandou publicar, como tarefas e acções que os trabalhadores procuram cumprir em condições totalmente adversas nos locais de trabalho e nos ministérios, como tarefas e acções que deparam constantemente com a repressão nesta ou naquela empresa.

Seria estimável, pelo menos, que o Governo fizesse cumprir os textos legais que publica, em vez de actuar na prática contra eles.

Universidade de Lisboa

30 mil estudantes em luta Hoje, a Academia vai ao Ministério

A Universidade de Lisboa está em luta. Estão em luta firme e decidida 30 mil estudantes, que rejeitam uma política autoritária, antipedagógica e alheia às realidades do Ensino Superior.

Está em luta um importante sector do meio estudantil que se une para garantir legítimos direitos, agora ameaçados por um Ministério cujo titular chega ao ponto de se negar ao diálogo com a estrutura representativa desses 30 mil universitários: a RIA - Reunião Inter-Associações, que finalmente vai hoje ao MEC expressar as preocupações e os objectivos do sector que representa.

Como foi sublinhado no encontro da RIA realizado em 7 deste mês, com a participação de 16 Associações de Estudantes (A.E.'s), cinco exigências fundamentais estão neste momento no centro da luta estudantil:

- **Discussão prévia e pública de qualquer projecto de decreto de gestão;**
- **Não homologação dos regimes de precedências;**
- **Revogação da portaria limitadora do número de docentes;**
- **Resolução dos problemas com que as escolas se debatem.**

Para desenvolver esta luta de forma unida, organizada e mobilizadora, a RIA programou um conjunto de acções de que fazem parte a edição de um boletim informativo, várias iniciativas culturais e desportivas, um encontro no Ministério a realizar

hoje, além de outras actividades de mobilização, que tiveram recentemente um ponto alto com a consagração de um dia de esclarecimento na Universidade.

Nos diversos estabelecimentos de Ensino da Academia de Lisboa, as formas de luta assumem aspectos diferentes, adaptando-se às características próprias de cada unidade escolar, embora esteja a ser desenvolvido com êxito um trabalho de unidade combativa com o objectivo de tomar mais forte e coesa a luta dos estudantes.

As cinco exigências fundamentais que já referimos dão por si um panorama das dificuldades que os estudantes estão a tentar ultrapassar. No entanto, para se ficar com uma ideia mais profunda dos graves problemas da Academia de Lisboa no actual momento, atente-se nos casos que se vivem em 9 escolas

e que passamos a referir, a título de exemplo:

FLL (Letras)

Reintegração de três saneados no curso de História, um dos quais (Borges de Macedo) já deu a entender uma vez mais a orientação pedagógica que defende: num dos corredores da Faculdade, e após uma reunião da Comissão Científica do curso, resolveu agredir, à boa maneira fascista, os professores Sales Loureiro e João Medina. Grande diminuição dos horários nocturnos, uma vez que não são homologados os cursos que funcionam à noite (uma significativa percentagem dos alunos da Faculdade são trabalhadores). A tentativa de aplicação do Decreto 66/80 que retiraria a participação estudantil nos departamentos.

FDL (Direito)

A limitação do número de assistentes e monitores, que vai originar graves problemas ao funcionamento das turmas e subturmas, pondo em risco a qualidade de ensino, o sistema de precedências que se prepara para o próximo ano lectivo e a avaliação contínua.

ISEL (Engenharia)

Em causa a consagração das licenciaturas e a luta pela recusa de inserção do Instituto no Ensino Politécnico, temas aliás comuns ao ISCAL.

ISCAL (Contabilidade)

No início deste ano lectivo, o Instituto Superior de Contabilidade e Administração continua sem ver aplicada pelo Ministério a recomendação aprovada na Assembleia da República sobre a criação da licenciatura.

ISCTE (Ciências do Trabalho)

Regime de avaliação proposto ao Departamento de Sociologia por alguns catedráticos, que foi já motivo de apresentação de alternativa por parte dos estudantes. Existência de turmas com 50 e 60 alunos. A não integração do curso de Gestão numa Universidade e o receio de tal se poder vir a traduzir numa possível integração no Ensino Superior Politécnico aquando da votação de Lei de Bases do Governo no parlamento.

ISE (Economia)

Vários problemas pontuais nos anos do curso, alguns dos quais intimamente relacionados com a portaria limitadora do número de assistentes e com a não homologação dos cursos nocturnos.

IST (Técnico)

A inclusão de normas de passagem de ano altamente lesivas dos direitos estudantis, em particular os do 2.º ano. Tentativas do Conselho Científico para sanear docentes da cadeira de Mecânica de Solos, ficando nessa disciplina cerca de 600 alunos sem aulas.

FCL (Ciências)

Redução dos cursos para quatro anos, aplicação da portaria docente e problemas quanto à homologação do curso nocturno.

FML (Medicina)

A previsível saída do decreto sobre as carreiras médicas sem

Depois da demagogia a realidade: aumentos de preço de adubos e outros

Depois de um ano de medidas demagógicas orientadas no sentido de ganhar influência num eleitorado flutuante, sensível a melhorias imediatas, o Governo da «AD» não aguentou mais e avança com aumentos em produtos fundamentais para a produção agrícola: os pesticidas aumentam cerca de 20 por cento e os adubos registam uma subida de preço da ordem dos 33 por cento. Aqueles que se deixaram enganar por «benesses» pontuais da «AD» - «toma lá um subsídio ao gasóleo e dá cá o voto!» - os pequenos e médios agricultores que pensaram «encarregar a vida» ao votar em promessas, começam a compreender o logro em que caíram. Com as sementeadas já feitas, vêm-se agora perante aumentos incontroláveis, que não lhe permitirão tratar da área semeada, perdendo assim parte do que investiram em sementes (cujo preço aumentou igualmente a 10 de Outubro, logo após o acto eleitoral...). E, entretanto, os mais lúcidos recordam o alerta lançado em vésperas do acto eleitoral e avisam: «Ainda agora a processão vai no acto. Então se o candidato da «AD» passasse nas presidenciais, o que para nós não viria de pior...»

Depois do mel e fel Os aumentos agora verificados não constituem, no entanto, uma novidade. Aqui, nas páginas do «Avante!», tínhamos já alertado para a inevitabilidade do aumento de preço dos adubos e de outros produtos fundamentais para a produção agrícola caso

a «AD» se mantivesse no Governo. As perspectivas então apontadas confirmaram-se ainda mais rapidamente do que o previsto. E outras medidas antipopulares se somarão a estas, no que já é uso designar-se por «factura» da «AD» relativamente aos actos demagógicos com que conseguiu ampliar a sua votação.

Já em vésperas do acto eleitoral, organizações de agricultores afirmavam conscientemente: «Costuma-se fazer com açúcar e mel até as pedras sabem bem». Mas não deixam de ser pedras! Os nossos governantes estão a procurar agora adoçar, por todas as formas, as pedras que têm dado aos agricultores, a ver se eles as comem, isto é, a ver se lhes caçam o voto. E referindo-se às medidas do Governo «AD» notavam as organizações dos agricultores:

«Tudo isto, no entanto, não deixam de ser vitórias dos agricultores sobre um Governo que tem procurado querer arminar a lavoura até ao limite. Não se trata de qualquer intenção oficial de defender os agricultores mas sim de um conjunto de medidas ou posições a que o Governo teve de ceder. Só que as guardou, juntamente com outras novas promessas, para a véspera das eleições, e faz-lhes grande publicidade procurando ganhar mais uma vez os votos daqueles que andou a enganar se voltar ao poder nos próximos quatro anos. De facto, é certo e seguro que, se este Governo voltasse a governar depois de Outubro - avisávamos há meses os agricultores - aumentariam os pesticidas, os adubos, as rações, os transportes,

a electricidade, o gasóleo, etc. A crise da lavoura chegaria a um limite extremo de sobrevivência e não estaríamos livres de uma ditadura à maneira antiga».

É precisamente esta a situação que agora se desenha. O aumento dos pesticidas e dos adubos, os futuros aumentos dos combustíveis e outros vem acelerar uma crise da qual a lavoura nunca saiu. No caso dos adubos, importa referir que o nosso índice de utilização é extremamente baixo: em 1977 foram utilizados 48 quilos de adubos por 100 hectares de superfície agrícola útil (SAU) enquanto, nesse mesmo ano, a média nos países da CEE foi de 148 quilos por 100 ha/SAU. Com a subida dos preços descera ainda mais a utilização dos adubos, será afectada a produção agrícola».

A CNA, comentando os aumentos, salientou: «Numa agricultura cada vez mais descapitalizada, com o crédito caro e difícil, logo após um ano em que os produtos agrícolas não tiveram escoamento e foram pagos a preços de ruína (vinho, batata, fruta, por exemplo), estes aumentos dos pesticidas e dos adubos provocarão o desânimo dos agricultores, uma menor utilização daqueles produtos e um abaixamento da produção agrícola».

Contra tal, contra a ameaça que se estão já concretizando sobre os pequenos e médios agricultores, a luta das camadas trabalhadoras do campo passa, de forma decisiva, pela derrota do candidato da reacção nas eleições presidenciais, pela defesa da Constituição e da democracia.

Colette Magny na Aula Magna

● Iniciativas culturais e desportivas

No âmbito da luta e da mobilização estudantil desenvolvida pelas Associações



de Estudantes da Universidade de Lisboa, a RIA (Reunião Inter-Associações) promove as seguintes iniciativas culturais e desportivas:

- **Espectáculo com Colette Magny na Aula Magna da Reitoria, no próximo dia 13 de Dezembro.** Os bilhetes já estão à venda nas secretarias das A.E.'s.
- **Feira Universitária do Livro e do Disco, de 9 a 12 de Dezembro na Cidade Universitária, com preços acessíveis e novidades.**
- **Ciclo de Cinema no Anfiteatro I da Faculdade de**

Letras - hoje, às 17 horas, «Getting Straight» («Protesto»), de Richard Rush; amanhã, às 21, «Taking Off» («Os Amores de Uma Adolescente»), de Milos Forman.

● **Fim-de-semana desportivo, já no próximo sábado e domingo, nas instalações e recintos do Estádio Universitário, com as seguintes modalidades: futebol de 5 e de 11, basquetebol e voleibol masculinos e femininos, prova de cortamato (5 mil metros) e xadrez.** As inscrições funcionam nas secções desportivas das A.E.'s ou directamente no CDUL.

As conclusões da Assembleia do Superior de Lisboa da JCP

A elaboração de uma proposta de plataforma para a acção a todos os sectores democráticos da Academia foi um dos temas mais salientes da Assembleia da Organização do Ensino Superior de Lisboa (OESL) da Juventude Comunista Portuguesa, que decorreu no último sábado, na Faculdade de Direito.

criativo e forças políticas democráticas, tendo como objectivo uma ampla e combativa acção estudantil contra o poder antidemocrático nas escolas, por uma gestão democrática, participada e descentralizada; contra o autoritarismo e a degradação da qualidade de ensino, pela solidariedade estudantil, e ainda por uma efectiva política social de apoio aos estudantes universitários mais desfavorecidos. Saliente-se, a propósito, que se toma cada vez

mais difícil a vida dos estudantes deslocados da família, os quais enfrentam problemas diversos, desde as refeições até ao alojamento, passando pela aquisição de materiais escolares, vestuário, transportes, etc.

Como nos foi salientado, a Assembleia constituiu também um bom avanço no âmbito do trabalho preparatório da Conferência Nacional do Ensino Superior, importante iniciativa da

JCP a realizar no primeiro trimestre de 1981.

Os 120 delegados presentes no encontro de Direito procederam ainda à eleição do novo organismo de direcção da OESL (25 elementos) e debateram a actual situação política, com especial incidência nas questões relativas às presidenciais, destacando a importância do próximo acto eleitoral para o futuro do regime democrático e a necessidade imperiosa de derrotar o candidato da «AD».

II Assembleia do Sector de Informação da ORL do PCP

Reúne no próximo sábado, no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, a II Assembleia do Sector de Informação da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP.

O encontro, que decorrerá todo o dia, tem na sua ordem de trabalhos dois pontos fundamentais: o debate do relatório sobre a actividade do sector e a definição das principais frentes de trabalho; e, por outro lado, a eleição do novo organismo de direcção do sector.

Participará nos trabalhos da Assembleia o camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do CC do Partido e director do «Avante!».

Sábado, no CT de Alcântara III Assembleia de Célula da Standard Eléctrica

A situação política, as eleições presidenciais e ainda os problemas relacionados com a luta dos trabalhadores, serão temas a abordar na III Assembleia de Célula da Standard Eléctrica - Cascais, que se realiza no próximo sábado, a partir das 15 horas, no Centro de Trabalho de Alcântara, em Lisboa.

Excursão à Reforma Agrária no domingo

Entretanto, no domingo, militantes do Partido e outros trabalhadores da Standard Eléctrica levam a efeito uma jornada de convívio e solidariedade com a Reforma Agrária, através de uma excursão com destino à Cooperativa «25 de Abril», em Souсел.

A iniciativa pertence à célula do PCP e contribuirá, como salientam os camaradas, para o reforço dos «laços de amizade e unidade entre os trabalhadores da Standard, condição essencial para prosseguir a luta naquela multinacional».

Magusto em Riba-Ul

O Centro de Trabalho do PCP em Riba-Ul, no concelho de Oliveira de Azeméis, foi recentemente cenário de uma bela jornada de convívio e esclarecimento. A iniciativa, que incluiu um magusto, partiu da Comissão de Freguesia do PCP e juntou uma centena de camaradas, amigos

e democratas da terra. Do programa fez parte ainda uma intervenção sobre o actual momento político pelo camarada Lancinha, membro do CC, a projecção do filme «Lénine em Outubro» e um período de música popular com o acordeonista Baptista.

Iniciativa da DORP

«Campanha Natal-80» até 10 de Janeiro

Como tem sucedido em anos anteriores e por esta altura do ano, a DORP abriu uma campanha extraordinária de fundos para o Partido.

A «Campanha Natal 80» decorrerá até 10 de Janeiro e destina-se a reforçar as condições de trabalho do Partido no distrito do Porto, o mesmo é dizer, a reforçar as condições para a luta pela democracia e contra a reacção, a luta em defesa

dos interesses dos trabalhadores e do Povo.

Para além de um grande esforço no sentido de manter e procurar elevar as receitas normais do Partido, impõe-se desenvolver uma campanha extraordinária de fundos, cujo êxito, para além do objectivo financeiro, terá um carácter e um elevado significado político.

A época do ano é particularmente propícia para

o êxito da campanha. O recebimento do 13.º mês pelos trabalhadores permitirá a recolha de contribuições especiais para o Partido, decisivas para que a campanha alcance o seu objectivo.

Como sempre sucede nas iniciativas de fundos do PCP, o controlo da campanha deverá ser rigorosamente assegurado. Os materiais da

campanha já distribuídos têm como objectivo a recolha de fundos e o seu rigoroso controlo. Os materiais são os seguintes: cupões de 100, 250, 500 e 1000 escudos, um cupão para contribuições variáveis e listas de subscrição de fundos.

Está também já em distribuição pelas organizações e à venda uma rifa da campanha. Ao preço de

20 escudos cada bilhete, a rifa habilita os seus compradores a um televisor a cores a sortear pela lotaria dos reis.

Outras iniciativas centrais da campanha: a recolha de ofertas úteis para o partido e a realização de dois grandes mercados de Natal que abrem já no dia 28 nos Centros de Trabalho da Boavista e de Aníbal Cunha. A campanha exige

dedicação e espírito de iniciativa, compreensão dos seus objectivos financeiros e políticos, o que passa necessariamente por uma discussão aprofundada do assunto nas organizações, por medidas de organização e direcção, pela divulgação da campanha e dos seus objectivos, pelo empenho que as organizações e militantes põem em cada tarefa do Partido.

TELEGRAMA DE CONDOLÊNCIAS AO PCI

Ao Comité Central do PC Italiano

Queridos camaradas, Através do Partido expressamos aos trabalhadores e povo italianos profundo pesar e sentimentos de solidariedade comunistas portugueses face aos trágicos acontecimentos que enlutaram a Itália

Secretariado do CC do PCP 26/11/80

Quais são as verdadeiras razões do conflito?

REVISTA INTERNACIONAL

ALI KHAVARI
Membro do Bureau Político do CC do Partido Popular do Irão (Tondéh)

JAMES WEST
Membro do Bureau Político do CC do Partido Comunista dos Estados Unidos

NÚMERO DE SETEMBRO
À VENDA — PREÇO 25\$00

Quem põe em causa o desanuviamento e quem o defende?

PAVEL AVERSBERG
Membro do CC do Partido Comunista da Checoslováquia
Membro do Comité de Redacção da Revista Internacional

Demografia e problemas sociais

DIMITRI VALENTEI
Doutor em Ciências Económicas (URSS)

O Capitalismo no limiar de novos abalos

RESUMO DOS TEXTOS DO SIMPÓSIO INTERNACIONAL DEDICADO À ANÁLISE COMPARATIVA DE DUAS CRISES

Integrado na Campanha de Fundos
ALMADA UMA CASA DO PARTIDO
Realiza-se na SFUAP
COVA DA PIEDADE
dia 30 de Novembro
pelas 21.30h.
O grande espectáculo
TOMA LÁ SHOW
Bilhetes à venda nos C.T. e na SFUAP

Sessão de Esclarecimento
ÁLVARO CUNHAL
27-novembro-21,30 h.
Pavilhão dos Desportos

OS PARTICIPANTES NESTA SESSÃO TERÃO OPORTUNIDADE DE COLOCAR, AO SECRETÁRIO-GERAL DO PCP, ÁLVARO CUNHAL, AS DÚVIDAS E QUESTÕES, FACE À SITUAÇÃO POLÍTICA E ÀS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Semana

19

Quarta-feira

1977 - O presidente Sadat, do Egipto, chega a Telavive, capital de Israel; é o começo da tração à causa palestina, que desembocará nos «acordos de Camp David».

Indivíduos armados ferem gravemente a tiro o coronel da Força Aérea espanhola, em Saragoça, no norte de Espanha... O chefe da delegação soviética à Conferência de Madrid acusa os EUA de desviarem a Conferência de Segurança e Cooperação Europeia para atalhos e becos sem saída...

20

Quinta-feira

1959 - É adoptada na Assembleia Geral da ONU a Declaração dos Direitos da Criança.

O comandante Silvino da Luz, ministro da Defesa da República de Cabo Verde, parte da cidade da Praia para contactar com o Conselho Nacional da Revolução da Guiné-Bissau... O ministro da Defesa italiano autoriza uma investigação completa de todas as situações em que possa estar envolvido o serviço secreto italiano - desmantelado em 1977 - no caso da evasão fiscal em prejuízo do Estado italiano...

21

Sexta-feira

1877 - Edison anuncia a invenção do fonógrafo, nos EUA.



EUA querem levar -isto- a Angola?

O comandante João Bernardo Vieira (Nino) afirma que o golpe de Estado do passado dia 14 na Guiné-Bissau teve como objectivo pôr termo «à gravíssima situação que o país atravessava», acrescentando que na origem daquela situação estavam «abusos do poder» que atribuiu ao presidente deposto Luís Cabral...

22

Sábado

1957 - É publicada a Declaração da Conferência dos Representantes dos Partidos da Paz, assinada pelos representantes dos Partidos Comunistas e Operários de 64 países.

É formado um governo provisório na Guiné-Bissau, que terá como função assegurar a gestão dos assuntos correntes da administração... A República Socialista do Vietnam, em vigorosa nota de protesto apresentada a Pequim, acusa o governo chinês de criar uma situação de tensão permanente e de acção militar ao longo da fronteira entre os dois países...

23

Domingo

1951 - Morre em Paris, com 87 anos de idade, Jean Hysingne Vincent, que descobriu a vacina contra o tifo.



Nicarágua vence conspiração

Uma série de sismos, alguns dos quais de enorme intensidade, abalam toda a província italiana, causando pelo menos um milhar de mortos e prejuízos incalculáveis; Nápoles foi a região mais afectada... Conhecidos homens de negócios são presos na Nicarágua por conspirarem contra o Governo progressista do país...

24

Segunda-feira

1864 - Nasce o pintor francês Toulouse-Lautrec.

O chanceler da RFA, Helmut Schmidt, sublinhando a fidelidade do seu país à NATO, reafirma igualmente a intenção do seu governo em prosseguir a política de desanuviamento e cooperação com os países socialistas... O presidente do Conselho da Revolução da Guiné-Bissau, Bernardo Vieira (Nino), confirma o convite ao presidente da República de Cabo Verde...

25

Terça-feira

1973 - queda de Papadopolous; é o fim dos «coronéis gregos» e da sua ditadura fascista.



Mao e «Os Quatro» em Bolávia

Na China, três generais acusados de terem tentado assassinar Mao Tsé Tung, comparecem perante o tribunal constituído para julgar o «Bando dos Quatro» e a sua acção durante a «Revolução Cultural»... O governo francês manifesta a sua «grave preocupação» com a presença de «importantes forças estrangeiras no Chade»...

O imperialismo lança-se na ameaça e na provocação • NATO isolada em votação na ONU

As forças imperialistas estão claramente apostadas no aumento da tensão internacional, fomentando a instabilidade, incrementando a corrida aos armamentos, ameaçando intervir em zonas especificadas do globo. A eleição de Ronald Reagan no passado dia 4 deste mês constituiu um pólo de crescimento desse tipo de acção - mas o fermento já tinha sido lançado anteriormente pelo antecessor de Reagan na Casa Branca, o agora derrotado James Carter.

Alguns recentes acontecimentos mostram bem como os círculos mais agressivos do imperialismo se esforçam para que as suas posições dêem a lei do comportamento - sem lei do imperialismo adopta nas relações internacionais. Assim, mal Reagan eleito, o Congresso norte-americano acaba de adoptar o orçamento federal para o exercício finan-

ciário do ano que vem, no qual a parte de leão dos créditos (cerca de 159 mil milhões de dólares) é destinada às actividades do Pentágono. Entretanto, como se isso não bastasse, é de crer que, em Janeiro que vem, com a entrada em funções da administração Reagan, e após o começo dos trabalhos do novo Congresso, este orçamento federal agora

aprovado venha a ser alterado, de acordo aliás com a vasta campanha já lançada pelo complexo militar-industrial (que não é alheio à vitória de Reagan) para que sejam aumentados os créditos destinados a fins militares. Porém, isto não é tudo. No Congresso, foi apresentada pelo Partido Republicano uma moção destinada a proporcionar operações militares ou secretas dos EUA em Angola. Sendo de registar que a moção, nesta sua cruz, foi derrotada, deve-se no entanto constatar o facto de ter sido aprovada uma versão modificada da referida moção que, de acordo com os meios de comunicação social - mesmo

o «New York Times» - abre as portas à possibilidade de os EUA poderem intervir na República Popular de Angola, bastando para tal que o presidente dos EUA submetesse esse seu «desejo» às duas câmaras do Congresso. Foi, aliás, Reagan que, no decorrer da campanha eleitoral, defendeu a concessão por parte dos EUA de ajudas especiais aos bandos terroristas do fanteche Savimbi apoiados pela África do Sul. Porém, não é só a República Popular de Angola, particularmente, e todas as zonas da África Austral, de um modo geral, que se encontram na mira directa do imperialismo. Na sua recente reunião de Bruxelas, a Assembleia do Atlântico Norte (ATA) aprovou uma resolução que defende a intervenção de tropas da NATO em conflitos localizados fora da área da Aliança Atlântica. De acordo com as informações difundidas pelas agências noticiosas internacionais, a proposta transformada em resolução partiu da Comissão Política da Assembleia, onde dominam as posições belicistas norte-americanas, e tem em vista a situação que hoje se vive no Golfo Pérsico, deixando no entanto todas as possibilidades abertas para as restantes regiões do globo.

A NATO isolada nas Nações Unidas

Mas a posição do imperialismo face à paz pode avaliar-se ainda por outro facto recente. A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou recentemente uma resolução nos termos da qual se exprime uma profunda preocupação causada por um relatório submetido à Assembleia Geral pelo secretário-geral Kurt Waldheim e que se indica que o regime racista da África do Sul tem capacidade para fabricar armas nucleares. A resolução, denuncia igualmente o facto de tal capacidade de fabrico de armas nucleares por parte da África do Sul ser destinada a «preservar a supremacia branca, intimidando os países vizinhos e exercendo chantagem sobre a totalidade do continente africano».

É bem para o seio desta política agressiva que o governo da «AD» lança agora o nosso país: para uma política que, no concreto das nações, só é apoiada pelos 10 países da NATO e 3 dos seus indefectíveis aliados.



40 países analisam desenvolvimento na África Austral

Inicia-se hoje, na capital da República Popular de Moçambique, a II Conferência Coordenadora do Desenvolvimento na África Austral, na qual participam delegações de cerca de 40 países. O objectivo desta iniciativa consiste em delinear um programa coordenador de desenvolvimento para os países da região e analisar as possibilidades de participação por parte de países desenvolvidos e de instituições financeiras internacionais.

Ao lado das delegações dos países mais directamente interessados nesta iniciativa - casos de Moçambique, Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue - participam nos trabalhos desta II Conferência representantes de diversos países socialistas, entre os quais a União Soviética, e de países capitalistas e em vias de desenvolvimento. Uma ausência que decerto será notada - e que diz bem da maneira como o governo «AD» entende a cooperação com os países africanos, nomeadamente os que se libertaram do colonialismo português - é a de uma representação oficial do nosso país. Aliás, ainda recentemente, no debate da moção de autoconfiança na Assembleia da República, o inferior hierárquico de Sá Carneiro, o ministro Amaral, procurou alijar as responsabilidades que o seu governo teve no processo que conduziu à não participação do nosso país nesta iniciativa, tendo no entanto ficado bem claro que o governo da «AD» nada fez para promover a participação de Portugal na Conferência que hoje se inicia no Maputo.

Além da importância que deriva da presença nesta Conferência de delegações de cerca de 40 países, outros organismos internacionais que vão, a partir de hoje, trabalhar no Maputo no âmbito do desenvolvimento da África Austral, conferem a esta iniciativa o carácter de uma importante acção conjunta

a nível internacional para o bem-estar numa dada região do globo.

Entre os organismos internacionais que vão estar representados no Maputo, saliente-se o Conselho da Ajuda Mútua Económica (CAME), a CEE, a OPEP, o Banco Mundial, o Banco Africano de Fomento, o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico Africano.

Mas outras presenças no Maputo conferem, igualmente, a esta realização uma importância internacional de primeiro plano: estão neste caso representantes do gabinete do secretário-geral das Nações Unidas, membros de diversas agências especializadas da ONU e representantes da Organização de Unidade Africana (OUA).

Outro facto que importa salientar é a participação, a título de observadores, de movimentos de libertação da África Austral, nomeadamente a SWAPO da Namíbia e o Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul.

Por todas estas razões - objectivos da iniciativa, amplitude das participações - a ausência do nosso país não deixará de constituir, pelo menos, um facto insólito. Ou, o que é mais grave, a confirmação de que as afirmações do governo Sá Carneiro de que pretende manter relações de cooperação com os países que se libertaram do colonialismo português não passam de meras palavras para encher programas de intenções que não se pretendem levar à prática. Registe-se que, nesta iniciativa, estão directamente interessados a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique.

A II Conferência Coordenadora do Desenvolvimento na África Austral é hoje inaugurada pelo Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel.

RP de Moçambique-URSS: reforço da amizade e cooperação

A recente deslocação à União Soviética de uma delegação de alto nível da República Popular de Moçambique, dirigida pelo presidente Samora Moisés Machel, constituiu um novo passo no reforço da amizade e da solidariedade entre aqueles dois países e povos. No decorrer da sua estadia na URSS, a delegação da República Popular de Moçambique manteve conversações com uma delegação da URSS chefiada pelo presidente Leonid Brejnev.

No decorrer dessas conversações, e de acordo com notícias difundidas na capital soviética, as duas delegações constataram o desenvolvimento das relações de amizade, solidariedade e cooperação, ao mesmo tempo que reconheceram a necessidade de elevar e aperfeiçoar as actuais formas de cooperação entre os dois países, bem como a sua eficácia.

Leonid Brejnev e Samora Machel sublinharam ambos a grande importância que têm e terão o desenvolvimento das relações entre o Partido Comunista da União Soviética e o Partido Frelimo, os quais, conforme foi na altura sublinhado, correspondem aos interesses vitais dos povos de ambos os países, aos interesses da luta pela paz e justiça social.

Na oportunidade, o presidente do Partido Frelimo e da República Popular de Moçambique agradeceu a ajuda que a URSS prestou ao povo moçambicano nos anos da luta contra o colonialismo, tendo

o perigo que representa o envolvimento de África nos preparativos militares imperialistas, bem como para o aumento da actividade militar das forças agressivas na zona do Mar Vermelho, do Oceano Índico e do Golfo Pérsico.

A delegação moçambicana que visitou a União Soviética, chefiada pelo presidente Samora Machel, era ainda constituída por destacadas personalidades do Partido e do Estado, de entre as quais se salientam Joaquim Chissano, do Comité Político Permanente do CC do Partido Frelimo e ministro dos Negócios Estrangeiros da RPM, e Mário Machungo, membro do Comité Político Permanente do Partido Frelimo e ministro do Planeamento e da Agricultura da RPM. A delegação soviética às conversações, chefiada pelo presidente Leonid Brejnev, integrava ainda, entre outros, Andrei Gromiko, membro do «Bureau» Político do CC do PCUS e ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, L. Arkhipov, primeiro vice-presidente do Conselho de Ministros e marechal da URSS, e N. Ogarkov, membro do CC do PCUS, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e primeiro vice-ministro da Defesa da URSS.

O Dia da República comemorado na Jugoslávia sob o signo da unidade nacional

O dia 29 de Novembro, Dia da República na Jugoslávia, comemora-se neste país socialista como uma Festa Nacional. Festa Nacional que tem tanto mais importância quanto a Jugoslávia é um país cuja unidade, fundada na plena igualdade de direitos nacionais, abarca várias repúblicas e províncias. Esta igualdade de direitos não é apenas uma palavra em torno da qual o Partido Comunista da Jugoslávia reuniu todos os povos e nacionalidades desta comunidade multinacional na luta pela libertação e pela revolução social durante a Segunda Guerra Mundial, mas dá também a medida da realidade da nova Jugoslávia em todos os domínios.

As repúblicas socialistas que formam a Jugoslávia, são Estados fundados na soberania dos povos e no poder da classe operária e de todos os trabalhadores. As unidades federais são assim totalmente iguais em direitos, ao mesmo tempo responsáveis pela estabilidade e pelo funcionamento da comunidade federal. O consenso e a harmonia de relações através do diálogo são os princípios que regem a resolução das questões ao nível da federação. O diálogo e o entendimento mútuos torna-se desse modo o fulcro da harmonização entre as diversas províncias e repúblicas e um dos fenómenos particulares da prática e da vida jugoslava de hoje. O diálogo a todos os níveis e sobre todos os assuntos vitais abandonou há muito o terreno puramente político. No domínio da economia, por exemplo, tomou-se a forma exclusiva do estabelecimento de orientações para o desenvolvimento e o progresso federal. As questões materiais tornaram-se a pedra de toque da verdadeira igualdade de direitos dos povos

completam as questões do domínio económico, do desenvolvimento material, da planificação social, do sistema monetário, de crédito e divisas, das relações económicas com o estrangeiro, do mercado, dos preços, todos os actos - leis, resoluções, previsões da balança de pagamentos - são adoptados exclusivamente com o pleno acordo de todas as repúblicas e províncias. Todos os actos examinados neste Conselho são previamente remetidos às assembleias de todas as repúblicas e províncias, que devem dar a sua opinião, dar ou recusar o seu acordo. Se uma delas recusa dar o acordo sobre determinado acto, este deve ser retirado. Actualmente desenvolve-se na Jugoslávia um importante trabalho que conduzirá à adopção do novo plano quinquenal - 1981/1986 - de desenvolvimento económico do país. O trabalho preparatório do plano começou há já dois anos, mas o acordo sobre as questões-chave e sobre os instrumentos do desenvolvimento económico não foi ainda atingido, sendo de sublinhar o facto de que a fase precedente da elaboração do plano se ter feito através do mesmo procedimento de harmonização de posições.

O Governo, que propõe o plano à Assembleia da República Socialista Federativa da Jugoslávia, promove, no quadro dos seus comités inter-republicanos, um longo processo de diálogo e entendimento. É apenas depois de terminada esta fase do processo que se passa ao projecto do Plano e ele pode finalmente ser entregue no Conselho das Repúblicas e Províncias.

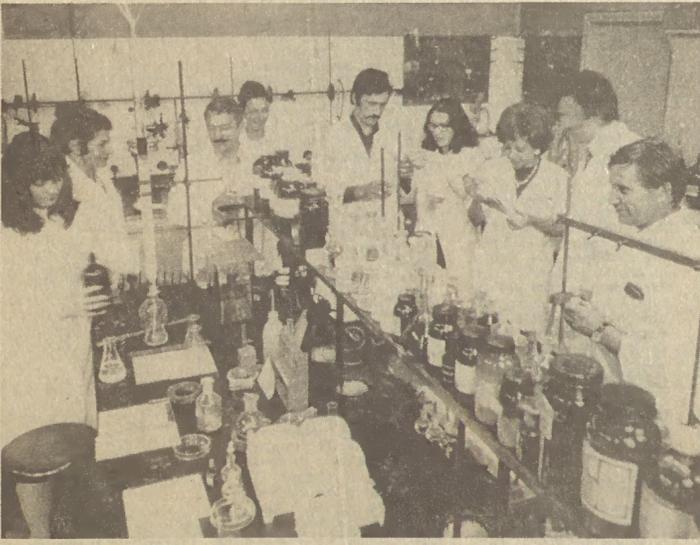
Novo plano quinquenal

O Conselho das Repúblicas e das Províncias, um dos órgãos económicos do Parlamento federal, é o órgão e instrumento principal da harmonização das diversas posições na esfera material. Neste Conselho, a quem

mente ser entregue no Conselho das Repúblicas e Províncias.

O diálogo é, portanto, nos órgãos executivos o método de trabalho e de tomada de decisões. A harmonização das posições faz-se do mesmo modo em todos os

órgãos de gestão. Por outro lado, todos os órgãos políticos ou de Estado, como a Presidência da RSFJ, a Presidência do Comité Central da Liga dos Comunistas, a Conferência Federal da Aliança Socialista, etc., trabalham e decidem exclusivamente através



Para os trabalhadores jugoslavos, a Festa Nacional é uma data que evoca o passado, mas cuja comemoração aponta os caminhos do futuro

defender a liberdade para viver em democracia

PCP requer inquérito parlamentar à situação actual nos órgãos de comunicação social estatizados

No início do debate sobre a moção de autoconfiança do Governo «AD», o deputado Veiga de Oliveira apresentou na Mesa da Assembleia da República um pedido de inquérito parlamentar à actuação do Governo no âmbito da comunicação social estatizada. Posteriormente, e no decorrer de um intervalo dos debates, teve lugar numa das salas do Grupo Parlamentar do PCP uma conferência de imprensa com o objectivo de elucidar os jornalistas presentes acerca da iniciativa do PCP. Nessa conferência de imprensa participaram os camaradas Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP, Vital Moreira e Alda Nogueira, vice-presidentes do Grupo Parlamentar do PCP. Aurélio Santos, membro do Conselho de Imprensa, Vítor Neto e António Barga, membros do Conselho de Informação para a TV, Ivone Lourenço, do Conselho de Informação para a Rádio, e Jorge Lemos, presidente do Conselho de Informação para a Anop.

É do seguinte teor o texto entregue pelo deputado Veiga de Oliveira, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP, ao Presidente da Assembleia da República:

Ao abrigo dos artigos 218.º e seguintes do Regimento da

Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português vem requerer a realização de um inquérito parlamentar nos termos, com os fundamentos e âmbito que seguidamente se expõem.

I - Aspectos gerais

1. A situação que se verifica actualmente nos órgãos de comunicação social estatizados é marcada pelo total desrespeito dos princípios constitucionais e legais em matéria de pluralismo de opiniões e de independência perante o Governo e a Administração Pública. Paralelamente, são totalmente ignorados e desprezados os direitos, liberdades e garantias dos respectivos profissionais. Tal situação é o resultado da política levada a cabo pelo Governo «AD», política que coloca como principal objectivo controlar, manipular e dirigir a comunicação social do Estado e fazer dela um instrumento de propaganda oficial do Governo.

2. Na RTP e na RDP, os processos usados não deixam dúvidas quanto aos objectivos perseguidos. O rol das ilegalidades sucessivamente cometidas é infínitável: — substituição de profissionais, em função das suas opções políticas (apesar de reconhecidamente competentes);

— transferências ilegais;

— manutenção na inactividade de profissionais de comprovada idoneidade;

— admissão, promoção e regime de privilégio para os funcionários de confiança governamental e correlativa marginalização e restrição da liberdade de criação e intervenção dos restantes profissionais;

— liquidação do trabalho de equipa;

— negação dos direitos legais dos conselheiros de redacção;

— obstrução e oposição ilegal ao exercício do direito à greve;

— violação dos direitos de intervenção dos representantes sindicais e das comissões de trabalhadores;

— alteração arbitrária e controlo ideológico e político da programação.

E outro tanto se pode dizer da situação existente na imprensa escrita...

3. Traço permanente na comunicação social estatizada: a violação frontal dos direitos dos partidos de oposição.

Se as regras gerais sobre pluralismo são desrespeitadas, o direito a tempos de antena e de espaço em igualdade de circunstâncias com o Governo, os direitos de resposta às declarações políticas governamentais e de participação na superintendência e controlo dos órgãos de informação estatizada são pura e simplesmente denegados, contra o disposto no artigo 8.º da Lei 59/77, de 5 de Agosto. A monopolização dos meios de comunicação social pelo Governo acarreta tais desproporções entre o tempo de antena atribuído ao Governo e o deferido aos partidos de oposição que o princípio constitucional do pluralismo democrático é crescentemente esvaziado de qualquer expressão prática.

4. Face a tal quadro, a censura — um dos pontos capitais sobre os quais o Governo foi interpelado, por iniciativa do

PS, na última sessão legislativa — quase poderia qualificar-se de "questão ultrapassada" — como observava recentemente um representante dos trabalhadores da RDP. Só é possível censurar homens livres e estão confinados à mais ilegítima marginalização os que sabem e querem selo nos órgãos de comunicação social estatizados.

As cadeias hierárquicas de controlo político que partindo do Governo passam pelas Administrações por este nomeadas e desembocam em Directores que alteram arbitrariamente a composição dos órgãos de comunicação e determinam desproporcionadamente o seu conteúdo são formas mais que monstruosas de censura; não são um "facto normal", como afirma a propaganda governamental. Assentam num viciado entendimento das competências legais, ofendem a ordem democrática, exigem futuras providências legislativas e carecem, desde já, de investigação aprofundada pela Assembleia da República. Para que não mais pesem dúvidas sobre a gravidade dos factos que vêm sendo praticados, mas, sobretudo, para que não mais seja possível praticá-los no silêncio e na impunidade.

5. A utilização dos descritos meios de manipulação da vontade e dos sentimentos de largos sectores do povo português atingiu situação extrema durante o período que precedeu o acto eleitoral de 5 de Outubro. Verifica-se agora que processos de idêntica gravidade estão a ser ilegalmente usados em função das próximas eleições presidenciais.

Sobre os órgãos de comunicação social do Estado impende a obrigação constitucional do exercício da missão de informar com plena garantia de um tratamento que respeite os princípios da isenção, independência e pluralismo. O cumprimento desses princípios afere-se, em primeiro lugar, pelo respeito das normas legais que caracterizam, condicionam e informam as actividades (públicas) sujeitas a tratamento informativo.

As regras que regem o tratamento jornalístico das diversas candidaturas (ou o anúncio de candidaturas) à Presidência da República não podem deixar de ter base nos princípios que regem o sistema eleitoral. Nenhum alegado critério dito "jornalístico" pode desmentir o facto de que face à lei todos os candidatos se encontram na mesma situação: todos podem ganhar ou perder as eleições.

Destes princípios, óbvios na afirmação da plenitude do Estado-de-Direito, decorrem várias aforrações em normativos legais, importando particularmente salientar o princípio do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de Maio (neutralidade e imparcialidade das entidades públicas), que nem pela sua sistematização no contexto da campanha eleitoral se deixa de afirmar como um princípio geral.

Mas não se trata, porém, no âmbito do presente inquérito, de carrear razões em defesa do princípio da igualdade de trata-

mento, mas de inquirir dos órgãos competentes das empresas públicas de comunicação social do Estado e das respectivas entidades governamentais de tutela quais são os fundamentos legais para a adopção sistemática de critérios de clara discriminação, que redundam em manipulação e abuso da comunicação social do Estado em favor de um candidato; o candidato das forças reaccionárias, o general Soares Carneiro.

O carácter público e notório das violações e as suas repercussões no processo eleitoral tornam ainda mais urgente que o Parlamento proceda às indagações que a gravidade da matéria exige.

II - Factos significativos

O presente inquérito parlamentar deverá em particular averiguar a verdade dos factos e ocorrências mencionados nos documentos anexos, respondendo designadamente às seguintes questões:

A. Em relação ao tratamento discriminatório das diversas candidaturas à eleição do Presidente da República por parte dos órgãos de comunicação social do Estado, visando o tratamento mais favorável da candidatura do candidato das forças reaccionárias, general Soares Carneiro:

1.º Qual a base do critério (e respectivo fundamento legal) que enforma a nota de serviço n.º 6/80, da Direcção de Informação da RTP (anexo 3) segundo o qual os candidatos à eleição do Presidente da República são "classificados" para efeitos de tratamento jornalístico? Comprova-se que essa nota foi feita à medida do general Soares Carneiro, que poucos dias depois lá dar a sua primeira conferência de imprensa?

2.º Por que foram atribuídos tempos de antena de 20/30 minutos para as

diversas candidaturas à Presidência da República em entrevistas concedidas à RTP-1, logo a seguir ao telejornal, quando a Soares Carneiro foi concedida 1 hora? Porque teve este candidato direito a um "naipo" de quatro jornalistas quando os outros candidatos tiveram somente dois? Confirma-se que escolheu (ou contribuiu para a escolha) dos jornalistas? Onde foi filmado o programa? Por que lhe foi dada a possibilidade de gravar em diferido, quando os candidatos anteriormente entrevistados foram sujeitos a emissões em directo?

3.º Qual o critério (e onde encontra fundamento legal) que a RTP utilizou para a sequência da transmissão das entrevistas, de meia hora com cada candidato e que estão a ser emitidas a seguir ao noticiário das 19 horas e 30 minutos (no início no passado dia 14 de Novembro)? Confirma-se que a ordem é Aires Rodrigues, Carlos Brito, Galvão de Melo, Otelio Saraiva de Carvalho, Pires Veloso, Eanes e Soares Carneiro? Confirma-se que a ordem é a ordem alfabética do que a RTP entende como "nome

político"? Esses "nomes políticos" foram fornecidos pelas diversas candidaturas (ou resultam da escolha arbitrária (e intencional?) dos responsáveis da RTP? Ou só serviu isto tudo para colocar Soares Carneiro em último lugar, através da manipulação da ordem alfabética correcta?

4.º Nas emissões da RTP/2 relativas às diversas candidaturas, quais os critérios utilizados e que levaram à arrumação inicialmente proposta de na quarta-feira, dia 26-XI-80, serem feitos os depoimentos de Aires Rodrigues e Galvão de Melo, no sábado, dia 29-XI-80 (à hora da exibição no 1.º canal do encontro de futebol Sporting-Benfica) os depoimentos de Pires Veloso e Carlos Brito e na quarta-feira, dia 3-XII-80 os depoimentos dos candidatos Soares Carneiro, Eanes e Otelio Saraiva de Carvalho?

5.º Qual o critério, "jornalístico" ou outro, que levou a introduzir no bloco informativo das 19 horas e 30 minutos do canal 1 da RTP no dia 6 de Novembro um extracto do jornal brasileiro "O Estado de S. Paulo" em que se afirma: "Os emigrantes portugueses no Brasil já estão enviando cartas a seus familiares e amigos em Portugal, pedindo a todos que votem maciçamente no candidato presidencial da AD, general Soares Carneiro" (sic) e mais à frente se acusa o general Ramalho Eanes de ter "negado aos emigrantes o direito de votarem nas eleições presidenciais portuguesas" (sic). (Anexo 4).

6.º Em que circunstâncias ocorreu a inclusão de tal notícia que implica a veiculação pela RTP de um apelo descarado ao voto no candidato das forças reaccionárias, general Soares Carneiro, contrariando todo o qualquer critério de objectividade, isenção e imparcialidade?

7.º É ou não verdade que com a divulgação de tal peça "jornalística" a RTP

violou o artigo 47.º do DL 319-A/76, de 13 de Maio, e deu voz aos defensores da revisão inconstitucional da Constituição, ao acusar o Presidente da República de não ter promulgado legislação manifestamente inconstitucional visto infringir o artigo 124.º da Constituição da República que expressamente determina no n.º 1 que "o Presidente da República é eleito por sufrágio universal, directo e secreto dos cidadãos portugueses eleitores recenseados no território nacional" e que no seu n.º 2 impõe que "o direito de voto é exercido presencialmente no território nacional"?

B. Em relação a outros factos integrando violação de disposições constitucionais e legais:

No âmbito da RTP:

1.º Qual a proporção dos tempos de antena concedidos ao Governo e respectivos partidos apoiantes e os tempos atribuídos aos partidos de oposição? Em que circunstâncias ocorreu o apontado incumprimento pela RTP das disposições constitucionais e legais em matéria de pluralismo e objectividade de informação?

2.º Por que razão os serviços informativos da RTP/2 silenciados no dia 20-X-80 a pretexto de uma anunciada reestruturação, vão ser retomados dentro do prazo previsto sem que, no entanto, se tenha procedido a qualquer reestruturação? Será esse facto devido à inconsistência dos motivos apresentados como justificação da anunciada reestruturação, ou à incapacidade dos responsáveis para a levar à prática? Ou terá sido o encerramento da "Informação 2" uma tentativa de silenciar o trabalho informativo daqueles serviços durante um período particularmente sensível da vida política nacional?

3.º Em que base legal assenta a decisão do Director de Informação da RTP de extinguir o Conselho de Redacção dos Jornalistas da "Informação 1" e o não reconhecimento do Conselho de Redacção da "Informação 2"?

4.º Qual o critério que tem sido adoptado no recrutamento (sem concurso público) de novos jornalistas para o departamento de informação da RTP? Será com base no respeito de critérios de objectividade e independência que o Conselho de Gerência da RTP privilegia como fonte desse recrutamento órgãos de comunicação social privados afectos aos partidos do Governo?

5.º Como se justificam tais admissões, face às declarações do Conselho de Gerência da RTP de existência de excedentes de pessoal na empresa e quando é certo que a maioria dos jornalistas da televisão está subaproveitada (ou na prateleira) e que continuam impedidos de desenvolver a sua actividade na empresa os profissionais de informação afastados depois de 25 de Novembro de 1975 e abrangidos pela Lei n.º 74/79?

6.º Qual o fundamento de decisão a CA da RTP Impor o afastamento de jornalistas competentes do quadro redactorial do departamento de informação da RTP, ignorando a vontade e os direitos destes profissionais, negando-lhes, de facto, o direito a informar e remetendo-os para uma prateleira ou "bolsa de trabalho" a que hipocritamente chamou "Centro especializado no tratamento das grandes questões da civilização"?

7.º Como se justifica que tal atitude ilegal e prepotente tenha sido acompanhada da promoção de homens da confiança política do Governo, como sucedeu com a nomeação do ex-asseador do Primeiro-Ministro para a Direcção da RTP e a nomeação para subdirector da "Informação 2" do correspondente da RTP em Paris. Indicia ou não tal conduta o objectivo claro de manipular e controlar a informação na RTP?

No âmbito da RDP:

1.º Em que circunstâncias se verificaram os casos de manipulação informativa referenciados no anexo 1? A quem deve ser imputada a responsabilidade pela prática de tais actos claramente atentatórios da independência e pluralismo, que nos termos da Constituição da República Portuguesa devem orientar a actividade informativa da RDP?

2.º A que título e com que fundamento é praticada censura em notícias de profissionais de informação na RDP, como a que se verificou com o corte verificado num texto preparado por um jornalista da RDP para o jornal da meia-noite do dia 16/17 de Outubro de 1980?

3.º Por que razão e com que fundamento continua, ao arripio das disposições legais, o director dos serviços de informação a não reconhecer e a declarar ilegal a existência do Conselho de Redacção dos jornalistas da RDP?

4.º Em que base legal fundamenta o Director da Informação da RDP as suas tentativas de proibição de reuniões do Conselho de Redacção da RDP dentro da empresa, que chegaram ao ponto da ameaça de intervenção policial para expulsar os elementos do Conselho de Redacção que se encontravam reunidos nas instalações da RDP?

5.º Como se justifica que a CA/RDP, tendo a empresa sido declarada em situação económica difícil no início do ano, e face às afirmações de seus responsáveis da existência de "excedentes de pessoal", tenha recorrido à admissão massiva, sem concurso público, de novos elementos com contratos a prazo para o departamento informativo (como sucedeu com a admissão de 43 jornalistas, alegadamente para a cobertura da campanha eleitoral para a eleição da Assembleia da República) e tenha marginalizado para o desempenho de tais funções profissionais da informação da RDP, comprovadamente competentes e que se encontravam (e ainda se encontram) subaproveitados ou colocados em tarefas que nada tinham (têm) a ver com os serviços informativos?

6.º Por que razão não foram reintegrados os profissionais do departamento de informação afastados da RDP na sequência do 25 de Novembro de 1975, abrangidos pela Lei 74/79 e, como tal, com direito a retornar as suas funções na Empresa Pública da Radiodifusão?

7.º Como se justifica que continuem afastados de cargos de responsabilidade na RDP, designadamente no departamento de informação, de realização de programas, etc., profissionais competentes e com provas dadas na RDP, e ao mesmo tempo se promovam para tais cargos elementos da cor política do Governo, comprovadamente incompetentes em matéria radiofónica, totalmente alheios à RDP e para ela catapultados com o objectivo único de controlar e manipular política e ideologicamente a empresa pública de radiodifusão?

8.º Por que razão foi efectuada e subsiste na RDP uma reestruturação dos serviços informativos e direcções de programas com base em critérios políticos e ideológicos que teve como objectivo afastar de tais sectores profissionais competentes da empresa e substituí-los por elementos alheios à RDP, conotados com os partidos do Governo?

9.º Por que razão não foi solicitado o parecer do Conselho de Redacção e da Comissão de Trabalhadores da empresa para tais alterações como expressamente determina a legislação em vigor?

Mais se requer, que sobre estes factos sejam ouvidos os competentes Conselhos de Informação, o Conselho de Imprensa, os conselhos de redacção dos órgãos de comunicação social referidos, as Comissões de Trabalhadores das respectivas empresas públicas, bem como as organizações representativas dos jornalistas e demais profissionais da comunicação social.

Assembleia da República, 19 de Novembro de 1980

O Grupo Parlamentar do PCP

